



# RELATÓRIO ANUAL 2018

---



## PATROCINADORES

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)  
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)  
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

## CONSELHO DELIBERATIVO

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar  
José Andrade Costa - Vice-Presidente  
Lourival Nery dos Santos – até 25/03/2018  
Sérgio Brito Clark – desde 26/03/2018  
José Nilton Fernandes  
Nivaldo Trindade Santos  
Reginaldo da Silva Medeiros

## CONSELHO FISCAL

Antônio Nogueira Filho - Presidente  
Adelson Belchior Chaves- Vice-Presidente  
Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
Helton Chagas Mendes

## DIRETORIA EXECUTIVA

José Jurandir Bastos Mesquita – Diretor-Presidente  
Marcos José Rodrigues Miranda – Diretor de Administração e Investimentos  
Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência

## OUVIDORIA

Maria Auxiliadora Bezerra – Ouvidora

## CANAIS DE RELACIONAMENTO

**RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES**  
0800 9705775 (tel. fixo) / 4020-1615 (celular) / 9.9761 0077 (Whatsapp)  
relacionamento@capef.com.br  
www.capef.com.br  
Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

**OUVIDORIA**  
ouvidoria@capef.com.br

## EXPEDIENTE

**CONTEÚDO E APROVAÇÃO**  
Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef – GEDIN

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**  
GO! Branding + Design

## SUMÁRIO

4	Diretoria
6	Linha do Tempo
9	Missão e Valores
11	Governança corporativa
18	Gestão de relacionamento
25	Gestão previdenciária
31	Gestão dos investimentos
46	Gestão administrativa
53	Demonstrações contábeis
63	Notas explicativas
109	Pareceres
133	Sumário da política de investimentos



## MENSAGEM DA DIRETORIA

Já há alguns anos o nosso País vem apresentando um cenário econômico desafiador, ocasionado sobretudo pela tensão política. E nesse aspecto, já era previsto que 2018 não seria diferente, afinal, viveríamos uma das eleições mais conturbadas da história.

As previsões se consolidaram e, de fato, tivemos um ano com fortes oscilações no mercado financeiro, motivadas não só pelas eleições, mas também por outros fatores relevantes: internamente, a greve dos caminhoneiros; externamente, a guerra comercial entre Estados Unidos e China.

No entanto, por mais um ano, obtivemos resultados significativos. As rentabilidades dos planos administrados pela Entidade superaram as respectivas metas atuariais em 2018. O Plano BD alcançou retorno de 11,97% (131,25% da meta) e o Plano CV I rentabilizou 12,75% (138,74% da meta). Esses ganhos foram repassados para todos os nossos Participantes, de modos distintos: no BD, contribuiu para a redução da taxa de contribuição dos assistidos, no CV I, por meio do reajuste dos seus benefícios. Para se ter uma ideia, a correção dos benefícios do Plano CV I (Fase Renda Certa a Prazo Certo) para 2019 foi de 6,83%, bastante superior ao IPCA acumulado no ano, de 3,75%.

Já os Assistidos do Plano BD também tiveram uma importante conquista para celebrar: diante dos resultados positivos, o Conselho Deliberativo aprovou uma redução na taxa de contribuição extraordinária, que passou de 21,25% para 20%. Com isso, a taxa retornou ao mesmo patamar vigente até dezembro de 1996. Sendo que agora com o plano totalmente equilibrado atuarialmente. Equilíbrio atuarial, aliás, atestado pelos atuários da Capef, Conselho Fiscal e pela Auditoria do Banco do Nordeste, referendado pela Consultoria Internacional Grant Thornton.

Esses resultados alcançados atestam, efetivamente, a governança fortalecida da Capef, seus controles internos, normas e processos, a atuação dos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva). Tudo isso aliado à qualificação, competência e eficiência da equipe na estratégia de gestão dos recursos.

Outra pauta que continuou sendo tratada como prioridade pela nossa gestão em 2018 foi a busca pelo aumento da cobertura previdenciária entre os funcionários do Banco do Nordeste. Graças a um trabalho forte de conscientização sobre a importância da Previdência Complementar, incluindo visitas presenciais realizadas por um de nós, diretores, acompanhados de um especialista da Capef, 189 empregados deram início ao seu planejamento futuro, com a adesão ao Plano CV I. Assim, esse Plano encerrou o ano com 5.761 Participantes!

Com relação à Comunicação e Relacionamento com nossos Participantes, a tecnologia foi uma impor-



**Fran Bezerra**  
Diretor de Previdência

**Jurandir Mesquita**  
Diretor-Presidente

**Marcos Miranda**  
Diretor de Adm. e Investimentos

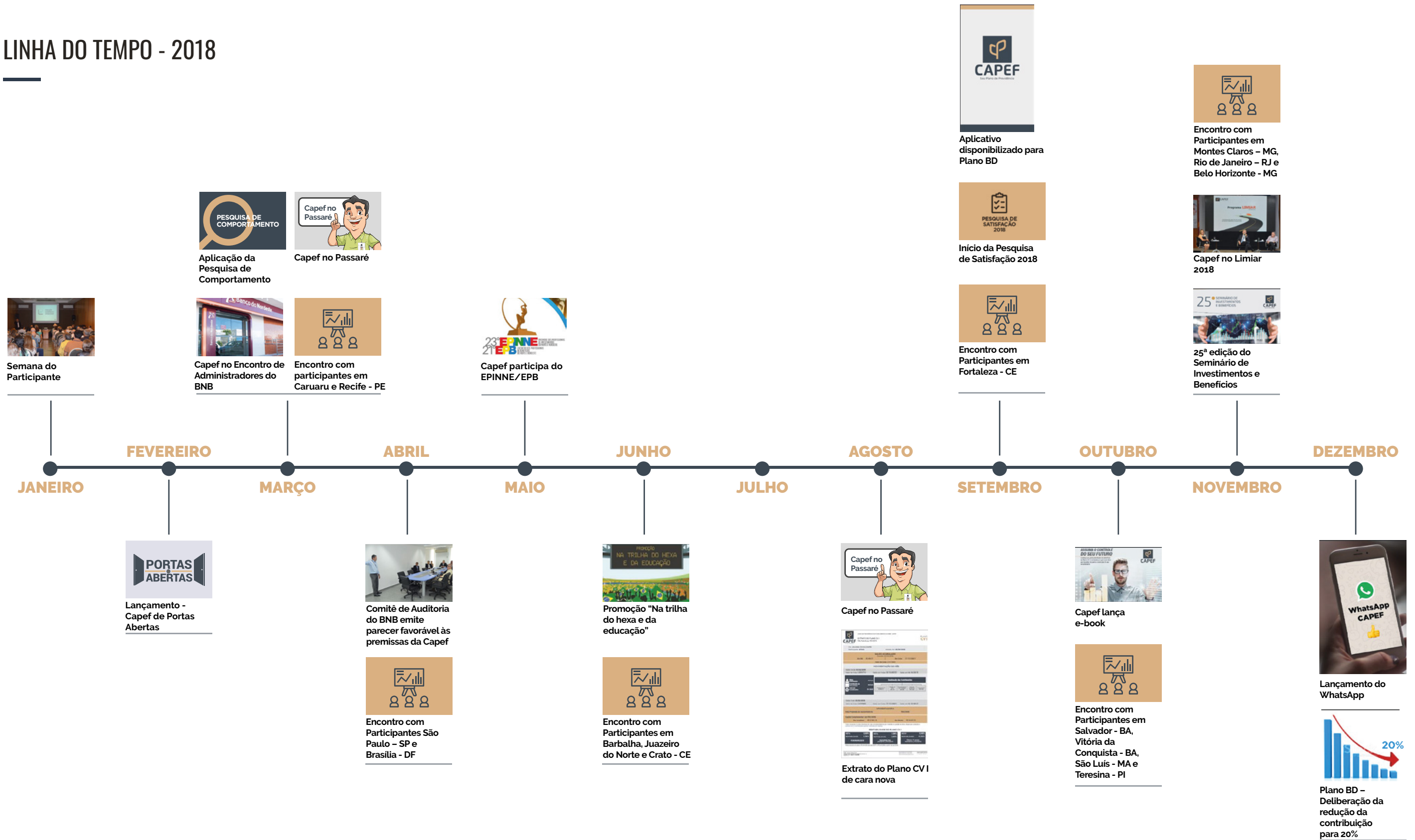
tante aliada para aprimorarmos esses pontos em 2018. Primeiramente, em setembro, os Participantes do Plano BD ganharam uma nova forma de se manterem atualizados sobre seu Plano. O Aplicativo 'Plano CV I', para smartphone, passou a ser intitulado 'Capef', e nele foram contempladas as informações de ambos os planos administrados pela Entidade. Posteriormente, em dezembro, lançamos o Whatsapp como mais uma alternativa de canal de comunicação da Entidade com nossos Participantes. É a Capef se modernizando para buscar atender da melhor forma as expectativas do nosso público.

Vale ressaltar, contudo, que mesmo com todas as ferramentas tecnológicas de comunicação ao nosso favor, não deixamos de realizar o bom e velho "cara a cara". Em 2018, estivemos, em parceria com a Ouvidoria, em 13 cidades espalhadas pelo Brasil, dando continuidade ao projeto "Encontro com Participantes", evento cujo objetivo é nos aproximar dos nossos associados, disseminando informações que favoreçam o seu entendimento e acompanhamento dos planos de benefícios.

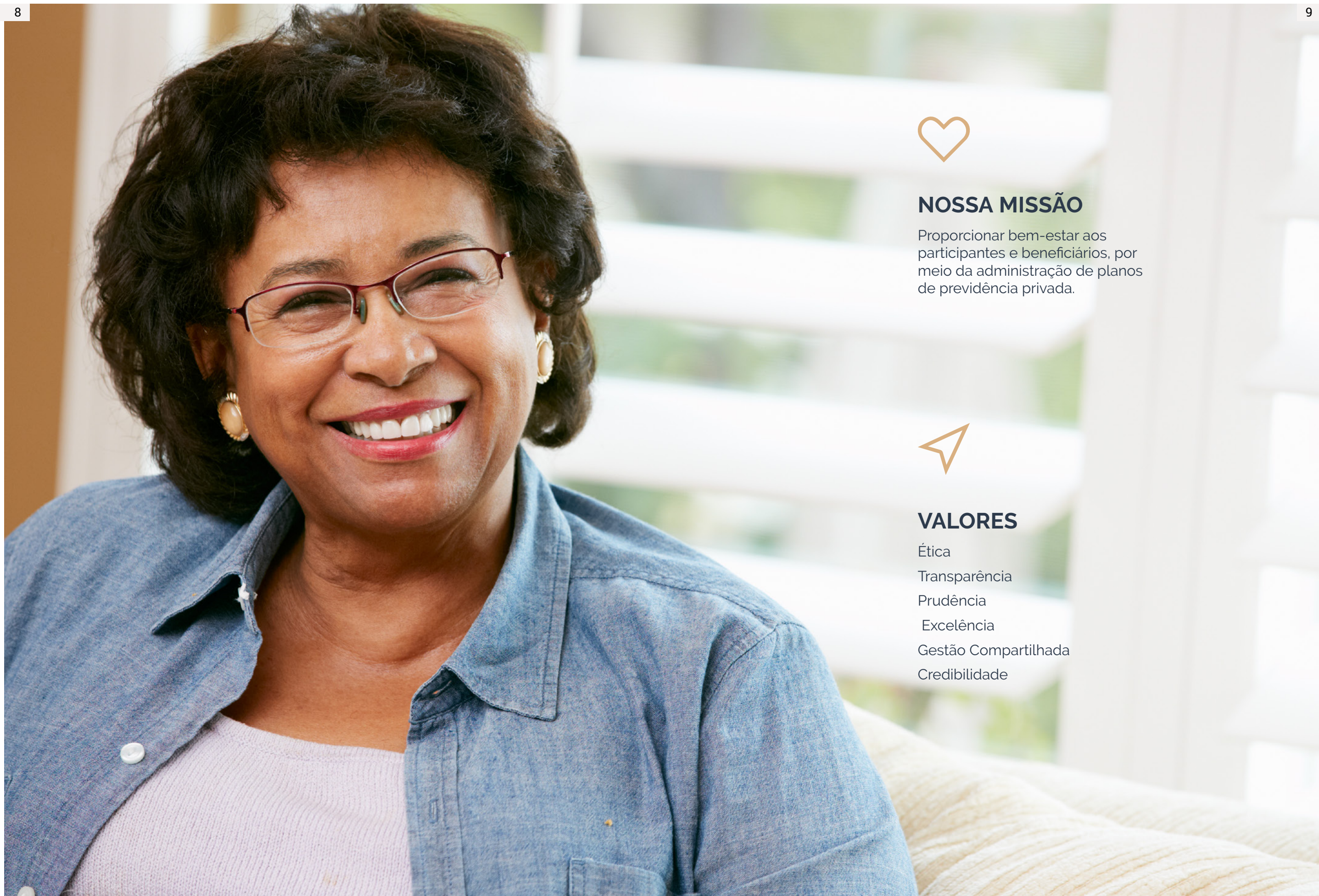
Por fim, apresentamos a seguir o Relatório Anual de Informações referente ao ano de 2018, contendo todas as ações realizadas, resultados obtidos, demonstrações contábeis, pareceres e política de investimentos, segregados por Plano.

**Desejamos uma ótima leitura!**

# LINHA DO TEMPO - 2018







## NOSSA MISSÃO

Proporcionar bem-estar aos participantes e beneficiários, por meio da administração de planos de previdência privada.



## VALORES

Ética  
Transparência  
Prudência  
Excelência  
Gestão Compartilhada  
Credibilidade





**51 ANOS**  
DE EXISTÊNCIA



**2ª MAIOR**  
EFPC DO NO/NE



**12.284**  
PARTICIPANTES  
TOTAL



**R\$ 4,573 BI**  
PATRIMÔNIO DE  
INVESTIMENTOS  
TOTAL

PLANO BD



**6.523**  
PARTICIPANTES

PLANO CV



**5.761**  
PARTICIPANTES



**R\$ 3,630 BI**  
DE PATRIMÔNIO



**R\$ 944 MI**  
DE PATRIMÔNIO

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

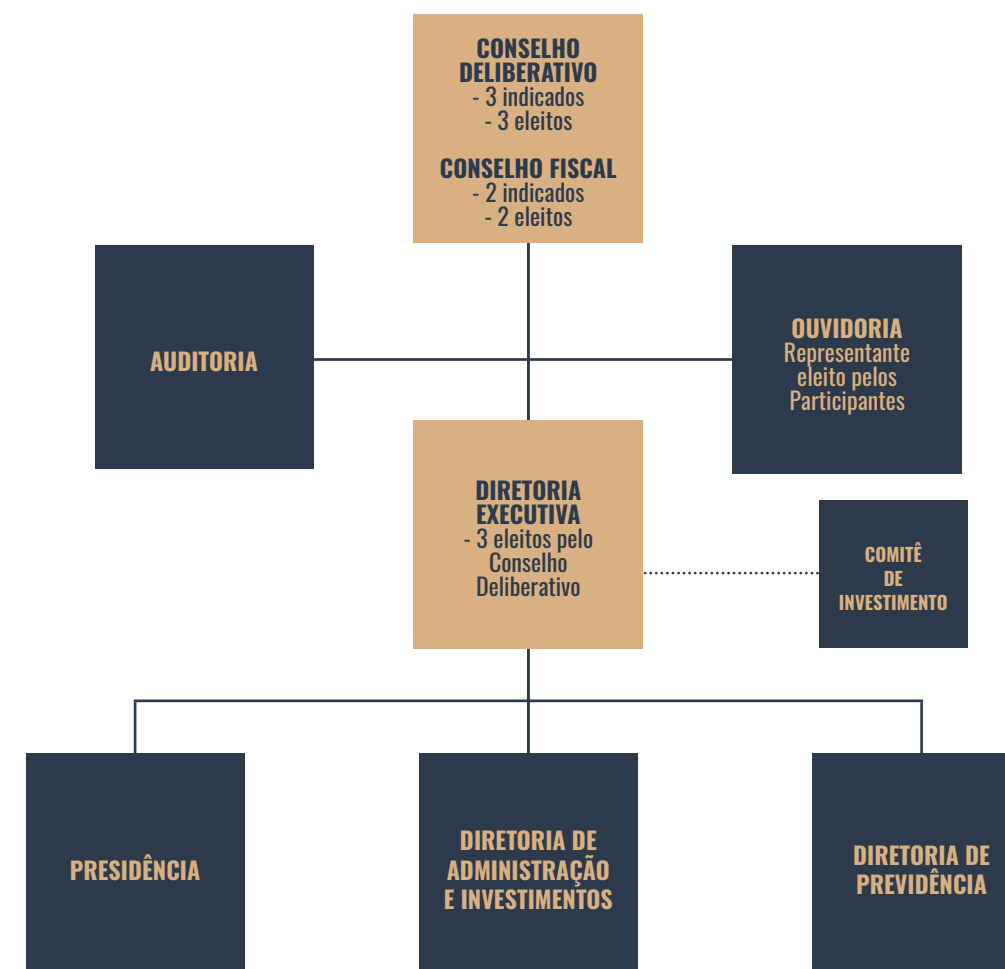
O segmento da Previdência Complementar Fechada, em razão de sua importante função social, é rigidamente regulado e fiscalizado no que tange à Governança Corporativa, "sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas." (IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

Para que as melhores práticas de governança se concretizem nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar é essencial a atuação

de dirigentes e empregados qualificados, os quais devem zelar pelo o funcionamento adequado do sistema, monitoramento efetivo de riscos, transparência nas informações, além de incentivo ao envolvimento de todos os públicos envolvidos, para que possam acompanhar efetivamente os atos de gestão praticados.

Nesse sentido, a Capef procura fortalecer constantemente a relação de confiança que conseguiu estabelecer ao longo desses 51 anos com seus participantes, assistidos, patrocinadores, conselheiros e funcionários, de modo a garantir o bem comum e a perenidade da Entidade.

### COLEGIADOS





## CONSELHO DELIBERATIVO

### INDICADOS (TITULARES)

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar – Presidente  
José Andrade Costa – Vice-Presidente  
Sérgio Brito Clark

### INDICADOS (SUPLENTES)

Gustavo Dorea Carneiro  
João Robério Pereira de Messias  
Luís Eduardo Magalhães de Freitas

### ELEITOS (TITULARES)

Reginaldo da Silva Medeiros  
José Nilton Fernandes  
Nivaldo Trindade Santos

### ELEITOS (SUPLENTES)

José Carlos de Oliveira Junior  
Isaac Nogueira de Almeida

## CONSELHO FISCAL

### INDICADOS (TITULARES)

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
Helton Chagas Mendes

### INDICADOS (SUPLENTES)

Sandra dos Santos Souza Lisbôa  
José Valter Bento de Freitas

### ELEITOS (TITULARES)

Antônio Nogueira Filho – Presidente  
Adelson Belchior Chaves – Vice-Presidente

### ELEITOS (SUPLENTES)

Carlos Alberto Santana da Rocha  
Ana Gisele Fernandes Barreto

## DIRETORIA

José Jurandir Bastos Mesquita – Presidente  
Marcos José Rodrigues Miranda – Diretor de Administração e Investimentos  
Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência

## AUDITORIA

Durante o exercício de 2018, todos os processos e atividades que foram objeto do Plano Anual de Auditoria, aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 283ª reunião, realizada em 12/01/2018, foram analisados e estão em conformidade com as normas vigentes, regulamentos dos planos administrados e políticas aprovadas por esse colegiado, sendo sugeridas as melhorias para o aperfeiçoamento e ampliação dos controles da Empresa. Foram

objetos também do plano anual, a verificação da eficácia dos riscos e controles realizados pela Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos para os processos revisados na Tesouraria e na área de Operações com Participantes (concessão de empréstimos), bem como foi acompanhado o cronograma de atendimento das recomendações da auditoria do patrocinador, Banco do Nordeste, relativa à fiscalização ocorrida em 2017.

## CONSULTORIA INTERNACIONAL EMITE PARECER FAVORÁVEL AOS PLANOS DA ENTIDADE

Visando ampliar ainda mais o nível de governança da Entidade, em abril de 2018, membros do Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste reuniram-se com a Diretoria e equipe técnica da Capecf, a fim de avaliar as premissas adotadas nos cálculos atuariais e os resultados atuariais dos Planos BD e CV I.

Na ocasião, a gestão da Capecf apresentou as hipóteses aplicadas nos cálculos após revisão realizada no último ano, bem como os resultados atuariais dos planos de benefícios da Entidade.

Ao final do ano, após as devidas apreciações, a Consultoria Internacional Grant Thornton

emitiu parecer favorável referente às premissas atuariais dos Planos BD e CV I, sendo aprovado pela Auditoria do Banco do Nordeste e pelo Comitê de Auditoria. Em sua conclusão, a Consultoria atestou que os processos e controles estão em conformidade com a legislação vigente e alinhados às boas práticas de governança e gestão de riscos, além disso, considerou que a Capecf apresentou atitudes inovadoras e agregadoras como o fundo de solvência e o fórum de política de investimentos.

Referida ação passará a ser sistemática na Entidade e encontra-se prevista na Lei nº 13.303/2016.

## 25ª EDIÇÃO DO SEMINÁRIO DE INVESTIMENTOS E BENEFÍCIOS



O evento de maior representatividade para a governança corporativa da Entidade chega em sua 25ª edição. Realizado desde 1994, o Seminário de Investimentos e Benefícios foi realizado nos dias 26 e 27 de novembro, com a participação de mais de 280 pessoas, reunidas para discutir a Política de Investimentos dos planos, baseado em cenários econômicos apresentados por especialistas do mercado financeiro.

“O ponto forte foram as discussões e compartilhamento de opiniões determinantes para o resultado do evento e para a manutenção do bom desempenho dos investimentos dos Planos BD e CV I”, avaliou o Diretor Presidente, Jurandir Mesquita.

Além do representante da Capef, compuseram a

mesa de abertura do evento: o presidente do Banco do Nordeste, Romildo Rolim; o presidente do Conselho Deliberativo, Henrique Tinoco; e o presidente do Conselho Fiscal, Antônio Nogueira Filho. Ambos destacaram em seus discursos a oportunidade que o Seminário promove quanto ao engajamento dos participantes em prol de um bem comum: acompanhamento e decisões compartilhadas sobre a gestão dos recursos dos Planos.

Em 2018, o Seminário contou com a rica participação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e de várias instituições financeiras de renome do mercado nacional, como: Rio Bravo Investimentos, CM Capital Markets, Aditus Consultoria, Constância Investimentos, TG Core e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## GESTORES, FUNCIONÁRIOS E CONSELHEIROS DA CAPEF PARTICIPAM DE EPINNE/EPB 2018

Conselheiros, como Adelson Belchior, Helton Chagas, Nivaldo Trindade e Reginaldo Medeiros, além de diretores e gestores da Capef, participaram, nos dias 17 e 18 de maio, do 23º Encontro dos Profissionais de Investimentos do Norte e Nordeste (EPINNE) e do 21º Encontro de Profissionais de Benefícios do Norte e Nordeste (EPB), realizados simultaneamente em Fortaleza (CE).

O EPINNE/EPB reuniu entidades do Norte e Nordeste, além de representantes de estados de outras regiões, a fim de debater temas que refletem as necessidades atuais do mercado. A proposta foi integrar as áreas de Investimentos e Benefícios, com o objetivo de superar os desafios contemporâneos e fortalecer o sistema de previdência complementar fechada.

Ao todo, foram apresentados 13 painéis, com a presença de 16 palestrantes que compartilharam experiências sobre os desafios do setor.



(esquerda – direita): Daniel Dantas, Assessor de Riscos da Capef; Tarcísio Bezerra, da Faelce e Fran Bezerra, Diretor de Previdência da Capef, reúnem-se no EPINNE/EPB.



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Baseado em um modelo participativo, que envolve os gestores e suas equipes desde a definição até o acompanhamento mensal dos resultados, o Planejamento Estratégico da Capef ancora-se na metodologia do Balanced Scorecard, desenvolvendo vantagens competitivas que subsidiem a sustentabilidade do negócio.

Anualmente, o planejamento estratégico passa por uma revisão, permitindo a validação ou adequação do Mapa Estratégico frente aos novos cenários no qual a entidade se encontra.

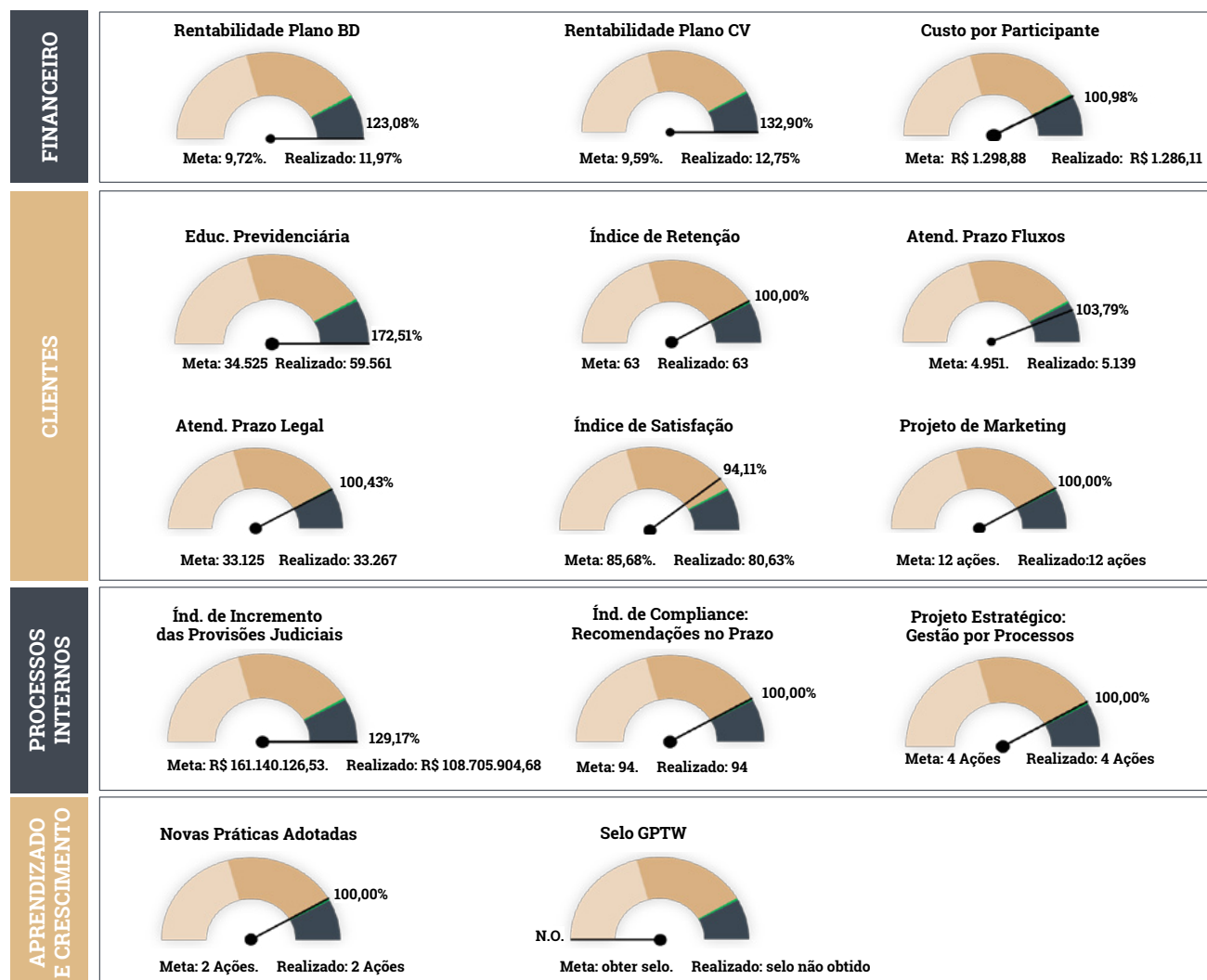
Mensalmente, os resultados são apurados e apresentados nos Fóruns de Avaliação e Gestão

(FAGs) para todo o corpo gerencial, permitindo também a discussão de pautas estratégicas. Em seguida, os gestores conduzem os Fóruns de Alinhamento das Equipes (FAEs), repassando os resultados e as pautas apresentadas nos FAGs à suas equipes. Ao final de cada trimestre, são realizados Fóruns de Alinhamento Institucional (FAIs), nos quais são apresentados a todos os resultados acumulados no período, ocasião em que também ocorrem repasse de informações institucionais, por meio de um diálogo direto entre a Diretoria e os colaboradores da Entidade.

No quadro abaixo, apresentamos os resultados apurados ao final de 2018.



### INDICADORES ESTRATÉGICOS Posição: Dezembro/18



## GESTÃO DE PESSOAL

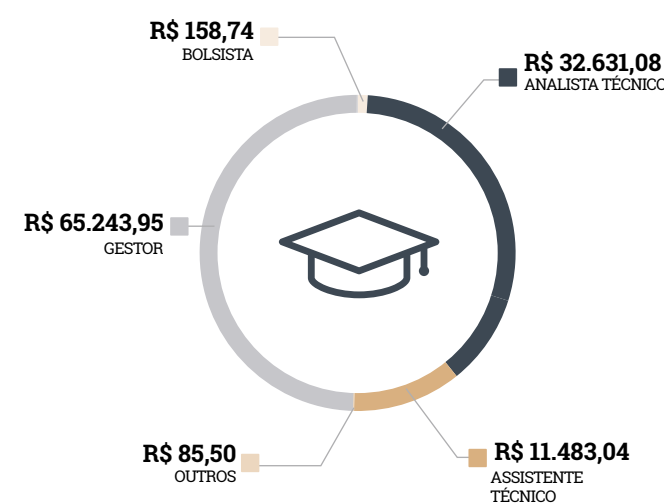
A capacitação de seus colaboradores e dirigentes é pauta permanente no orçamento interno da Entidade, por acreditar que é essencial para o atingimento dos objetivos estratégicos e fomento do engajamento entre as equipes.

Ao longo de 2018, foram realizadas **3.296,83 horas** de treinamentos, o que correspondeu a um investimento de **R\$ 109.602,31**.

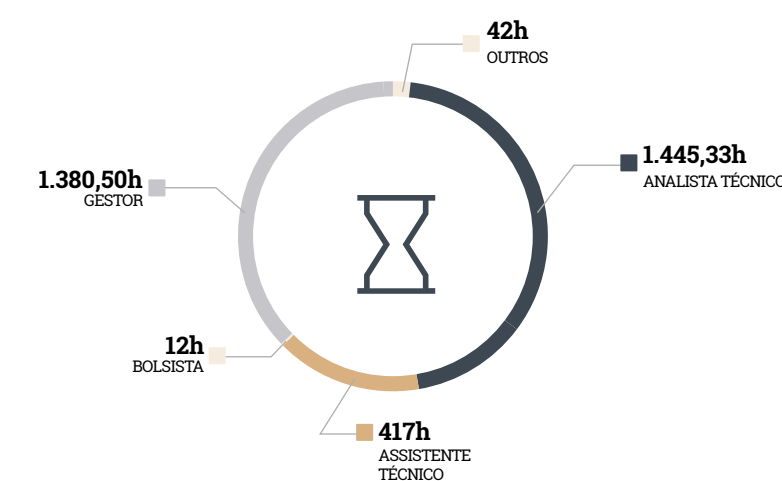
### Perfil Funcional

				TOTAL
ESPEC. / MBA	10	11		21
MESTRADO	3	1		4
SUPERIOR COMPLETO	15	11		26
SUPERIOR INCOMPLETO	3	10		13
	<b>31</b>	<b>33</b>		<b>64</b>

### Investimento em Treinamento



### Carga horária de treinamento por cargo





## GESTÃO DE RELACIONAMENTO

Conhecer as necessidades do público, personalizar as informações, estar próximo, agilizar o atendimento das demandas, Investir em novas formas de comunicação e educação são ações consideradas essenciais pela Capef para construção de um relacionamento mais transparente, sólido e confiável. Ao longo de 2018, muitas dessas ações foram efetivadas pela Capef.

Confira nossos números!

### ATENDIMENTOS POR CANAL EM 2018



**45.027**  
TOTAL



**29.334**  
TELEFONE



**6.569**  
E-MAIL



**6.401**  
PRESENCIAL



**2.486**  
CORRESPONDÊNCIA

**237**  
OUTROS

POR PÚBLICO	POR PLANO	POR ASSUNTO
<b>29.431</b> ASSISTIDOS	<b>34.995</b> PLANO BD	<b>35.717</b> PLANOS BD E CV I
<b>12.716</b> ATIVOS	<b>8.704</b> PLANO CV	<b>6.436</b> CONVÊNIO INSS
<b>712</b> BENEFICIÁRIOS DE PECÚLIO	<b>1.328</b> NÃO IDENTIFICADOS	<b>2.874</b> OUTROS ATENDIMENTOS
<b>748</b> PENSIONISTAS DE ALIMENTOS		
<b>1.420</b> OUTROS		
		<b>TOTAL 45.027</b>

## CANAIS DE ATENDIMENTO



TELEFONE FIXO  
**0800 9705775**



CELULAR  
**4020 1615**



ATENDIMENTO PRESENCIAL  
**Av. Santos Dumont, 771, Centro - Fortaleza-CE**



E-MAIL  
**relacionamento@capef.com.br**



HORA MARCADA  
**agendamento eletrônico pelo site**



WHATSAPP  
**85 9 9761 0077**

## ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA

Em 2018, a Ouvidoria realizou 272 atendimentos, sendo 24% referentes ao plano CVI e 76% referentes ao plano BD.

<b>104</b>	<b>70</b>	<b>87</b>	<b>11</b>	<b>=</b>	<b>272</b>
SOLICITAÇÕES	RECLAMAÇÃO	SUGESTÃO	ELOGIO		TOTAL



## ENCONTROS COM PARTICIPANTES

Promovidos em conjunto com a diretoria e a ouvidoria, os Encontros com Participantes têm como objetivo a aproximação dos associados, por meio da realização de debates, troca de informações, esclarecimento de dúvidas e prestação de contas sobre o desempenho dos planos BD e CV I.

No ano de 2018, foram realizados 13 Encontros. No total, verificou-se a presença de 562 participantes, com média de 43 participações por evento. Cada evento teve a participação de um representante da Diretoria da Capef, além da presença do BNB e demais parceiros: CAMED, AABNB, AFBNB e alguns sindicatos locais.



Caruaru – 20/03/2018



São Paulo – 24/04/2018

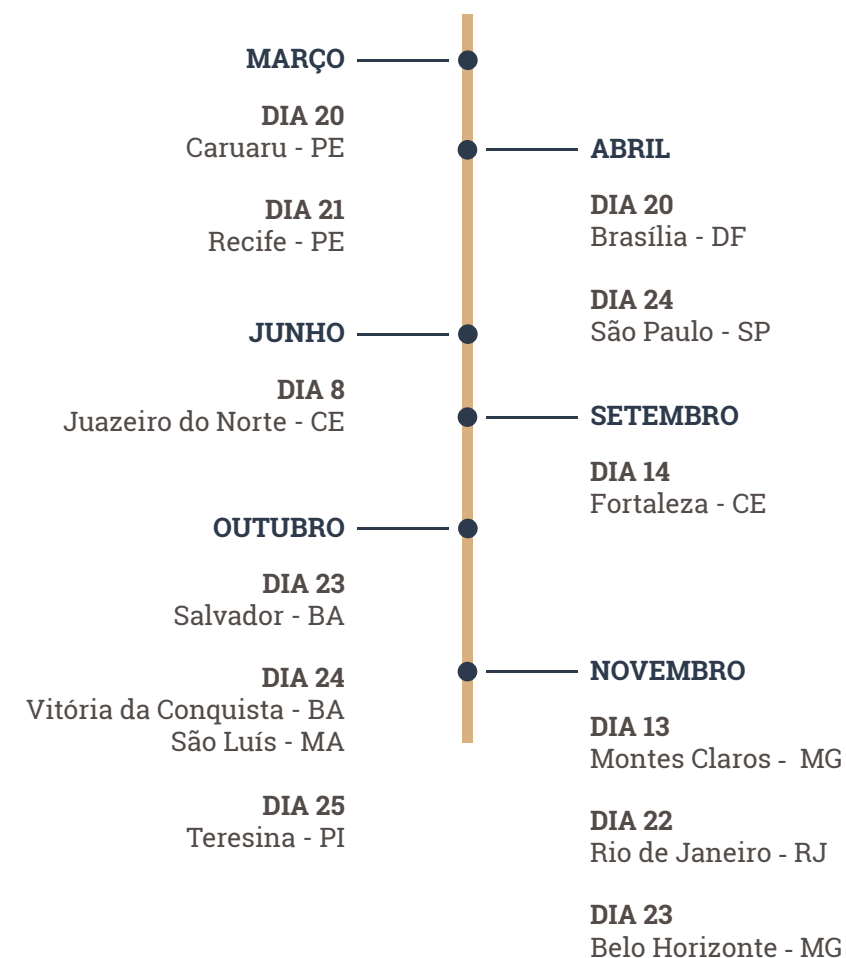


Recife – 21/03/2018



Teresina – 25/10/2018

## CIDADES E DATAS DE REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS COM PARTICIPANTES



## PESQUISAS: SUBSÍDIOS PARA IDENTIFICAR AS NECESSIDADES DOS PARTICIPANTES

Com o intuito de aperfeiçoarmos os nossos produtos e serviços e tornar as nossas ações mais assertivas, em 2018, além da Pesquisa de satisfação, que já ocorre periodicamente, realizamos também uma Pesquisa de Comportamento, com o propósito de conhecer melhor sobre os gostos, hábitos e costumes do nosso público.

### PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Com 3.711 respondentes, a Pesquisa de Satisfação 2018 obteve nível recorde de participação entre o nosso público. Realizada durante os meses de setembro e dezembro, a consulta teve como objetivo obter subsídios para aprimorar a gestão dos planos e serviços da Entidade. A média geral de aprovação entre todas as perguntas foi de 80,63%.

[CLIQUE AQUI E ACESSE A PESQUISA DE SATISFAÇÃO](#)

### PESQUISA DE COMPORTAMENTO

A pesquisa contou com a participação de 1.080 pessoas, sendo 152 participações via aplicativo do Banco do Nordeste disponibilizado no encontro de administradores e outras 928 participações pelo site da Entidade.



Por meio dos resultados obtidos na Pesquisa identificamos falhas, corrigimos processos e implantamos novas sugestões, como: o lançamento de um canal mais ágil de atendimento, por meio do Whatsapp.

## NOVAS FORMAS DE RELACIONAMENTO



### APLICATIVO PARA PÚBLICO DO PLANO BD

Os Participantes do Plano BD já podem acessar as informações do seu Plano pelo smartphone. O aplicativo apresenta os resultados do Plano, simulação do benefício de aposentadoria, demonstrativo de pagamento, menu de empréstimos e muito mais.

**Baixe o aplicativo da Capec e confira todas as novidades.**



### ATENDIMENTO VIA WHATSAPP

Por meio da Pesquisa de Comportamento, identificamos que muitos de nossos participantes já utilizavam o whatsapp e desejavam se comunicar com a Capec de um modo mais ágil. Assim, lançamos o atendimento via Whatsapp, no mês de dezembro/2018.

**Anote o número e nos adicione em seus contatos! (85) 9. 9761 0077**

## EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A educação financeira e previdenciária é outro importante pilar trabalhado pela Capec para ampliar o conhecimento e despertar o interesse do público sobre essa temática. Ações presenciais de incentivo à educação, estandes de atendimento, publicações e promoções são algumas estratégias utilizadas para aproximar os participantes do universo previdenciário.

**Conheça as principais ações realizadas ao longo de 2018.**

### SEMANA DO PARTICIPANTE

Para celebrar o Dia Nacional do Aposentado e Dia da Previdência Social, a Capec promoveu a Semana do Participante, que contou com dois eventos: uma palestra sobre opções de investimentos, seguida por atração musical e coquetel, no dia 24/01 e uma oficina de educação financeira, no dia 25/01.



O evento do dia 24/01 foi iniciado com uma palestra, no Ponta Mar Hotel, sobre "Opções de Investimentos para Pessoa Física".

Na ocasião, Francisco Edimôses, especialista da XP Investimentos, falou sobre diversas opções de aplicação no mercado para cada perfil de investidor. Ele destacou a importância de se buscar alternativas mais rentáveis do que a poupança, mas também seguras, como LCI, LCA, CDB, Debêntures, entre outras.

Após a palestra, os convidados participaram de um sorteio de brindes e, em seguida, se reuniram em um coquetel comemorativo, ao som de violinos.

### EVENTOS PRESENCIAIS

Além de promover a educação, os eventos presenciais são importantes para estabelecer pontos de contato e escuta com os Participantes, esclarecer dúvidas e estreitar o relacionamento.

#### Capec de Portas Abertas



O Programa "Capec de Portas Abertas" foi lançado no início de 2018 e tem o objetivo de estimular a visita do Participante para conhecer como funciona a administração dos seus recursos e a estrutura física da Entidade.

#### Encontro de Administradores



Alinhada com a proposta de estar cada vez mais perto dos participantes, a Capec marcou presença no Encontro de Administradores do Banco do Nordeste, realizado nos dias 1º e 2 de março, em Camaçari/BA.

#### Capec no Passaré



Nos meses de março e agosto de 2018, a Entidade realizou a ação promocional "Capec no Passaré". Profissionais estiveram em estande na Direção Geral para realizar atendimento aos funcionários do Banco e promover ações interativas com sorteio de brindes.



Já no dia 25/01, foi realizada uma oficina de educação financeira na sede da Capec, ministrada por Manoela Barreto, economista da ONG Poupa Mais Brasil.

Na oportunidade, os Participantes foram apresentados a problemas reais de orçamento doméstico e provocados a resolvê-los em grupos, onde os membros simulavam ser da mesma família.

No fim do evento, o diretor presidente da Capec, Jurandir Mesquita, agradeceu aos Participantes pela presença e respondeu ainda algumas dúvidas sobre a situação dos Planos BD e CV I.





### CAPEF LANÇA E-BOOK

A proposta do E-book "Assuma o Controle do Seu Futuro", publicação digital lançada em outubro de 2018, foi uma forma que encontramos de tentar incentivar o Participantes a se planejar e a adotar uma postura mais proativa com relação ao seu dinheiro. A publicação apresenta as diferenças entre sonhos e objetivos, as peculiaridades do Plano CV I e como ser parte ativa na gestão dos seus investimentos.

CLIQUE AQUI E BAIXE O E-BOOK NA ÍNTEGRA



### PROMOÇÃO "NA TRILHA DO HEXA E DA EDUCAÇÃO"

Nos meses em que ocorreram os jogos da copa do mundo de 2018, a Capef realizou a Promoção "Na trilha do hexa e da educação", com o intuito de divulgar as regras dos planos previdenciários e sortear prêmios aos participantes que se engajassem em ações educativas.

Para tornar a promoção ainda mais dinâmica e divertida, também lançamos durante a campanha o 'Palpite Premiado', que funcionava da seguinte forma: às vésperas dos jogos do Brasil, os associados que estivessem participando da promoção poderiam palpar em um bolão. Aqueles que acertassem os resultados das partidas concorreriam a brindes institucionais.

O Brasil não conquistou o Hexa, mas os Participantes da Capef mostraram que são craques no jogo e na educação, com aproximadamente 3.000 participações.



Jurandir Mesquita participou do painel "Estruturando o Pós-Carreira", juntamente com o presidente da AABNB, José Edson Braga e a mediadora, Zilana Ribeiro, ex-diretora da Capef.

### PID: CAPEF PRESENTE NO PROGRAMA LIMIAR 2018

No final de 2018, a Capef participou do Programa Limiar, realizado pelo Banco do Nordeste com foco nos funcionários elegíveis ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID).

O objetivo do evento foi apresentar os desafios e as possibilidades de preparação e construção de um pós-carreira produtivo e saudável.

Jurandir Mesquita agradeceu ao Banco pelo convite e parabenizou a instituição pela iniciativa, ressaltando a importância que o BNB dá para o futuro dos seus empregados.

**"Temos tantas mudanças na vida que acontecem de repente, que às vezes não estamos preparados. E o BNB mais uma vez nos concede o privilégio de nos preparar para este momento de mudança em nossas vidas. Além de nos ofertar plano de previdência, assistência médica, treinamentos, ainda promove eventos como esse. É realmente um orgulho trabalhar numa instituição que, além de tudo isso, tem uma missão extremamente nobre de desenvolver a região", disse o diretor.**

Posteriormente, Jurandir explicou ao público informações importantes sobre os benefícios dos Planos BD e CV I, bem como alguns detalhes sobre tributação, empréstimos e formas de acompanhamento da gestão.

## GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

### PLANO CV I

Ao longo de 2018, realizamos uma série de ações com o objetivo de melhorar a experiência dos Participantes do Plano CV I, desde o momento da adesão, até a aposentadoria, dentre elas:

#### SIMPLIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO NO SITE

Visando tornar o processo de inscrição ao Plano mais prático, lançamos em janeiro uma Proposta de Adesão simplificada em nosso site. A partir de então, para aderir ao plano pela página da Capef, o futuro Participante preenche o formulário em apenas uma página, de forma mais simples e rápida, sem a necessidade de mudanças de link durante o processo. Além disso, foram reduzidas as informações solicitadas.

#### ESCOLHA DO MÊS DA 1ª CONTRIBUIÇÃO

Como forma de facilitar o planejamento financeiro do funcionário, foi adicionada a possibilidade do futuro Participante escolher, no momento da adesão, o mês de sua primeira contribuição. Com isso, foi reduzida a chance do empregado postergar sua decisão de inscrição ao plano, com a justificativa de precisar de um tempo para organizar seu orçamento.

#### ALTERAÇÃO NO KIT DE ADESÃO

Dentre os objetivos organizacionais da Capef, encontram-se o fortalecimento da marca institucional e do relacionamento com os Participantes. Uma das formas de disseminar a nossa imagem institucional e torná-la presente na memória do participante foi uma alteração no Kit de Adesão, material enviado aos Participantes no momento de inscrição ao Plano. A partir de março, os novos aderentes passaram a receber uma Bolsa de Viagem personalizada, juntamente com um pen drive contendo os normativos e cartilhas do Plano CV I.

#### MUDANÇA NO LAYOUT DO EXTRATO INDIVIDUAL

Para favorecer o acompanhamento do Plano CV I, a Capef disponibiliza mensalmente o Extrato Individual de Contribuições. Nesse documento, estão disponíveis as informações mais relevantes do plano, como: saldo acumulado, movimentação do mês, destinação das contribuições, valor do Capital Complementar, rentabilidade do Plano, dentre outras. Visando adicionar atratividade à leitura desse documento, em agosto o Extrato ganhou uma nova roupagem, muito mais simples e compreensível. Essa mudança foi bastante elogiada pelos Participantes!



### PLANO BD

Com relação ao Plano BD, cuja maioria dos Participantes encontra-se em fase assistida, as ações realizadas em 2018 consistiram na melhora da situação previdenciária de todos.

#### ADIANTAMENTO DA 2ª PARCELA DO 13º BENEFÍCIO

A Capef antecipou aos seus Participantes Assistidos, excepcionalmente em 2018, a 2ª parcela do 13º benefício. O pagamento, que normalmente é pago em novembro, foi realizado em outubro. A decisão sobre essa medida foi tomada após reunião realizada entre a Diretoria da Capef, o presidente do Banco do Nordeste, Romildo Rolim, e diretores da AABNB.

#### INCENTIVO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DE 2003

Compromissados com a melhora da situação previdenciária dos participantes do Plano BD, realizamos uma ação incentivando a adesão ao Regulamento de 2003 para os 61 associados que ainda não haviam aderido. Na ocasião, esse grupo de participantes recebeu um e-mail personalizado, mostrando valores detalhados de como essa adesão poderia melhorar suas condições no Plano.

### REDUÇÃO NA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA 20%

Diante dos excelentes resultados obtidos pelos investimentos em 2018, o Conselho Deliberativo aprovou uma redução na taxa de contribuição extraordinária dos Assistidos do Plano BD, que passou de 21,25% para 20%. Com essa medida, esse percentual retornou ao mesmo patamar vigente até dezembro de 1996, mas com a diferença de que agora o plano encontra-se, diferentemente daquela época, equilibrado atuarialmente, o que proporciona tranquilidade atual e futura aos nossos Participantes. Considerando os efeitos do reajuste pelo INPC acumulado em 2018 (3,43%) e a redução da contribuição em 1,25 p.p., a variação do benefício dos Participantes Assistidos em 2019, antes da incidência de Imposto de Renda, foi de 5,07%.

## OS RESULTADOS DO FOMENTO

As viagens para venda do plano CV I, ações de educação financeira e previdenciária, a parceria com o Patrocinador e o contato dos profissionais do atendimento com os empregados do Banco têm ampliado o nível de interesse das pessoas em aderir ao Plano CV I e em acompanhar mais de perto a gestão de seu plano.

Como resultado desse trabalho, o Plano CV I registra no final de 2018 a marca de 5.761 Participantes.

Os dois Planos possuem 12.284 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão segregados, conforme o quadro a seguir:

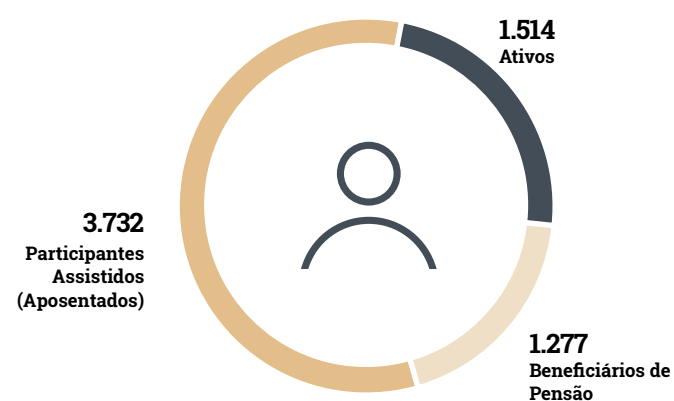
PARTICIPANTES	BD	CV I	TOTAL
<b>ATIVOS</b>	<b>1.514</b>	<b>5.531</b>	<b>7.045</b>
CONTRIBUENTES	72	5.316	5.388
NÃO CONTRIBUENTES	1.442	85	1.527
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	0	130	130
<b>ASSISTIDOS</b>	<b>5.009</b>	<b>230</b>	<b>5.239</b>
APOSENTADOS	3.732	191	3.923
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.277	39	1.316
<b>TOTAL</b>	<b>6.523</b>	<b>5.761</b>	<b>12.284*</b>

\* Em 31/12/2018, registra-se 745 participantes associados aos dois Planos (BD e CV I).

## PLANO BD

### DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

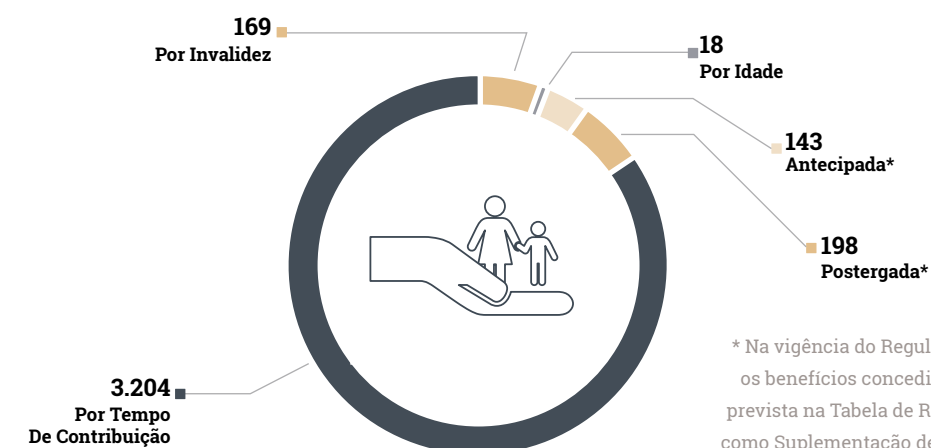
O quantitativo de Aposentados do Plano BD evidencia a maturidade do Plano com quantidade de Assistidos bem superior a de Participantes Ativos.



Total: 6.523

## TIPOS DE APOSENTADORIA

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (86%).



\* Na vigência do Regulamento do Plano BD de 1999, os benefícios concedidos com data anterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Antecipada. E os benefícios concedidos com data posterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Postergada, embora em ambos os casos tratem-se de aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

### ATIVOS

Dos 1.514 Participantes Ativos, 972 (64%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 843 (87%) com idade entre 45 e 64 anos. Das 542 mulheres, 492 (91%) pertencem à mesma faixa etária. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 179 Participantes Ativos com mais de 65 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
45 A 54	190	267	457
55 a 64	302	576	878
Acima de 65	50	129	179
<b>TOTAL</b>	<b>542</b>	<b>972</b>	<b>1.514</b>

### ASSISTIDOS

Dos 3.732 aposentados, 2.600 (70%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 1.099 com idades entre 65 e 74 anos. Das 1.132 mulheres, 470 pertencem à faixa etária de 45 a 64 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Assistidos com idade superior a 75 anos de idade (1.252).

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
45 A 54	39	11	50
55 a 64	431	366	797
65 a 74	534	1.099	1.633
75 a 84	105	959	1.064
Acima de 85	23	165	188
<b>TOTAL</b>	<b>1.132</b>	<b>2.600</b>	<b>3.732</b>



**BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO**

Dos 1.277 Beneficiários de Pensão, 1.169 (92%) pertencem ao sexo feminino. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Beneficiários com idade superior a 75 anos de idade (525).

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Até 24	24	33	57
25 a 34	1	1	2
35 a 44	15	5	20
45 a 54	60	13	73
55 a 64	184	14	198
65 a 74	372	30	402
75 a 84	365	9	374
Acima de 85	148	3	151
<b>TOTAL</b>	<b>1.169</b>	<b>108</b>	<b>1.277</b>

**RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**

Em 2018, o Plano BD obteve o total de R\$ 175,81 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.

**BENEFÍCIOS PAGOS**

Em 2018, foram pagos R\$ 375,18 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 48.977 pagamentos, com valor médio de R\$ 7.660,47. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 53,04 milhões, distribuídos em 15.711 pagamentos, com valor médio de R\$ 3.376,46.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	48.977	375.186.924,04	7.660,47
Suplementação de Pensão	15.711	53.047.539,45	3.376,46
<b>Total</b>	<b>64.688</b>	<b>428.234.463,49</b>	<b>6.620,00</b>

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições.

**PLANO CV I****DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS.**

O Plano CV I conta com um total de 5.761 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (96%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos.

**TIPOS DE BENEFÍCIOS****ATIVOS**

Dos 5.531 Participantes Ativos, 3.632 (66%) são homens, dos quais 2.604 (72%) pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 44 anos de idade. Entre as mulheres, observamos que 1.387 (73%) pertencem à faixa etária de 25 aos 44 anos.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
20 a 24	12	20	32
25 a 34	521	1.059	1.580
35 a 44	866	1.545	2.411
45 a 54	320	578	898
55 a 64	164	388	552
Acima de 65	16	42	58
<b>TOTAL</b>	<b>1.899</b>	<b>3.632</b>	<b>5.531</b>

**ASSISTIDOS**

Dos 191 Participantes Assistidos, a maioria (80%) pertence a uma faixa etária de 55 a 64 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 a 44	1	1	2
45 a 54	9	5	14
55 a 64	57	95	152
Acima de 65	12	11	23
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>112</b>	<b>191</b>

#### BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dentre os 39 Beneficiários de Pensão, destacamos que 28 deles pertencem ao sexo feminino e 11 pertencem ao sexo masculino.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
0 a 19	9	7	16
20 a 24	1	1	2
25 a 34	3	0	3
35 a 44	4	1	5
45 a 54	4	1	5
55 a 64	6	1	7
Acima de 65	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>39</b>

#### RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2018, o Plano CV I obteve o total de R\$ 118,80 milhões com as contribuições pagas por Participantes Ativos e Patrocinador.

**PLANO CV I**  
R\$ 118.799.601,04



**R\$ 118.799.601,04**  
ATIVOS

#### BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2018, foram pagos R\$ 4.413 mil em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 2.474 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.783,75. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 479 mil, distribuídos em 361 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.325,79.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	2.474	4.412.995,13	1.783,75
Suplementação de Pensão	361	478.610,09	1.325,79
<b>Total</b>	<b>2.835</b>	<b>4.891.605,22</b>	<b>1.725,43</b>

Por ser um Plano novo e ainda em fase de acumulação, o valor arrecadado com contribuições do Plano CV I supera bastante o valor pago com benefícios.

## GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

#### SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

O Brasil iniciou o ano de 2018 com uma expectativa de aceleração de crescimento econômico. Essas expectativas foram frustradas ao longo de 2018, basicamente, por fatores como a greve dos caminhoneiros e por incertezas pré-eleitorais. Passados esses eventos, verificou-se certa estabilização nos mercados financeiros domésticos. As expectativas macroeconômicas do Brasil voltaram a ficar favoráveis. O otimismo vem da amenização do ambiente político, da ampla renovação do Congresso Nacional e dos quadros mais técnicos anunciados pela equipe econômica do presidente eleito. Caso o novo governo tenha êxito na aprovação das reformas anunciadas em seu programa, enxerga-se um amplo potencial de valorização para os ativos domésticos.

A inflação fechou 2018 abaixo da meta definida pelo governo. O IPCA e o INPC no ano foram 3,75% e 3,43% respectivamente. Os fatores para esse cenário de inflação reduzida são basicamente: atividade fraca, baixa utilização da capacidade instalada da economia, taxa de desemprego elevada e renda real do consumidor em queda. Para o PIB, as projeções (última pesquisa FOCUS de 2018) apontam um crescimento de 2,55% para 2019.

Com relação à taxa básica de juros da economia brasileira, o Banco Central vem em um longo processo de afrouxamento monetário. O ciclo de queda de juros começou no final de 2016, quando a taxa estava no patamar de 14,25% a.a. Atualmente a SELIC encontra-se em 6,5% a.a., menor nível desde o início do regime de metas de inflação adotado em 1999. Com o atual nível de atividade econômica ainda fraco, bem como com as expectativas de mercado para a inflação ancoradas, o Banco Central deverá postergar o início do ciclo de aperto monetário na economia brasileira, provavelmente, somente no segundo semestre de 2019. As projeções (última pesquisa FOCUS de 2018) apontam uma SELIC de 7,25% em 2019 e 8% para 2020.

#### PLANOS DA CAPEF SUPERAM SUAS METAS ATUARAIAS EM DE 2018

A Capef obteve resultados que merecem ser destacados: O Plano BD apresentou rentabilidade de 11,97%, frente a uma meta atuarial 9,12%; já o Plano CV I apresentou rentabilidade de 12,75% frente a uma meta de 9,19%.

#### PLANO BD

##### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano BD encerrou o ano de 2018 com um total de investimentos de R\$ 3,63 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	3.218.613,71	88,68
RENDA VARIÁVEL	38.699,53	1,07
IMOBILIÁRIO	280.881,52	7,74
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	91.353,60	2,52
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>3.629.548,36</b>	<b>100,00</b>



**RENTABILIDADE**

O Plano BD, em 2018, alcançou rentabilidade de 11,97%, acima da meta atuarial (INPC+5,50% a.a, equivalente a 9,12%). Dentre os segmentos de aplicação, o de renda variável foi o grande destaque, com *performance* positiva de 17,56%, seguido pelo segmento de renda fixa com rentabilidade de 12,57%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	12,57
RENDA VARIÁVEL	17,56
IMOBILIÁRIO	5,04
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9,84
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>11,97</b>

**RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS (%)**

No acumulado dos últimos 5 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 11,89%. Essa superação da meta nos últimos 5 anos foi o que possibilitou a concessão de reajuste integral dos benefícios dos Ativos e Assistidos do Plano.

DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	2015	2014	ACUM.
Rentabilidade Nominal	11,97	9,74	13,67	16,30	14,59	86,14
Meta Atuarial (*)	9,12	7,68	12,44	17,40	12,34	74,25
<b>Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial</b>	<b>2,76</b>	<b>2,01</b>	<b>1,15</b>	<b>-0,99</b>	<b>2,12</b>	<b>-</b>

(\*) 2014 INPC+5,75%; a partir 2015 INPC+5,5%

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,95%, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

**RENDA FIXA**

Ao final de 2018, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 12,57%, superior à meta atuarial em 3,45 pontos percentuais. Nesse segmento estão alocados 88,68% dos recursos do Plano BD (R\$ 3,63 bilhões), distribuído em um Fundo de Investimento exclusivo (R\$ 2,70 bilhões) administrado pelo BNB, em gestão compartilhada com a equipe da Capef; um fundo exclusivo, Fortaleza Multimercado (R\$ 211,86 milhões) sob gestão da Capef; três fundos abertos, um administrado pelo BTG Pactual (R\$ 197 mil) um administrado pelo Santander (R\$ 5,62 milhões) e o outro sob gestão da Vinci Partners (R\$ 10,21 milhões); uma parcela alocada em títulos públicos federais (R\$ 292,65 milhões); e uma participação em debêntures de emissão do BNDES (R\$ 4,54 milhões).

**FI MULTIMERCADO**

A gestão própria do Fundo Fortaleza Multimercado FI apresentou uma rentabilidade de 11,65%. Na posição de 31/12/2018, o fundo possuía um patrimônio de R\$ 211,86 milhões com a seguinte composição:

0,07% em cotas do fundo Ishares (BOVA11 R\$ 157 mil), 94,26% em ativos de Renda Fixa (R\$ 199,67 milhões) e 5,67% em fundos imobiliários (R\$ 12,03 milhões).

**RENDA VARIÁVEL**

A carteira de Renda Variável do Plano BD (R\$ 38,70 milhões) é composta atualmente por ações ordinárias do Banco do Nordeste (R\$ 10,34 milhões) e por uma carteira composta por 8 ações pagadoras de dividendos (R\$ 28,36 milhões). As ações ordinárias do BNB são caracterizadas pela baixa liquidez na Bovespa. No ano, o resultado do segmento foi positivo em 17,56%.

**IMOBILIÁRIO**

O segmento imobiliário, com um patrimônio de R\$ 280,88 milhões, é composto por fundos imobiliários integrantes da carteira própria da Capef, com patrimônio de R\$ 19,05 milhões e pela carteira de imóveis com um patrimônio de R\$ 261,83 milhões. Em 2018, o resultado do segmento foi de 5,04%.

**INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS**

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 7,21% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 5,175%, ficando abaixo, portanto, da meta atuarial de 9,123%. O principal fator que impactou no resultado é o desfavorável cenário econômico nacional vivenciado, que atingiu diretamente as atividades dos locatários, resultando em rescisões de contrato ou renegociações de valores de locação. Em contrapartida, houve a captação de novos clientes, resultado dos esforços da otimização de custos inerentes à locação e divulgação das unidades vacantes por diversos meios. Contudo, a taxa de vacância da carteira que fechou o ano de 2018 em 19,57%, mesmo abaixo dos índices de mercado, reflete de forma considerável nesse resultado, estando as unidades vacantes mais representativas situadas nos imóveis: Empresarial Apolônio Sales, em Recife, Edifício Manhattan Tower, no Rio de Janeiro e Edifício Fran Carvalho, em Fortaleza. Outro fator que impacta na rentabilidade é a reavaliação patrimonial dos imóveis, que no ano apresentou resultado positivo.

**OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES**

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,52% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários. Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 9,84%, superando, portanto, a meta atuarial de 9,12%.

**EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES**

No exercício de 2018, o Plano BD realizou 3.439 liberações de empréstimos. O portfólio no final do ano foi de 10.785 contratos ativos, totalizando R\$ 84.382 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas.

Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o fundo garantidor de empréstimo, com custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento. Ao final de 2018, o fundo registrou saldo de R\$ 12.324 mil. No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 9,84%, superando a meta atuarial (INPC + 5,50%) de 9,12%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 301,55 mil no período.

**FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS**

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 38 contratos ativos, todos cobertos por apólice de seguro prestamista. Ao final de 2018, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 6.971 mil.

**RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA**

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

## Plano BD e Segmentos

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	12,57	12,58
Renda Variável	17,56	17,58
Imóveis (1)	1,32	1,32
Imobiliário (2)	3,66	3,66
Operações com participantes	9,84	9,84
Estruturados (1)	1,44	1,44
Plano BD	11,97	11,97

(1) até abril/2018  
(2) a partir de maio/2018

## Fundos Exclusivos

FUNDOS INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
BNB FI RF Previdenciário Exclusivo	12,88	12,89
Fundo Fortaleza Multimercado	11,65	11,67

## PLANO CV I

## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 943,88 milhões. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	797.881,95	84,53
RENDA VARIÁVEL	45.346,08	4,80
IMOBILIÁRIO	32.867,62	3,48
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	12.238,99	1,30
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	55.546,08	5,88
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>943.880,72</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE

O Plano obteve rentabilidade de 12,75%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5,25%) no mesmo período foi de 9,19%. Dentre os segmentos de aplicação, o de Renda Fixa foi o destaque, com *performance* positiva de 13,80%, seguido pela carteira de Operações com Participantes com rentabilidade de 10,95%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	13,80
RENDA VARIÁVEL	4,68
IMOBILIÁRIO	6,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	1,49
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10,95
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>12,75</b>

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, o Plano CV I superou a sua meta atuarial em todos os anos, com exceção de 2015, que apresentou retorno de quase 100% da meta.

DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	2015	2014	ACUM.
Rentabilidade Nominal	12,75	10,03	13,86	16,68	12,91	86,09
Meta Atuarial (*)	9,19	8,61	12,14	16,76	12,26	74,31
<b>Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial</b>	<b>3,42</b>	<b>1,377</b>	<b>1,62</b>	<b>-0,07</b>	<b>0,608</b>	<b>-</b>

(\*) 2014 INPC+5,75%; a partir 2015 INPC+5,5%

## RENDA FIXA

Ao final de 2018, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 13,80% superando a meta atuarial em 4,61 pontos percentuais. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 84,53% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por títulos públicos federais, fundos de renda fixa, debêntures e letras financeiras.

## RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano CV I (R\$ 45,35 milhões) é composta atualmente por cinco fundos abertos, um administrado pela gestora independente NEO Investimentos (R\$ 8,43), um administrado pelo banco BNP Paribás (R\$ 3,76 milhões), um administrado pelo Bradesco (R\$ 4,00 milhões), um administrado pelo Itaú (R\$ 5,65) e um administrado pela BlackRock, o BOVA11 (R\$ 22,51 milhões).

## IMOBILIÁRIO

O segmento imobiliário é composto por fundos imobiliários. A *performance* do segmento foi de 6,50%, superior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa (5,62%).



#### INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

O cenário de constante redução da taxa de juros vivenciado pelo Brasil vem reforçando a necessidade de gestores de investimentos buscarem alternativas de aplicações mais rentáveis do que a Renda Fixa. Seguindo essa tendência, a Capef, por meio do Plano CV I, passou a aplicar uma parcela dos seus recursos em Investimentos no Exterior. O referido segmento é composto por fundos multimercados que acompanham a *performance* de ativos negociados nos mercados externos. Em 2018, a rentabilidade do segmento foi de 1,49%. A *performance* do segmento em 2018 foi afetada, basicamente, pelos ajustes efetuados pelas autoridades monetárias em suas políticas monetárias, ocasionando, assim, uma onda de elevação na taxa de juros das principais economias mundiais.

#### OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento Operações com Participantes, no qual estão alocados 5,88% dos recursos do Plano CV I, compreende somente Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2018, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 10,95%, superando a meta atuarial (IPCA + 5,25%) de 9,19%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 266,04 mil no período.

#### EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2018, o Plano CV I realizou 5.037 liberações na linha EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 11.309 contratos ativos, no valor de R\$ 55.546 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, existe o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2018, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 830 mil.

#### TABELA DE VALORES MÁXIMOS POR FAIXA ETÁRIA PARA OS PLANOS BD E CV I

Em maio de 2018, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a atualização da tabela de valores máximos por faixa etária para a concessão de EAP dos Planos BD e CV administrados pela CAPEF.

##### Atualização da tabela de valores máximos - Plano BD

FAIXA	IDADE	VALOR MÁXIMO (R\$) ANTERIOR	VALOR MÁXIMO (R\$) ATUAL
I	Até 65 anos	90.000,00	98.000,00
II	de 66 a 75 anos	67.000,00	73.000,00
III	de 76 a 79 anos	39.000,00	42.000,00
IV	de 80 a 90 anos	26.000,00	28.000,00

##### Atualização da tabela de valores máximos - Plano CV

FAIXA	IDADE	VALOR MÁXIMO (R\$) ANTERIOR	VALOR MÁXIMO (R\$) ATUAL
I	Até 65 anos	70.000,00	98.000,00
II	de 66 a 75 anos	52.000,00	73.000,00
III	de 76 a 79 anos	30.000,00	42.000,00
IV	de 80 a 90 anos	20.000,00	28.000,00

#### RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

##### Plano CV I e Segmentos

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	13,80	13,80
Operações com participantes	10,95	10,95
Estruturados (1)	3,17	3,17
Imobiliário (2)	3,23	3,23
Investimentos no Exterior	1,49	1,49
Plano CVI	12,75	12,75

(1) até abril/2018  
(2) a partir de maio/2018

#### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

##### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, os recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento: Renda Fixa Previdenciário Exclusivo e em um imóvel. Em 31/12/2018, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 72,40 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	70.962,76	98,01
IMOBILIÁRIO	1.440,58	1,99
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>72.403,34</b>	<b>100,00</b>

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	12,88
IMOBILIÁRIO	(1,64)
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>12,54</b>

## RESUMO DOS INVESTIMENTOS

## PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2017		2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
<b>Total dos Recursos da Entidade</b>	<b>4.323.679,80</b>		<b>4.642.477,22</b>		
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD</b>	<b>3.527.744,08</b>	-	<b>3.626.194,67</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>3.530.817,09</b>	<b>100,00</b>	<b>3.629.548,36</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	3.152.918,09	89,30	3.218.613,71	88,68	66 - 100
Renda Variável	10.072,25	0,29	38.699,53	1,07	0 - 4
Investimentos Estruturados	16.889,93	0,48	-	-	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 2
Imobiliários			280.881,52	7,74	
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII			19.047,72	0,52	
Imóveis	260.926,47	7,39	261.833,80	7,21	0 - 8
Operações com Participantes	90.010,34	2,55	91.353,60	2,52	0 - 10
Empréstimos	82.852,62	2,35	84.382,21	2,32	-
Financiamentos Imobiliários	7.157,72	0,20	6.971,39	0,19	-
Disponível - Caixa	247,44	-	71,24	-	-
Outro realizáveis ( Impostos a Compensar e OFND)	1.014,80	-	1.051,32	-	-
Passivo de Investimentos	(1.598,43)	-	(1.520,34)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.736,83)	-	(2.955,90)	-	-
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV</b>	<b>735.830,15</b>	-	<b>943.879,22</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>735.726,44</b>	<b>100,00</b>	<b>943.880,71</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	653.424,43	88,81	797.881,95	84,53	55 - 100
Renda Variável	-	-	45.346,08	4,80	0 - 10
Investimentos Estruturados	23.197,32	3,15	-	-	0 - 10
Investimentos no Exterior	16.669,56	2,27	12.238,99	1,30	0 - 5
Imobiliários	-	-	32.867,62	3,48	-
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	-	-	32.867,62	-	-
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Operações com Participantes	42.435,13	5,77	55.546,08	5,88	0 - 12
Disponível - Caixa	148,66	-	36,16	-	-
Passivo Investimentos	(44,95)	-	(37,66)	-	-
<b>Total Investimentos - PGA</b>	<b>60.105,57</b>	<b>100,00</b>	<b>72.403,34</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	58.648,78	97,58	70.962,76	98,01	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.456,79	2,42	1.440,58	1,99	0 - 8

## INVESTIMENTOS DO PLANO BD

## DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	2017		2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>3.527.744,08</b>	-	<b>3.626.194,67</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>3.530.817,09</b>	<b>100,00</b>	<b>3.629.548,36</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	3.152.918,09	89,30	3.218.613,71	88,68	66 - 100
Renda Variável	10.072,25	0,29	38.699,53	1,07	0 - 4
Investimentos Estruturados	16.889,93	0,48	-	-	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 2
Imobiliários	-	-	280.881,52	7,74	
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	-	-	19.047,72	0,52	
Imóveis	260.926,47	7,39	261.833,80	7,21	0 - 8
Operações com Participantes	90.010,34	2,55	91.353,60	2,52	0 - 10
Empréstimos	82.852,62	2,35	84.382,21	2,32	-
Financiamentos Imobiliários	7.157,72	0,20	6.971,39	0,19	-
Disponível - Caixa	247,44	-	71,24	-	-
Outro realizáveis ( Relacionados com Tributos)	1.014,80	-	1.051,32	-	-
Passivo de Investimentos	(1.598,43)	-	(1.520,34)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.736,83)	-	(2.955,90)	-	-

## RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2017		2018	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>3.527.744,08</b>	<b>9,74</b>	<b>3.626.194,67</b>	<b>11,97</b>
<b>Total Investimentos</b>	<b>3.530.817,09</b>	-	<b>3.629.548,36</b>	-
Renda Fixa	3.152.918,09	9,76	3.218.613,71	12,57
Renda Variável	10.072,25	56,85	38.699,53	17,56
Investimentos Estruturados	16.889,93	33,79	-	-
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imobiliários			280.881,52	5,04
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII			19.047,72	2,66
Imóveis	260.926,47	7,18	261.833,80	5,18
Operações com Participantes	90.010,34	10,30	91.353,60	9,84
Empréstimos	82.852,62	9,43	84.382,21	11,08
Financiamentos Imobiliários	7.157,72	24,16	6.971,39	-5,31
Disponível - Caixa	247,44	-	71,24	-
Outro realizáveis ( Impostos a Compensar e OFND)	1.014,80	-	1.051,32	-
Passivo de Investimentos	(1.598,43)	-	(1.520,34)	-
Contingência de Investimentos	(2.736,83)	-	(2.955,90)	-
CDI ( Benchmark Renda Fixa )		9,93		6,42
IBrX ( Benchmark Renda Variável )		26,82		14,53
Meta Atuarial ( INPC + 5,5% a.a.)		7,68		9,12



## GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.693.536,78	98,79	74,21	0,035
GGR Gestão de Recursos LTDA	7.102,09	0,26	0,20	1,100
BTG Pactual Gestora de Recursos	197,82	0,01	0,01	0,250
Santander Brasil Asset Management	5.616,75	0,21	0,15	0,200
Brasil Plural	30,10	0,001	0,001	0,250
	4.555,45	0,17	0,13	0,400
Fator Administração de Recursos	5.322,43	0,20	0,15	0,400
Vinci Partners	10.208,27	0,37	0,28	1,055
	2.037,64	0,07	0,06	1,350
<b>Total</b>	<b>2.726.569,70</b>	<b>100,00</b>	<b>75,12</b>	-

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD	3.630.599.672,66
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>	<b>292.645.130,15</b>
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	
Notas Financeiras do Tesouro Nacional	292.645.130,15
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>4.544.256,30</b>
COMPANHIAS ABERTAS	4.544.256,30
DEBÊNTURES	4.544.256,30
<b>AÇÕES</b>	<b>38.699.528,72</b>
<b>INTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>5.893.670,40</b>
COMPANHIAS ABERTAS	22.466.828,78
PATROCINADOR(ES)	10.339.029,54
FUNDO DE INVESTIMENTO	2.940.472.038,41
RENDA FIXA	2.709.559.617,17
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.709.559.598,05
QFIF - RF (BNB RF Previdenciário Exclusivo)	2.693.536.756,16
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)	197.823,82
QFIF - RF (Santander FIC FI Institucional)	5.616.750,87
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)	10.208.267,20
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial	-
OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA	19,12
Pagamentos a Recuperar	19,12
MULTIMERCADO	211.864.702,83
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO	211.864.702,83
IMOBILIÁRIO	19.047.718,41
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	9.169.833,39
<b>Valor de Mercado - QFIIMOB</b>	<b>9.169.833,39</b>
FDO APLIC QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	9.877.885,02
Valor de Mercado - FAQFII	9.877.885,02
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	261.833.798,90
<b>Comerciais</b>	<b>257.671.079,78</b>
Shopping Centers	
<b>Lajes corporativas</b>	
Apartamentos Residenciais	247.128,27
<b>Direitos Alienações de Imóveis</b>	<b>1.920.526,62</b>
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)	1.995.064,23
<b>EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES</b>	<b>84.382.214,82</b>
Empréstimos	84.382.214,82
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES	6.971.389,87
Financiamentos Imobiliários	6.971.389,87
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	296.952,49
Depósito Judicial	287.992,86
Depósito Recursal	8.959,63
OUTROS REALIZÁVEIS	754.363,00
Impostos a Compensar	10.417.279,74
Provisão para perda - Impostos a Compensar	(9.662.916,74)

## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2018

## CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.805,73 por mês.

## CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é de 0,01%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de de 0,015%.

## AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

## TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de gestão e Administração dos Fundos de Investimento: 0.035% aa a 1,35%aa

ADMINISTRADOR  
RESPONSÁVEL

GESTOR  
**Marcos José Rodrigues Miranda**

E-MAIL  
**marcos.miranda@capef.com.br**

TELEFONE  
**(85) 4008-5813**

## INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

### DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	2017		2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>735.830,15</b>	-	<b>943.879,22</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>735.726,44</b>	<b>100,00</b>	<b>943.880,71</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	653.424,43	88,81	797.881,95	84,53	55 - 100
Renda Variável	-	-	45.346,08	4,80	0 - 10
Investimentos Estruturados	23.197,32	3,15	-	-	0 - 10
Investimentos no Exterior	16.669,56	2,27	12.238,99	1,30	0 - 5
Imobiliário			32.867,62	3,48	
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII			32.867,62		
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Operações com Participantes	42.435,13	5,77	55.546,08	5,88	0 - 12
Disponível - Caixa	148,66	-	36,16	-	-
Passivo Investimentos	(44,95)	-	(37,66)	-	-

### RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2017		2018	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>735.830,15</b>	<b>10,03</b>	<b>943.879,22</b>	<b>12,75</b>
<b>Total Investimentos</b>	<b>735.726,44</b>	-	<b>943.880,71</b>	-
Renda Fixa	653.424,43	9,45	797.881,95	13,80
Renda Variável	-	-	45.346,08	4,68
Investimentos Estruturados	23.197,32	41,44	-	-
Investimentos no Exterior	16.669,56	4,10	12.238,99	1,49
Imobiliário			32.867,62	6,50
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII			32.867,62	6,50
Operações com Participantes	42.435,13	10,03	55.546,08	10,95
Disponível - Caixa	148,66	-	36,16	-
Passivo Investimentos	(44,95)	-	(37,66)	-
CDI ( Benchmark Renda Fixa )	-	9,93	-	6,42
IBrX ( Benchmark Renda Variável )	-	26,82	-	14,53
Meta Atuarial ( IPCA + 5,25% a.a.)	-	8,61	-	9,19

### GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	1.772,87	1,26	0,19	0,350
Rio Bravo	4.281,50	3,03	0,45	0,080
	2.719,43	1,93	0,29	0,250
Vinci Partners	9.729,61	6,89	1,03	1,350
	10.209,88	7,23	1,08	1,055
Brasil Plural	564,40	0,40	0,06	0,400
	3.784,07	2,68	0,40	0,250
Santander	38.706,17	27,41	4,10	0,200
Fator	1.528,15	1,08	0,16	0,400
GGR Gestão de Recursos LTDA	14.541,95	10,30	1,54	1,100
Caixa Econômica Federal	109,15	0,08	0,01	0,200
BlackRock Investimentos	23.502,73	16,64	2,49	0,540
Western Asset	7.916,76	5,61	0,84	0,100
BNP Paribas Asset Management	3.758,48	2,66	0,40	2,000
Bradesco Asset Management	3.999,96	2,83	0,42	1,500
Itaú Unibanco	5.647,27	4,00	0,60	2,500
Neo Investimentos	8.437,64	5,98	0,89	1,300
<b>Total</b>	<b>141.210,03</b>	<b>100,00</b>	<b>14,96</b>	-

### DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I DA CAPEF	943.880.714,88
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>680.949.615,51</b>
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	680.949.615,51
<b>NOTAS DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>660.604.860,51</b>
Valor Atualizado - NTNB	660.604.860,51
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	20.344.755,00
Valor Atualizado - LFT	20.344.755,00
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	66.134.254,03
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	53.422.847,47
LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS	53.422.847,47
Aplicação em LFSN	53.422.847,47
COMPANHIAS ABERTAS	12.711.406,56
DEBENTURES	12.711.406,56
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas	12.711.406,56
FUNDOS DE INVESTIMENTO	141.226.707,92
RENDA FIXA	50.798.075,52
QTAS. FDOS INVESTS. FINANCS. - RENDA FIXA	50.798.075,52
BNB FIC FI Institucional DI	1.772.873,84
Vinci Crédito Imobiliário - QFIF - RF	10.209.884,03
Santander FIC FI Institucional Ref DI	38.706.170,41
Caixa Brasil FI RF Ref. DI	109.147,24
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>21.843.349,21</b>
QTAS. FDOS INVESTS. FINANCS. - RENDA VARIÁVEL	21.843.349,21
BNP Paribas Action	3.758.480,26
Bradesco Dividendos FIA	3.999.964,58
<b>Neo Navitas FIC FIA</b>	<b>8.437.636,82</b>
Itaú Institucional Phoenix FI	5.647.267,55
MULTIMERCADO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	12.214.937,07
<b>Rio Bravo Columbia Threadneedle European FI Multimercado - IE</b>	<b>4.281.498,47</b>
Western Asset Macro Opportunities FI Multimercado - IE	7.916.761,71
A Receber Investimentos no Exterior	16.676,89
ÍNDICE DE MERCADO	23.502.726,00
COTAS FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO	23.502.726,00
ÍMOBILIÁRIO	32.867.620,12
QUOTAS FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO]	32.867.620,12
Valor de Mercado-QFIIMOB	30.775.067,14
Valor de Mercado-FAQFII	2.092.552,98
DERIVATIVOS	24.056,74
A RECEBER - DÓLAR - VENDA FUTURO	24.056,74
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	55.546.080,68
EMPRESTIMOS	55.546.080,68



## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2018

### CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.805,73 por mês.

### CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de de 0,015%.

### AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

### TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Gestão e Administração de Fundo do Investimento: 0,08% aa a 2,50% aa

#### ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

GESTOR  
**Marcos José Rodrigues Miranda**  
E-MAIL  
**marcos.miranda@capef.com.br**  
TELEFONE  
**(85) 4008-5813**

## INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

### DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	2017		2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total Investimentos	60.105,57	100,00	72.403,34	100,00	-
Renda Fixa	58.648,78	97,58	70.962,76	98,01	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.456,79	2,42	1.440,58	1,99	0 - 8

### RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2017		2018	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
Total Investimentos	60.105,57	15,37	72.403,34	12,54
Renda Fixa	58.648,78	9,76	70.962,76	12,88
Investimento Imobiliário	1.456,79	29,52	1.440,58	(1,64)

## GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	70.962,76	100,00	100,00	0,035
<b>Total</b>	<b>70.962,76</b>	-	-	-

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA DA CAPEF	
FUNDO DE INVESTIMENTO	70.962,76
RENDA FIXA	70.962,76
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	70.962,76
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	1.440,58
ALUGUÉIS E RENDA	1.440,58

## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2018

### CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.805,73 por mês.

### CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é de 0,01%.

### AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

### TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Gestão e Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.035% aa

#### ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

**Marcos José Rodrigues Miranda**  
E-MAIL  
**marcos.miranda@capef.com.br**  
TELEFONE  
**(85) 4008-5813**

## GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para alcançar a diretriz estratégica de racionalização das despesas administrativas, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarks do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, custo administrativo anual por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo anual por participantes, por exemplo, vem mantendo o mesmo patamar nos últimos 6 anos e quando comparado ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontra-se em nível inferior à média do mercado.

### LIMITE PARA COBERTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciários, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC N.º 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 45.701 mil em 2018 (R\$ 42.636 mil em 2017).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta: 8% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada participante assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2018 R\$ 20.079 mil (R\$ 20.324 mil, em 2017), que correspondeu a 0,44% dos RGPB, (0,48% em 2017), conforme detalhamento no quadro abaixo.

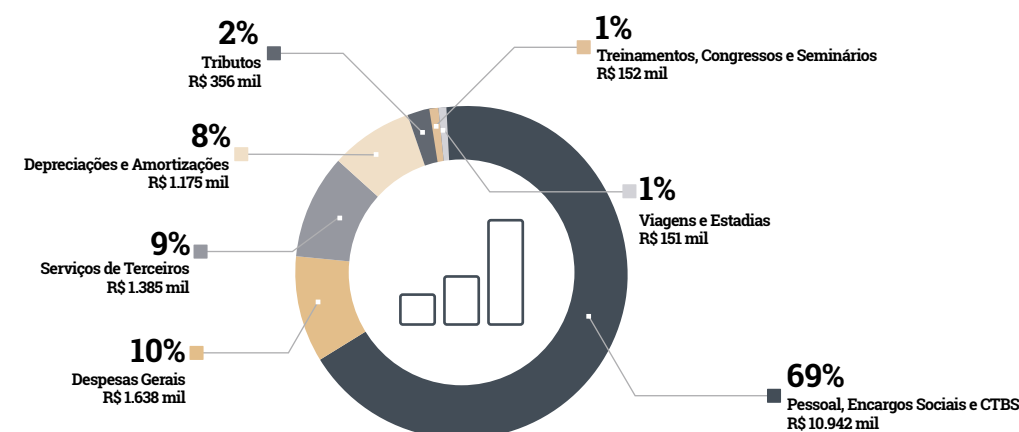
	R\$ mil	
PLANOS DE BENEFÍCIOS	2018	2017
PLANO BD	14.065	13.512
PLANO CV I	6.014	6.812
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>20.079</b>	<b>20.324</b>
Percentual dos RGPB	0,44%	0,48%
LIMITE (1% RGPB)	45.701	42.636

### ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO

Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2018, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo foi equivalente à previsão orçamentária, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 2,89% do valor orçado para o período. Em 2018, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 16.268 mil (R\$ 15.722 mil, em 2017) e foram utilizados R\$ 15.799 mil (R\$ 14.924 mil, em 2017), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 469 mil. Esse resultado traduz o esforço de economia de todas as áreas da Capef.

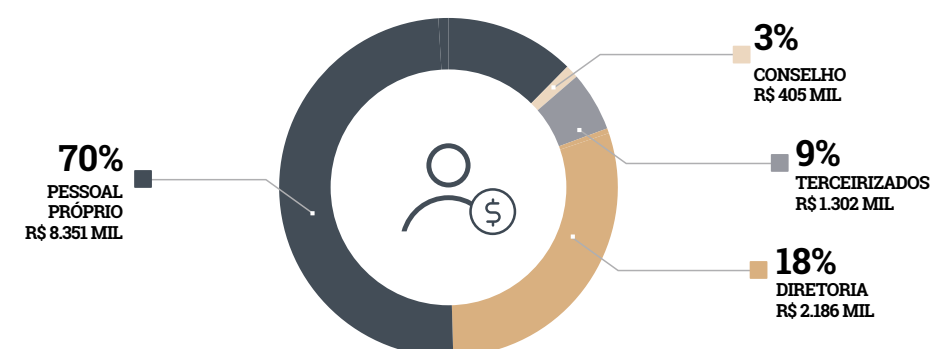
### DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE 2018

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Despesas Gerais e Serviços de Terceiros.



O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.

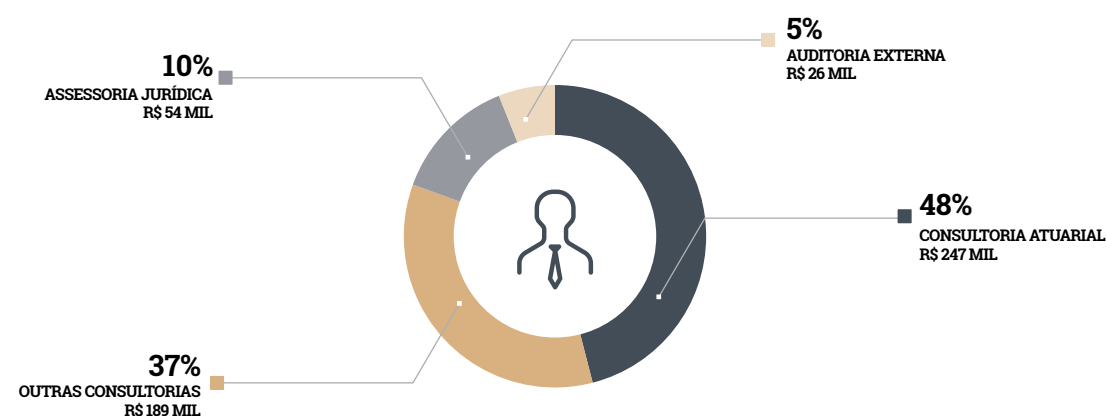
### DESPESAS COM PESSOAL



O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas. Apresentamos, abaixo, os valores gastos pela entidade com Consultoria Atuária, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Assessoria Jurídica, para defesa em processos judiciais e outras consultorias contratadas pela Capef, onde podemos destacar as consultorias de Investimentos.

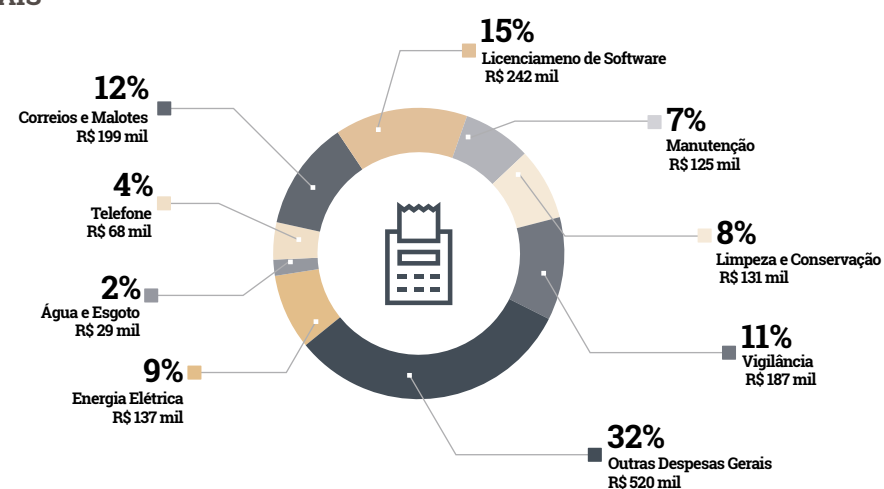


## SERVIÇO DE TERCEIROS



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefone, envio de correspondências, licenças de uso de sistemas, vigilância, limpeza e manutenção que juntos totalizaram 68% do grupo.

## DESPESAS GERAIS



## FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2018, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 82.077 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

	R\$ mil
<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>71.351</b>
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	7.762
(+) Custeio dos planos de benefícios	20.079
(+) Outras receitas administrativas	17
(-) Despesas Administrativas	15.799
(-) Contingências	1.333
<b>SALDO FINAL DO FUNDO ADMINISTRATIVO</b>	<b>82.077</b>

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. Em 2018, os depósitos efetuados pela Capecf somaram R\$ 1.333 mil.

Todos os anos, a Entidade se esforça por meio de reduções escalonadas de gastos. O controle de despesas, com a estipulação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da Entidade.

## PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

A Resolução CGPC N° 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12° que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução n° 13, de 2004.

Seguem os indicadores de gestão da Capecf, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

## INDICADORES QUANTITATIVOS

- Varição Orçamentária:** mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- Custo Médio Anual de Administração por Participante e Assistido:** representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido por ano;
- Taxa de Administração:** corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
- Taxa de Carregamento:** corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- Índice de Cobertura das Despesas Administrativas:** equivale à relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

As metas e o realizado de cada indicador estão demonstrados na tabela a seguir:

## Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas - Quantitativos

INDICADORES	META	REALIZADO
Varição Orçamentária	(+) (-)10%	-2,89%
Custo Médio de Administração por Participante	R\$ 1.342,44	R\$ 1.286,11
Taxa de Administração	0,3524%	0,3457%
Taxa de Carregamento	2,2114%	2,1499%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	1,23	1,27

## INDICADORES QUALITATIVOS

- Cumprimento do calendário de obrigações legais:** mede a quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período. No ano de 2018, a Capecf cumpriu no prazo 100% de suas obrigações legais.
- Percentual de profissionais certificados:** mede a relação entre a quantidade de profissionais certificados em relação à quantidade de profissionais com obrigatoriedade de certificação. Enquadram-se no rol de profissionais com obrigatoriedade de certificação os diretores, conselheiros e colaboradores de investimentos de acordo com a Resolução N° 4.661, de 25 de maio de 2018 e com Resolução CNPC N° 19, de 30 de março de 2015.

Dos 27 profissionais com a referida obrigatoriedade, 26 já estão certificados, o que representa 96% da meta ao final do exercício de 2018. Ressalta-se que o único profissional remanescente se encontra em processo de obtenção de certificação, respeitando o prazo de 1 ano após sua posse, limite estabelecido pela norma supracitada.

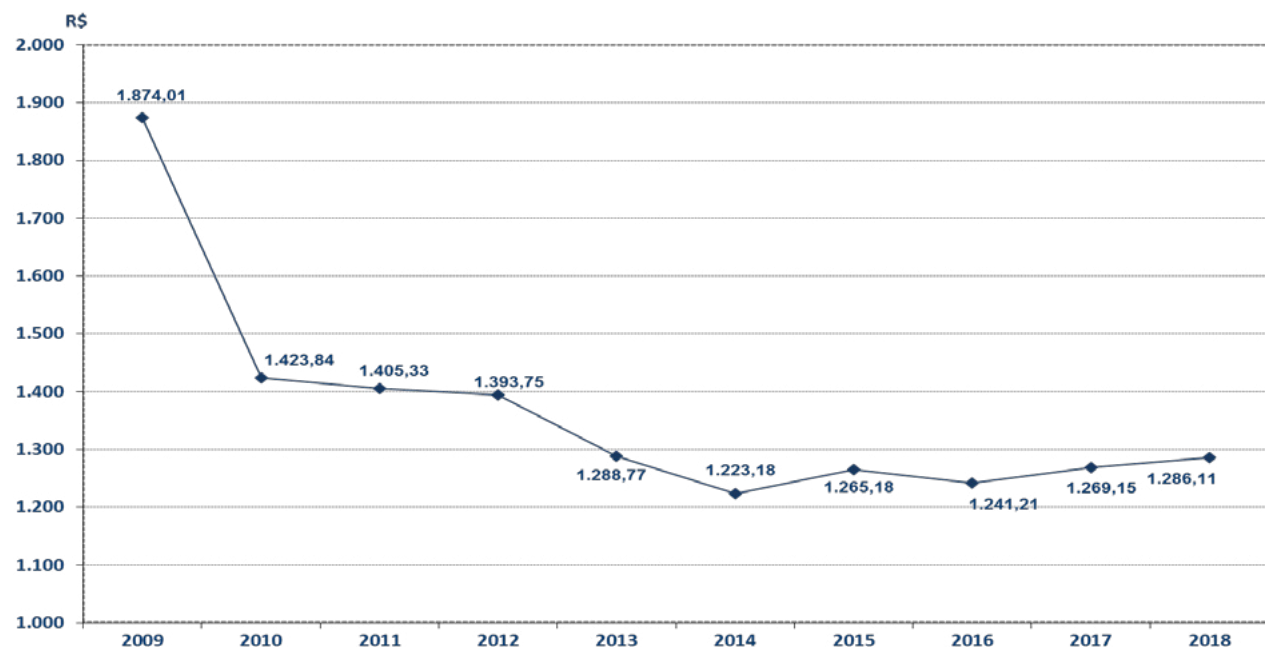
- c. **Cumprimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual):** Mede a relação entre as ações de treinamento realizadas e o total de ações previstas no PDI dos funcionários da Entidade no período. Foram realizadas 103 ações de uma meta de 89 ações, atingindo 116% da meta no período.

**Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas - Qualitativos**

INDICADORES	META	REALIZADO
Cumprimento do calendário de obrigações legais	100%	100%
Percentual de profissionais certificados	100%	96%
Cumprimento do PDI	70%	116%

**CUSTO MÉDIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO POR PARTICIPANTE**

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capef, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, merece destaque Custo Administrativo Anual por Participante, o qual tem apresentado uma trajetória linear nos últimos 6 anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

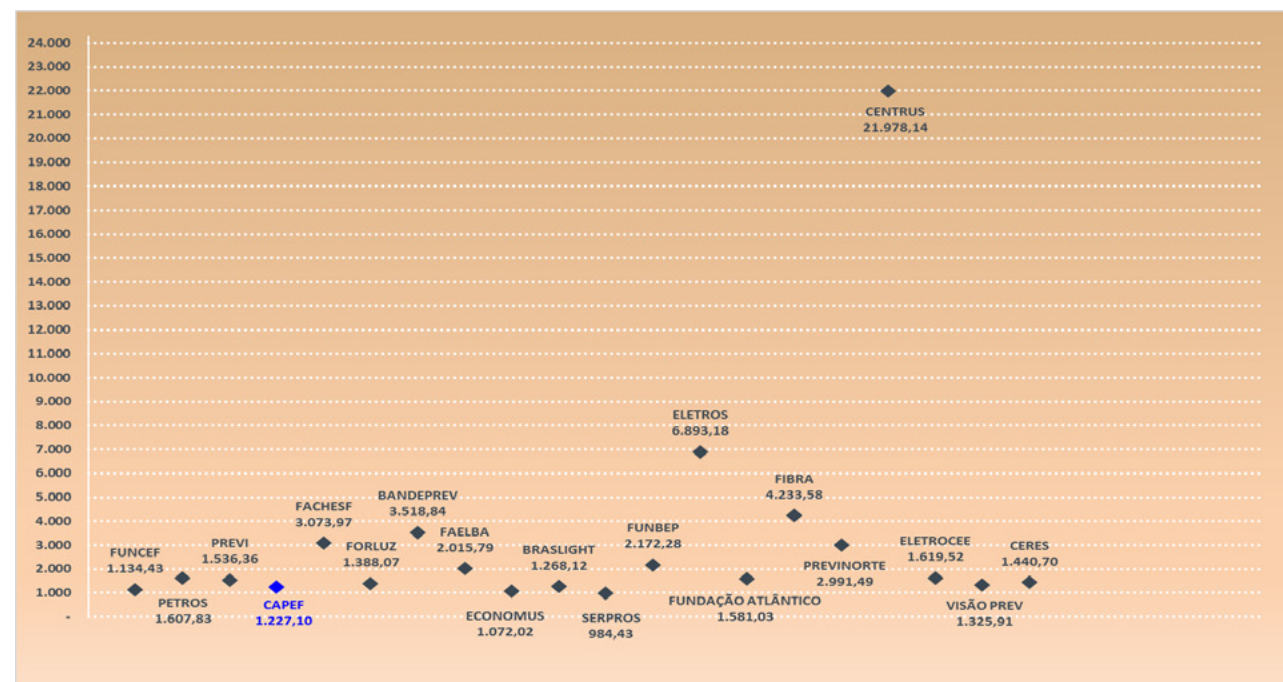


\* Valores ano base Dez/2018.

\*\* Indicadores atualizados conforme INPC/IBGE.

Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capef observou que o seu Custo Administrativo Anual por Participante mantém-se em patamar inferior à média do mercado, inclusive abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior, conforme benchmark efetuado com as 20 maiores entidades do país. Segue abaixo o comparativo desse indicador com base nos dados de dezembro de 2017:

**Custo Administrativo Anual por Participante – R\$**



Posição: Dezembro/2017.



DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS



DO EXERCÍCIO 2018

## BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

ATIVO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	PASSIVO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>110</b>	<b>399</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>7.613</b>	<b>6.681</b>
			Gestão Previdencial	4.114	3.637
			Gestão Administrativa	1.938	1.401
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>4.674.051</b>	<b>4.366.851</b>	Investimentos	1.561	1.643
Gestão Previdencial	22.966	36.341			
Gestão Administrativa	4.201	2.847			
Investimentos	4.646.884	4.327.663	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>151.349</b>	<b>198.625</b>
Títulos Públicos	973.595	875.743	Gestão Previdencial	144.061	192.890
Créditos Privados e Depósitos	70.679	54.464	Gestão Administrativa	4.332	2.998
Ações	38.700	10.072	Investimentos	2.956	2.737
Fundos de Investimentos	3.152.661	2.991.541			
Derivativos	24	0	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>4.526.942</b>	<b>4.174.739</b>
Investimentos Imobiliários	263.274	262.383	Patrimônio de Cobertura do Plano	4.401.050	4.069.049
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	146.900	132.445	Provisões Matemáticas	4.380.583	4.058.491
Depósitos Judiciais/Recurais	297	280	Benefícios Concedidos	2.927.176	2.836.621
Outros Realizáveis	754	735	Benefícios a Conceder	1.453.407	1.221.870
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.743</b>	<b>12.795</b>	Equilíbrio Técnico	20.467	10.558
Imobilizado	9.735	10.153	Resultados Realizados	20.467	10.558
Intangível	2.008	2.642	Superávit Técnico Acumulado	20.467	10.558
			Fundos	125.892	105.690
			Fundos Previdenciais	29.908	23.363
			Fundos Administrativos	82.077	71.351
			Fundos dos Investimentos	13.907	10.976
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.685.904</b>	<b>4.380.045</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.685.904</b>	<b>4.380.045</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
(+/-) <b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>4.174.739</b>	<b>3.965.762</b>	<b>5,27</b>
<b>1. Adições</b>	<b>809.197</b>	<b>676.656</b>	<b>19,59</b>
(+) Contribuições Previdenciais	275.459	263.157	4,67
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	502.949	385.794	30,37
(+) Receitas Administrativas	20.096	20.354	(1,27)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	7.762	5.298	46,51
(+) Constituição de Fundos de Investimento	2.931	2.053	42,77
<b>2. Destinações</b>	<b>(456.994)</b>	<b>(467.679)</b>	<b>(2,28)</b>
(-) Benefícios	(437.251)	(418.012)	4,60
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.611)	(33.521)	(92,21)
(-) Despesas Administrativas	(15.799)	(14.924)	5,86
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.333)	(1.222)	9,08
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>352.203</b>	<b>208.977</b>	<b>68,54</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	322.092	197.750	62,88
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.909	(4.362)	(327,17)
(+/-) Fundos Previdenciais	6.545	4.030	62,41
(+/-) Fundos Administrativos	10.726	9.506	12,83
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.931	2.053	42,77
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.526.942</b>	<b>4.174.739</b>	<b>8,44</b>

Fortaleza, 31 de Janeiro de 2019.

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15



## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>3.712.458</b>	<b>3.619.577</b>	<b>2,57</b>
Disponível	71	247	(71,26)
Recebível	81.787	87.498	(6,53)
Investimento	3.630.600	3.531.832	2,80
Títulos Públicos	292.645	310.028	(5,61)
Créditos Privados e Depósitos	4.544	4.295	5,80
Ações	38.700	10.072	284,23
Fundos de Investimentos	2.940.472	2.855.485	2,98
Investimentos Imobiliários	261.834	260.927	0,35
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	91.354	90.010	1,49
Depósitos Judiciais / Recursais	297	280	6,07
Outros Realizáveis	754	735	2,59
<b>2. Obrigações</b>	<b>152.579</b>	<b>200.793</b>	<b>(24,01)</b>
Operacional	5.562	5.166	7,67
Contingencial	147.017	195.627	(24,85)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>71.914</b>	<b>61.679</b>	<b>16,59</b>
Fundos Administrativos	58.837	51.173	14,98
Fundos dos Investimentos	13.077	10.506	24,47
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>3.487.965</b>	<b>3.357.105</b>	<b>3,90</b>
Provisões Matemáticas	3.467.792	3.346.547	3,62
Superávit Técnico	20.173	10.558	91,07
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	20.173	10.558	91,07
b) (+/-) Ajuste de Precificação	400.485	314.122	27,49
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	420.658	324.680	29,56

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO CV I

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>967.174</b>	<b>756.069</b>	<b>27,92</b>
Disponível	36	149	(75,84)
Recebível	23.257	20.194	15,17
Investimento	943.881	735.726	28,29
Títulos Públicos	680.950	565.715	20,37
Créditos Privados e Depósitos	66.134	50.169	31,82
Fundos de Investimentos	141.227	77.407	82,45
Derivativos	24	0	100,00
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	55.546	42.435	30,90
<b>2. Obrigações</b>	<b>112</b>	<b>114</b>	<b>(1,75)</b>
Operacional	112	114	(1,75)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>24.070</b>	<b>20.648</b>	<b>16,57</b>
Fundos Administrativos	23.240	20.178	15,17
Fundos dos Investimentos	830	470	76,60
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>942.992</b>	<b>735.307</b>	<b>28,24</b>
Provisões Matemáticas	912.790	711.944	28,21
Superávit Técnico	294	0	100,00
Fundos Previdenciais	29.908	23.363	28,01
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	294	0	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.515	1.355	11,81
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.809	1.355	33,51

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>3.357.105</b>	<b>3.325.099</b>	<b>0,96</b>
<b>1. Adições</b>	<b>578.234</b>	<b>492.816</b>	<b>17,33</b>
(+) Contribuições	175.983	168.997	4,13
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	402.251	323.819	24,22
<b>2. Destinações</b>	<b>(447.374)</b>	<b>(460.810)</b>	<b>(2,92)</b>
(-) Benefícios	(430.698)	(413.777)	4,09
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.611)	(33.521)	(92,21)
(-) Custeio Administrativo	(14.065)	(13.512)	4,09
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>130.860</b>	<b>32.006</b>	<b>308,86</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	121.245	36.218	234,76
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	9.615	(4.212)	(328,28)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>3.487.965</b>	<b>3.357.105</b>	<b>3,90</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>71.914</b>	<b>61.679</b>	<b>16,59</b>
(+/-) Fundos Administrativos	58.837	51.173	14,98
(+/-) Fundos dos Investimentos	13.077	10.506	24,47

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CV I

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>735.307</b>	<b>569.895</b>	<b>29,02</b>
<b>1. Adições</b>	<b>220.252</b>	<b>176.459</b>	<b>24,82</b>
(+) Contribuições	119.553	114.484	4,43
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	100.699	61.975	62,48
<b>2. Destinações</b>	<b>(12.567)</b>	<b>(11.047)</b>	<b>13,76</b>
(-) Benefícios	(6.553)	(4.235)	54,73
(-) Custeio Administrativo	(6.014)	(6.812)	(11,71)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>207.685</b>	<b>165.412</b>	<b>25,56</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	200.846	161.532	24,34
(+/-) Fundos Previdenciais	6.545	4.030	62,41
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	294	(150)	(296,00)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>942.992</b>	<b>735.307</b>	<b>28,24</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>24.070</b>	<b>20.648</b>	<b>16,57</b>
(+/-) Fundos Administrativos	23.240	20.178	15,17
(+/-) Fundos dos Investimentos	830	470	76,60

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15



## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>71.351</b>	<b>61.845</b>	<b>15,37</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>27.858</b>	<b>25.652</b>	<b>8,60</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>27.858</b>	<b>25.652</b>	<b>8,60</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	20.079	20.324	(1,21)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7.762	5.298	46,51
Outras Receitas	17	30	(43,33)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>15.799</b>	<b>14.924</b>	<b>5,86</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>7.962</b>	<b>7.551</b>	<b>5,44</b>
Pessoal e encargos	5.413	5.106	6,01
Treinamentos/congressos e seminários	77	73	5,48
Viagens e estadias	72	75	(4,00)
Serviços de terceiros	759	732	3,69
Despesas gerais	875	858	1,98
Depreciações e amortizações	588	532	10,53
Tributos	178	175	1,71
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>7.837</b>	<b>7.373</b>	<b>6,29</b>
Pessoal e encargos	5.529	5.195	6,43
Treinamentos/congressos e seminários	75	68	10,29
Viagens e estadias	79	76	3,95
Serviços de terceiros	626	607	3,13
Despesas gerais	763	720	5,97
Depreciações e amortizações	587	532	10,34
Tributos	178	175	1,71
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>1.333</b>	<b>1.222</b>	<b>9,08</b>
<b>6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>10.726</b>	<b>9.506</b>	<b>12,83</b>
<b>7. Constituição do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>10.726</b>	<b>9.506</b>	<b>12,83</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>82.077</b>	<b>71.351</b>	<b>15,03</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>3.653.621</b>	<b>3.568.404</b>	<b>2,39</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.467.792</b>	<b>3.346.547</b>	<b>3,62</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>2.851.583</b>	<b>2.765.444</b>	<b>3,11</b>
Benefício Definido	2.851.583	2.765.444	3,11
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>616.209</b>	<b>581.103</b>	<b>6,04</b>
Benefício Definido	616.209	581.103	6,04
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>20.173</b>	<b>10.558</b>	<b>91,07</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>20.173</b>	<b>10.558</b>	<b>91,07</b>
Superávit Técnico acumulado	20.173	10.558	91,07
Reserva de Contingência	20.173	10.558	91,07
<b>3. Fundos</b>	<b>13.077</b>	<b>10.506</b>	<b>24,47</b>
<b>3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>13.077</b>	<b>10.506</b>	<b>24,47</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>5.562</b>	<b>5.166</b>	<b>7,67</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>4.041</b>	<b>3.568</b>	<b>13,26</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>1.521</b>	<b>1.598</b>	<b>(4,82)</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>147.017</b>	<b>195.627</b>	<b>(24,85)</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>144.061</b>	<b>192.890</b>	<b>(25,31)</b>
<b>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>2.956</b>	<b>2.737</b>	<b>8,00</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CV I

EM 31 DE DEZEMBRO

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>943.934</b>	<b>735.891</b>	<b>28,27</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>912.790</b>	<b>711.944</b>	<b>28,21</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>75.593</b>	<b>71.177</b>	<b>6,20</b>
Contribuição Definida	55.486	52.880	4,93
Benefício Definido	20.107	18.297	9,89
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>837.197</b>	<b>640.767</b>	<b>30,66</b>
Contribuição Definida	837.197	640.767	30,66
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	414.975	317.005	30,90
Saldo de contas - parcela participantes	422.222	323.762	30,41
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>294</b>	<b>0</b>	<b>100,00</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>294</b>	<b>0</b>	<b>100,00</b>
Superávit Técnico acumulado	294	0	100,00
Reserva de Contingência	294	0	100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>30.738</b>	<b>23.833</b>	<b>28,97</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>29.908</b>	<b>23.363</b>	<b>28,01</b>
<b>3.2. Fundos de Investimentos</b>	<b>830</b>	<b>470</b>	<b>76,60</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>112</b>	<b>114</b>	<b>(1,75)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>74</b>	<b>69</b>	<b>7,25</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>38</b>	<b>45</b>	<b>(15,56)</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/O-8  
CPF 657.772.393-15

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

EM R\$ MIL

## 1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

## 2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

### 2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2018, o plano possuía 1.514 participantes ativos (1.525, em 2017), 3.732 participantes assistidos (3.798, em 2017) e 1.277 beneficiários de pensão (1.244, em 2017).

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2018, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23/2015:

### HIPÓTESES UTILIZADAS - PLANO BD

Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família observada
Projeção de Crescimento Real de Salário	1% a.a. (um por cento ao ano)
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 84 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado
Indexador do Plano	(INPC) 4% a.a.
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a. a.

## 2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2018, contava com 5.531 participantes ativos (5.372, em 2017), 191 participantes assistidos (188, em 2017) e 39 beneficiários de pensão (35, em 2017).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2018, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23/2015:

### HIPÓTESES UTILIZADAS - PLANO CV

Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 proj. 2018 por sexo (suavizada em 20%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Cônjuge três anos mais jovem
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	(IPCA) 4% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função
Taxa Real Anual de juros	5,25% a.a.

## 2.3) Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência. Os registros contábeis seguem os princípios fundamentais da Contabilidade, estando ainda em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - **International Financial Reporting Standards**), facilitando a leitura na divulgação de números, custos e resultados do plano ao participante.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC Nº 29, de 31 de agosto de 2009; Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Instruções MPS/PREVIC No. 01/2011; Instrução MPS/PREVIC Nº 5/2011, Instrução MPS/PREVIC Nº 10/2011, Instrução MPS/PREVIC Nº 06/2013, Instrução MPS/PREVIC Nº 15/2014, Instrução MPS/PREVIC

No. 21/2015, Instrução MTPS/PREVIC Nº 25/2015, Instrução MF/PREVIC Nº 9/2017 e pela Instrução MPS/PREVIC No. 11/2018; a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013, revogada pela Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018, porém com os anexos A e B em vigor até 31 de dezembro de 2018; a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC No. 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

### 4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o parágrafo 2º do artigo 10, da Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018.

### 4.2) Composição do Ativo



#### 4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

#### 4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

#### 4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

#### 4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Os títulos da CAPEF podem ser classificados como “negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “negociação”. Os demais títulos, que são classificados como “mantidos até o vencimento”, respeitam o estudo de **Asset Liability Management** – ALM da Entidade.

Conforme a Resolução CNPC No. 15, de 19/11/2014, para apuração da taxa de juros real anual, a ser utilizada como meta para evolução do patrimônio de cada plano de benefícios, a entidade deverá demonstrar, em estudo técnico, a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

O referido estudo deverá ser elaborado por profissional atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios, para aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, bem como deverá estar acompanhado por parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

A Resolução CNPC No. 15/2014 também contempla o conceito de “duração de passivo”, cujo fator deverá ser rigorosamente observado para gerenciamento do plano, pelo fato de representar a métrica mais ajustada às características e especificidades de cada plano de benefícios previdenciários. Para esse fim, “duração do passivo” corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

De acordo com a metodologia constante no referido normativo e respectivas instruções, apresentamos a seguir “duração do passivo” e taxa real de desconto (e de rentabilidade dos investimentos), calculadas para os planos de benefícios administrados pela Capecf, na posição de 31 de dezembro de 2018:

PLANO DE BENEFÍCIOS	TAXA REAL DE JUROS	DURAÇÃO DO PASSIVO
Plano BD	5,50%a.a.	9,05 anos
Plano CV I	5,25%a.a.	21,11 anos

#### 4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente, os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que são indexadas pela variação do IPCA, e Letra Financeira do Tesouro – LFT, essa atualizada pela variação da Selic. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

#### 4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF e Debêntures. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

#### 4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

#### 4.2.4.4) Fundos de Investimentos

##### a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação -CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos

de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e LFs estão contabilizados como “títulos mantidos até o vencimento”, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CGPC Nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

#### b) Multimercado

Nesse segmento estão classificadas as quotas do Fundo Fortaleza Multimercado e as quotas dos Fundos de Investimentos no Exterior. O Fundo Fortaleza Multimercado possui política de investimentos que envolve vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Nesse segmento são ainda contabilizadas as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos no Exterior e suas carteiras são compostas por ativos negociados no mercado externo. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

#### c) Investimentos Imobiliários

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, **shopping centers**, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

#### 4.2.4.5) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por avaliador independente, para imóveis adquiridos há mais de três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CGPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no máximo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Operacionais, subitem 19 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 15, de 12 de novembro de 2014.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009 conforme anexo A, item II Procedimentos Operacionais, subitem 11, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

#### 4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I.

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder ao limite máximo contratado com a companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada ou refinanciamento, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 5,50% a.a.

#### 4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

#### 4.2.4.8) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.9).

#### 4.2.5) Ativo Permanente

##### 4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 05, de 8 de setembro de 2011, pela Instrução PREVIC No. 21, de 23 de março de 2015 e pela Instrução PREVIC No. 11, de 03 de dezembro de 2018.

##### 4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018, porém com os anexos A e B em vigor até 31/12/2018, em consonância com a convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do **IFRS (International Financial Reporting Standards)**.

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

#### 4.3) Composição do Passivo

##### 4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

##### 4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

##### 4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõem o Patrimônio Social: o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

##### 4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a) Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.

- b) Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

##### 4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência =  $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$ .

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

##### 4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a) Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da Capef, o Plano CV I possui dois fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.
- b) Gestão Administrativa – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- c) Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

#### 4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que, para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões, precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.



Em atendimento aos normativos acima, a Caepef desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Caepef.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Caepef possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a) Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico financeiro do plano. Para a gestão de risco de mercado a Caepef utiliza-se de alguns instrumentos para mitigá-los são eles: relatórios diários com o **Value at Risk – VaR**; Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta projeções de rentabilidade, indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da Caepef, onde é listada a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano e dispõe de um Comitê de Investimento, com reuniões mensais onde são discutidas opções de investimentos.
- b) Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas, ou de concentração de créditos em poucos emitentes. O risco de crédito é mitigado através da utilização de um modelo de risco de crédito para aquisição de ativos, onde são levados em conta limites legais e da Política de Investimentos; análise de prazo e taxa de retorno; análise de indicadores financeiros do emissor. Outro mitigador são relatórios mensais de consultorias de investimentos e administrador com os ratings dos ativos de crédito que fazem parte dos investimentos da Caepef. Por fim, no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da Caepef.
- c) Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. A liquidez dos planos da Caepef é monitorada por meio de modelo **Asset Liability Management – ALM**; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento, as análises feitas no Relatório Trimestral de Risco e realização anual de Teste de Stress para o Plano BD.
- d) Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio do funcionamento de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos; processos mapeados e revisados constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Gerência Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual

indicando todos os procedimentos relacionados a essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.

- e) Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. A mitigação do risco atuarial inclui a verificação dos seguintes itens: descasamentos entre ativo e passivo; aderência das premissas financeiras e demográficas; adequação do plano de custeio; compatibilidade do método de financiamento adotado; resultado do plano (superávit, equilíbrio ou déficit); e independência do trabalho do atuário.
- f) Risco Sistemico: É o risco que afeta a economia de uma forma geral, por exemplo, um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de câmbio. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser mitigado pois afeta a economia como um todo. A Caepef busca mitigar o risco sistemico diversificando a alocação dos investimentos do plano, inclusive no exterior, bem como acompanha o comportamento dos mercados locais e internacionais. Ademais, a Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos utiliza os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar, da PREVIC, e o Relatório de Estabilidade Financeira, do BACEN, para acompanhar o comportamento da estabilidade do segmento de previdência complementar, bem como a estabilidade financeira do Brasil; e o funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo. O referido acompanhamento de estabilidade do segmento de previdência e de estabilidade financeira permite perceber alterações sistêmicas que podem afetar os investimentos da Caepef.

#### 4.5) Tributação

##### 4.5.1) Imposto de Renda – IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

##### 4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009 e IN PC/PREVIC No. 3, de 10/10/2012, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

##### 4.5.3) PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas

para administração dos planos de benefício. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, e tal medida encontra-se pendente de análise pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

## 5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 5.1) REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber, à medida que são realizadas adesões ao Regulamento Geral do ano de 2003 do Plano BD (R\$ 9 mil), os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 213 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 22.296 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos no Plano BD (R\$ 431 mil).

Plano BD		R\$ mil		Plano CV		R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2018	2017	DESCRIÇÃO	2018	2017	DESCRIÇÃO	2017
Recursos a Receber	9	10	Recursos a Receber	0	0		
Adiantamentos	213	213	Adiantamentos	0	0		
Depósitos Judiciais/Recursais	22.296	35.716	Depósitos Judiciais/Recursais	0	0		
Outros Realizáveis	431	385	Outros Realizáveis	17	17		
<b>TOTAL</b>	<b>22.949</b>	<b>36.324</b>	<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>17</b>		

### 5.2) REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2018	2017
<b>Contas a Receber</b>	<b>164</b>	<b>139</b>
Contribuições para Custeio	10	7
Responsabilidade de Empregados	104	111
Responsabilidade de Terceiros	50	21
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>163</b>	<b>133</b>
Adiantamentos	29	68
Pagamentos Antecipados	115	48
Almoxarifado	19	17
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>3.869</b>	<b>2.570</b>
<b>Tributos a Compensar</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.201</b>	<b>2.847</b>

O saldo deste grupamento corresponde a:

- Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a contribuições do mês de dezembro; empréstimos concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cartões-refeição a funcionários, licenças e garantias de manutenção de **softwares** e **hardwares** da Capef, cujas apropriações dar-se-ão nos meses de competência, além do estoque de materiais de escritório e de limpeza.
- Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 11.1.
- Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente. O crédito vem sendo mensalmente atualizado pela SELIC desde o reconhecimento até ser compensado junto à Receita Federal do Brasil.

### 5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>4.646.884</b>	<b>4.327.663</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>973.595</b>	<b>875.743</b>
Nota do Tesouro Nacional	953.250	835.904
Letras Financeiras do Tesouro	20.345	39.839
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>70.679</b>	<b>54.464</b>
Instituições Financeiras	53.423	37.963
Companhias Abertas	17.256	16.501
<b>Ações</b>	<b>38.700</b>	<b>10.072</b>
Instituições Financeiras	5.894	0
Companhias Abertas	22.467	0
Patrocinadores	10.339	10.072
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>3.152.661</b>	<b>2.991.541</b>
Renda Fixa	2.831.320	2.690.965
Ações	21.843	0
Multimercado	224.080	260.489
Fundo Fortaleza	211.865	243.820
Investimentos no Exterior	12.215	16.669
Índice de Mercado	23.503	0
Imobiliário	51.915	40.087
<b>Derivativos</b>	<b>24</b>	<b>0</b>
Dólar - Futuro	24	0
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>263.274</b>	<b>262.383</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>139.928</b>	<b>125.287</b>
<b>Financiamentos Imobiliários</b>	<b>6.972</b>	<b>7.158</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>297</b>	<b>280</b>
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>754</b>	<b>735</b>

### 5.3.1) Títulos Públicos

#### 5.3.1.1) Notas do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Notas do Tesouro Nacional, Série – B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos planos BD e CVI.

Segue a posição dos títulos dos planos, em de 31 de dezembro de 2018.

#### Plano BD

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.739	31.833	33.586	VENCIMENTO	1.754
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	7.500	22.303	23.874	25.190	VENCIMENTO	1.316
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	8.760	26.061	27.891	29.422	VENCIMENTO	1.530
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	31.845	33.586	VENCIMENTO	1.741
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	31.845	33.586	VENCIMENTO	1.741
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.749	31.839	33.586	VENCIMENTO	1.748
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.118	15.456	17.121	VENCIMENTO	1.665
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	7.883	9.282	10.273	VENCIMENTO	991
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.558	15.507	17.121	VENCIMENTO	1.614
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	350	950	1.086	1.198	VENCIMENTO	112
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	17.207	18.833	VENCIMENTO	1.626
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	17.207	18.833	VENCIMENTO	1.626
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	17.207	18.833	VENCIMENTO	1.626
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	17.207	18.833	VENCIMENTO	1.626
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	1.000	2.971	3.359	3.359	MERCADO	0
<b>TOTAL</b>					<b>292.645</b>	<b>313.360</b>		<b>20.716</b>

#### Plano CV

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.382	3.295	3.739	VENCIMENTO	444
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.368	3.277	3.739	VENCIMENTO	462
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.367	3.269	3.739	VENCIMENTO	470
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.857	6.672	7.478	VENCIMENTO	806
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.089	6.573	7.478	VENCIMENTO	906
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	700	2.116	2.337	2.617	VENCIMENTO	280
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	300	907	979	1.122	VENCIMENTO	143
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	3.000	9.202	9.927	11.218	VENCIMENTO	1.291
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.971	6.089	7.482	VENCIMENTO	1.392
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	10.014	12.139	14.963	VENCIMENTO	2.824
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.937	5.985	7.482	VENCIMENTO	1.496
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	5.945	7.482	VENCIMENTO	1.537
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	5.945	7.482	VENCIMENTO	1.537
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.959	5.985	7.482	VENCIMENTO	1.496
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.947	5.944	7.482	VENCIMENTO	1.537
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.469	8.965	11.222	VENCIMENTO	2.257
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.279	6.241	7.482	VENCIMENTO	1.241
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.919	9.361	11.222	VENCIMENTO	1.861
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.987	9.429	11.222	VENCIMENTO	1.794
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	6.188	7.482	VENCIMENTO	1.293
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	6.188	7.482	VENCIMENTO	1.293
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.952	9.389	11.222	VENCIMENTO	1.834
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.910	9.335	11.222	VENCIMENTO	1.888
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.259	6.197	7.482	VENCIMENTO	1.285

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.251	6.188	7.482	VENCIMENTO	1.293
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.877	9.282	11.222	VENCIMENTO	1.940
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.922	9.335	11.222	VENCIMENTO	1.888
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.562	3.013	3.741	VENCIMENTO	727
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.555	3.005	3.741	VENCIMENTO	736
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.545	2.993	3.741	VENCIMENTO	748
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.595	3.051	3.741	VENCIMENTO	690
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.592	3.047	3.741	VENCIMENTO	694
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.918	9.292	11.222	VENCIMENTO	1.930
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.785	5.553	7.482	VENCIMENTO	1.928
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.200	7.702	8.899	11.971	VENCIMENTO	3.072
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	5.607	7.482	VENCIMENTO	1.875
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	5.607	7.482	VENCIMENTO	1.875
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.427	2.800	3.741	VENCIMENTO	941
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.770	5.467	7.482	VENCIMENTO	2.014
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.140	8.078	11.222	VENCIMENTO	3.145
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	300	721	801	1.122	VENCIMENTO	322
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.809	5.338	7.482	VENCIMENTO	2.144
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.737	6.223	7.482	VENCIMENTO	1.258
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	11.376	12.499	14.963	VENCIMENTO	2.464
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.437	1.551	1.870	VENCIMENTO	319
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.747	6.206	7.482	VENCIMENTO	1.276
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.923	5.969	7.482	VENCIMENTO	1.513
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.003	6.060	7.482	VENCIMENTO	1.421
NTN-B	TESOURO	15/05/2045	6.000	18.971	19.957	21.901	VENCIMENTO	1.944
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.661	6.933	7.478	VENCIMENTO	545
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.655	6.927	7.478	VENCIMENTO	551
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	13.348	13.894	14.957	VENCIMENTO	1.063
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.657	6.927	7.478	VENCIMENTO	552
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.907	7.151	7.478	VENCIMENTO	327
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.882	7.121	7.478	VENCIMENTO	357
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.444	3.469	3.741	VENCIMENTO	272
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.449	3.474	3.741	VENCIMENTO	267
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.500	8.344	8.611	9.348	VENCIMENTO	737
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.459	6.605	7.478	VENCIMENTO	873
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.200	3.954	3.987	4.487	VENCIMENTO	500
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.338	3.354	3.739	VENCIMENTO	385
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.349	3.350	3.739	VENCIMENTO	389
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	927	3.072	3.154	3.466	VENCIMENTO	312
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.627	6.804	7.478	VENCIMENTO	674
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.291	3.379	3.739	VENCIMENTO	360
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.250	3.337	3.739	VENCIMENTO	402
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.454	32.235	37.408	VENCIMENTO	5.173
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.413	32.193	37.408	VENCIMENTO	5.215
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.560	32.326	37.408	VENCIMENTO	5.082
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.535	32.285	37.408	VENCIMENTO	5.124
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.200	13.657	13.540	15.711	VENCIMENTO	2.173
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	20.000	71.118	70.187	74.817	VENCIMENTO	4.630
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.400	37.037	36.553	38.905	VENCIMENTO	2.353
<b>TOTAL</b>					<b>660.605</b>	<b>768.981</b>		<b>108.376</b>



A Capef, respeitando o disposto na Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, alongou parte da carteira de renda fixa (NTNB) do plano CVI, tendo em vista que as taxas de mercado se encontravam em patamares acima da meta atuarial, possibilitando a mitigação do risco de reaplicação dos recursos na ocasião de seus vencimentos e mantendo-se a compatibilização da **duration** da carteira de investimentos ao passivo atuarial do plano. A estratégia foi aprovada e registrada em ata do Comitê de Investimentos da Entidade e as negociações relativas ao alongamento ocorreram por meio de plataforma eletrônica, na forma do art. 17 da Res. CMN 4.661/2018.

O alongamento gerou um resultado positivo de R\$ 21.758 mil, refletido na cota do plano. Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CGPC nº 15.

#### Detalhamento das Vendas:

DATA DE AQUISIÇÃO	CÓDIGO	QUANT.	TAXA MÉDIA DE VENDA	VENCIMENTO	VALOR DA VENDA	LUCRO
21/09/2018	B187020	4.000	5,94	15/08/2050	63.935	2.004
	B187021	2.000		15/08/2050		
	B187032	1.000		15/08/2050		
	B189518	1.000	15/08/2050			
	B189519	2.000	15/08/2050			
	B196852	5.000	5,52	15/08/2022		
B196855	5.000	15/08/2022				
24/09/2018	B189520	2.000	5,92	15/08/2050	31.933	2.450
	B189521	1.000		15/08/2050		
	B189522	2.000		15/08/2050		
	B189523	1.000		15/08/2050		
	B189524	2.000		15/08/2050		
25/09/2018	B186977	2.400	4,68	15/05/2021	32.359	450
	B186978	2.000	5,47	15/08/2022		
	B186979	2.000		15/08/2022		
	B186984	1.000		15/08/2022		
27/09/2018	B197142	2.600		15/08/2022		
16/10/2018	B186977	4.100	4,67	15/05/2021	13.559	405
	B187006	2.000	5,39	15/08/2050	105.609	16.449
	B187010	2.200		15/08/2050		
	B187012	600		15/08/2050		
	B187019	4.000		15/08/2050		
	B187030	2.000		15/08/2050		
	B187031	1.000		15/08/2050		
	B189516	40		15/08/2050		
	B189517	660		15/08/2050		
	B189526	1.500		15/08/2050		
	B189527	1.000		15/08/2050		
	B189528	1.000		15/08/2050		
	B189529	2.000		15/08/2050		
	B189530	2.000		15/08/2050		
	B187012	400		15/08/2050		
	B187025	2.000		15/08/2050		
	B187024	4.000		15/08/2050		
	B187022	2.000		15/08/2050		
	B187023	2.000		15/08/2050		
<b>Total</b>		<b>74.500</b>				

#### Detalhamento das Compras:

DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	TAXA MÉDIA DE COMPRAS	VENCIMENTO	VALOR DA COMPRA (R\$ MIL)
21/09/2018	20.000	5,92	15/05/2055	64.867,31
24/09/2018	10.000	5,90	15/05/2055	32.560,28
25/09/2018	10.000	5,91	15/05/2055	32.534,83
27/09/2018	4.200	5,92	15/05/2055	13.657,09
16/10/2018	30.400	5,35	15/05/2055	108.155,47
<b>Total</b>	<b>74.600</b>			<b>251.775</b>

A CAPEF, em atenção ao art. 37, da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018, declara a sua intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

#### 5.3.1.1.1) Nota do Tesouro Nacional – Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC No. 16, de 19/11/2014, e posteriores instruções estabelecem novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir da apuração de superávit e déficit dos seus planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no Balanço. As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais". O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 12.2.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais" de que trata a Resolução CNPC No. 16/2014 corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos, a seguir, demonstrativo posicionado em 31 de dezembro, com a composição dos Títulos Públicos da Carteira Administrada do Plano de Benefício Definido, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CGPC No. 4/2002, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais", de acordo com a Resolução CNPC No. 16/2014:

Plano BD

Valores do DPAP 259	
Numero EFPC:	182
CNPB:	1967.0001-74
Grupo de Custeio:	
Submassa:	
Taxa Atuarial:	0,055
Data de Posição:	2018-12-31
Tipo de Cálculo:	DPAP

Ativos				ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
				BRSTNCNB4T8 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2021	1	0,0594	20000	Sim
				BRSTNCNB4T8 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2021	1	0,05949	18760	Sim
				BRSTNCNB4T8 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2021	1	0,05959	10000	Sim
				BRSTNCNB4T8 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2021	1	0,0596	7500	Sim
				BRSTNCNB3Y0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2022	1	0,0702	22000	Sim
				BRSTNCNB3Y0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2022	1	0,0728	350	Sim
				BRSTNCNB3Y0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2022	1	0,0731	5000	Sim
				BRSTNCNB3Y0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2022	1	0,0739	3000	Sim
				BRSTNCNB3Y0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2022	1	0,0742	5000	Sim
				BRSTNCNB4N1 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2019	1	0,0696	5000	Sim
				BRSTNCNB4N1 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2019	1	0,0712	3000	Sim
				BRSTNCNB4N1 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2019	1	0,0696	5000	Sim
				BRSTNCNB4N1 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2019	1	0,0714	7000	Sim
				BRSTNCNB3A0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2020	1	0,0713	11700	Sim
				BRSTNCNB3A0 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2020	1	0,0665	16700	Sim

Ativos				ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,0898	42428	Sim
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,0637	82400	Sim
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,089	26693	Sim
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,09	20000	Sim
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,0895	15200	Sim
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,0894	20875	Sim
				BRSTNCNB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,0898	35001	Sim
				BRSTNCNB007 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,0632	97090	Sim
				BRSTNCNB007 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,0677	12600	Sim
				BRSTNCNB007 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,0755	66416	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0908	10001	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0855	5000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0721	11500	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0895	10000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0805	10000	Sim

Gravar Ativos

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento				Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir	
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0807	13000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0638	16000	Não
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0654	15500	Não
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0646	30500	Não
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,065	18385	Não
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0681	12600	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0905	5000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,08	10000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0812	5000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0808	5000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0805	6000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0731	10000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0721	12000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0807	10000	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0637	21000	Não

Gravar Ativos

				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0733	11500	Sim
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,072	7239	Não
				BRSTNCNB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0843	5000	Sim
				BRSTNCNB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,04	42000	Não
				BRSTNCNB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0594	10000	Sim
				BRSTNCNB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0576	20000	Não
				BRSTNCNB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0571	11000	Não
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim
				Nenhum	1	1	1	Sim

Gravar Ativos

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
1.993.317.849,75	2.393.803.109,64	400.485.259,89

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2018 foi de R\$ 400.485 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2017, foi positiva em R\$ 86.363 mil, o que se justifica em razão do alongamento de parte da carteira de títulos durante o ano de 2018 com taxas de retorno acima da meta atuarial do plano.



Para o Plano CV I, os títulos públicos da carteira selecionados para o devido cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CGPC No. 4/2002, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, de acordo com a Resolução CNPC No. 16/2014, constam do quadro a seguir:

**Plano CV I**

Valores do DPAP 204					
Número EPFC: 182					
CNPB: 2010.0014-10					
Grupo de Custeio:					
Submassa:					
Taxa Atuarial: 0,0525					
Data de Posição: 2018-12-31					
Tipo de Cálculo: DPAP					
Ativos					
ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir	
BRSTNCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,056685	6000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0586	1000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,059	1000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,05919	1000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0577	2000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0588	2000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0576	700	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0593	300	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0593	3000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,054953	2000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,055012	2000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,054813	4000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,055019	2000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,052773	2000	Não	
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,053069	2000	Não	
ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir	
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0636	2000	Não	
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,064	1000	Não	
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0642	1000	Não	
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0645	5000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,064606	3000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0647	2000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,065	4000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,065005	2000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,069372	4000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,069472	1000	Sim	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,06999	3200	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,07011	2000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,071314	2000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0725	3000	Não	
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	0,3	0,0732	2800	Sim	

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,055404	2500	Não
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,058439	2000	Não
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,058	1200	Não
BRSTNCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,057307	1000	Não
DRSTNCNTD3D4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0574	1000	Não
DRSTNCNTD3D4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,056209	2927	Não
DRSTNCNTD3D4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,056705	1000	Não
DRSTNCNTD3D4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,057681	1000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,053399	10400	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,053499	20000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,054166	1000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,054266	1000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059029	10000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059118	10000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059223	10000	Não
Gravar Ativos				
ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059224	4200	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059314	10000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,060993	3000	Não
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,061293	3000	Não
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0614	4000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0615	5000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0617	8000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0619	2500	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,062	2000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,062024	3000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0621	9000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0631	1000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0632	1000	Não
BRSTNCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,063252	2000	Não
DRSTNCNTD4Q4 Tipo: NTN-D Cupom: 0,06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,063407	4000	Não
Gravar Ativos				
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste		
5.041.574,23	6.556.677,99	1.515.103,76		



O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2018 foi de R\$ 1.515 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2017, foi positiva em R\$ 160 mil, o que se justifica em razão do alongamento de parte da carteira de títulos durante o ano de 2018 com taxas de retorno acima da meta atuarial do plano.

### 5.3.1.2) Letras Financeiras do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, cuja correção se dá pela SELIC. Os títulos deste item são ativos integrantes das carteiras do Plano CVI na posição de 31 de dezembro de 2018.

#### Plano CVI

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
LFT	TESOURO	01/03/2024	2.061	20.195	20.345	20.345	MERCADO	-
<b>TOTAL</b>					<b>20.345</b>	<b>20.345</b>		<b>-</b>

### 5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

#### 5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras - LF pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das LF variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

#### Letras Financeiras:

#### Plano CVI

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
LF	ITAÚ	22/08/2022	7	3.294	4.127	4.127	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	4	1.909	2.389	2.389	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	10	4.787	5.980	5.980	VENCIMENTO	-
LF	BRADESCO	14/06/2023	14	5.292	6.617	6.617	VENCIMENTO	-
LF	BRADESCO	14/06/2023	14	5.292	6.617	6.617	VENCIMENTO	-
LF	SAFRA	09/03/2022	10	5.000	8.270	8.270	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	09/03/2022	10	5.000	8.270	8.270	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	01/09/2025	6	3.000	3.382	3.382	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	19/09/2025	4	2.000	2.261	2.261	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/09/2025	6	3.000	3.427	3.427	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/12/2025	4	2.000	2.083	2.083	MERCADO	-
<b>TOTAL</b>					<b>53.423</b>	<b>53.423</b>		<b>-</b>

Ressalte-se que as Letras Financeiras acima, marcadas no vencimento, não são precificadas a mercado pela ANBIMA. Assim, o valor de mercado informado desses ativos encontra-se igual ao seu valor contábil.

### 5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da BNDES Participações - BNDESPAR pertencentes ao plano BD e da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART e da Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG, pertencentes ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Tais títulos privados encontram-se precificados na curva.

#### Plano BD

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	782	1.027	1.185	1.202	VENCIMENTO	17
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	385	506	583	592	VENCIMENTO	9
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	285	374	434	438	VENCIMENTO	4
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	739	971	1.118	1.135	VENCIMENTO	17
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	232	305	351	356	VENCIMENTO	5
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	577	758	874	887	VENCIMENTO	13
<b>TOTAL</b>					<b>4.545</b>	<b>4.610</b>		<b>65</b>

#### Plano CVI

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Concessionária Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.381	6.328	VENCIMENTO	-53
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	998	1.347	1.377	VENCIMENTO	30
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	4.983	5.094	VENCIMENTO	111
<b>TOTAL</b>					<b>12.711</b>	<b>12.799</b>		<b>88</b>

### 5.3.3) Ações

#### 5.3.3.1) Instituições Financeiras

A Carteira é composta por ações de instituições financeiras pertencentes ao Plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

Plano BD		R\$ Mil
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO
ABCB4	3.038	3.088
SANB11	2.394	2.806
<b>TOTAL</b>		<b>5.894</b>

### 5.3.3.2) Companhias Abertas

A Carteira é composta por ações de companhias abertas pertencentes ao Plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

Plano BD		R\$ Mil
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO
BBSE3	2.634	2.731
TAEE11	3.790	4.430
CGAS5	3.615	3.754
HGTX3	2.885	4.617
MPLU3	4.219	3.722
VIVT4	2.840	2.908
DIVIDENDOS/ JUROS	-	305
<b>TOTAL</b>		<b>22.467</b>

### 5.3.3.1) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 10.339 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

### 5.3.4) Fundos de Investimento

#### 5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, com gestão do BNB compartilhada com a Capef, cotas do fundo **Capital Market**, com gestão do Banco BTG Pactual, cotas do fundo Vinci FI Renda Fixa Imobiliário, com gestão da **Vinci Partners** e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional com gestão do Banco Santander Brasil, estes dois últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. Já os fundos, BNB FIC Referenciado DI RF, com gestão do BNB e o fundo Caixa Referenciado DI RF, com gestão da Caixa Econômica Federal, tem suas cotas pertencentes exclusivamente a

carteira própria do Plano CV I. A seleção desses fundos é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de Renda Fixa consolidada: a

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2019	20.000	52.686	63.385	64.339	Vencimento	954
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2020	28.400	49.906	90.473	95.686	Vencimento	5.213
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2024	242.597	337.605	715.745	840.778	Vencimento	125.033
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	176.106	284.837	518.927	627.558	Vencimento	108.631
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2045	260.225	367.181	711.734	949.872	Vencimento	238.138
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	182.000	592.363	651.693	680.542	Vencimento	28.849
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	01/09/2020	1.256	12.392	12.395	12.395	Negociação	-
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	-	2.327.780	-	254	254	Negociação	-
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	-109	-109	-	-
TESOURARIA	-	-	-	-	2	2	-	-
(A) Fundo Bco Nordeste RF Previdenciário Exclusivo	-	-	-	-	2.764.499	3.271.317	-	506.818
(B) Cota do fundo Vinci FI RF Imobiliário	Vinci	-	142.324	-	20.419	20.419	Negociação	-
(C) Cota do fundo Capital Market	BTG Pactual	-	22.376	-	198	198	Negociação	-
(D) Cotas do fundo Santander FIC Referenciado DI RF	Santander Asset	-	256.206	-	44.323	44.323	Negociação	-
(E) Cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF	BNB	-	1.201.422	-	1.773	1.773	Negociação	-
(F) Cotas do fundo Caixa FI Referenciado DI RF	CEF	-	31.602	-	108	108	Negociação	-
Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F)	-	-	-	-	2.831.320	3.338.138	-	0
Total Fundos de Renda Fixa	-	-	-	-	2.831.320	3.338.138	-	506.818

As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Capef: BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 42.289.624 cotas, enquanto o PGA é detentor de 1.114.144 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

	R\$ mil	
	2018	2017
<b>(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo</b>	<b>2.764.499</b>	<b>2.650.081</b>
Plano BD	2.693.536	2.591.432
Plano de Gestão Administrativo	70.963	58.649

A Capef, respeitando o disposto na Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, alongou parte da carteira de renda fixa (NTNB) do plano BD, tendo em vista que as taxas de mercado se encontravam em patamares acima da meta atuarial, possibilitando a mitigação do risco de reaplicação dos recursos na ocasião de seus vencimentos e mantendo-se a compatibilização da duration da carteira de investimentos ao passivo atuarial do plano. A estratégia foi aprovada e registrada em Ata do Comitê de Investimentos da Entidade e as negociações relativas ao alongamento ocorreram por meio de plataforma eletrônica, na forma do art. 17 da Res. CMN 4.661/2018.

O alongamento gerou um resultado positivo de R\$ 44.005 mil, refletido no valor da cota do Fundo BNB FI RF Previdenciário Exclusivo. Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CGPC nº 15:

#### Detalhamento das Vendas:

DATA DE AQUISIÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	TAXA MÉDIA DE VENDA	VENCIMENTO	VALOR DA VENDA	LUCRO
						R\$ mil
02/10/2018	B141252	10.000	5,88	15/05/2035	32.556	2.270
05/10/2018	B141252	4.206	5,75	15/05/2035	66.090	11.653
	B141258	9.794		15/05/2035		
08/10/2018	B141258	5.206	5,69	15/05/2035	365.863	30.082
	B141261	35.482		15/05/2035		
	B141262	6.400		15/05/2035		
	B141291	62.912		15/05/2035		
<b>Total</b>		<b>140.000</b>			<b>464.509</b>	<b>44.005</b>

#### Detalhamento das Compras:

DATA DE AQUISIÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	TAXA MÉDIA DE VENDA	VENCIMENTO	VALOR DA COMPRA
					R\$ mil
02/10/2018	-	10.000	5,94	15/08/2050	31.980
05/10/2018	-	20.000	5,78	15/08/2050	65.522
08/10/2018	-	110.000	5,71	15/08/2050	364.097
<b>Total</b>		<b>140.000</b>			<b>461.599</b>

#### 5.3.4.2) Renda Variável

Rubrica composta por cotas de quatro fundos de ações pertencentes ao Plano CV I: NEO Navitas FIC FIA, BNP Paribas Action FIC FIA, Bradesco FIA Dividendos e Itaú Phoenix.

Plano CV I	R\$ mil	
	ATIVOS	VALOR
NEO Navitas	4.107.696	8.438
BNB Paribas Action FIC FIA	14.146	3.758
Bradesco FIA Dividendos	401.578	4.000
Itaú Phoenix	270.785	5.647
<b>TOTAL FUNDO</b>	<b>-</b>	<b>21.843</b>

#### 5.3.4.3) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado e por cotas de Fundos de Investimentos no Exterior cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. O patrimônio do Fortaleza Multimercado é composto por recursos do Plano BD, já os recursos alocados em Fundos de investimentos no Exterior pertencem exclusivamente ao Plano CVI.

Fundo Fortaleza Multimercado:



## Plano BD

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	12.034	12.034	Negociação	-
Fundo de Índice	BlackRock	-	1.860	-	157	157	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	1.954.390	-	22.214	22.214	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partners	-	66.205	-	9.498	9.498	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Santander Asset	-	116.013	-	20.070	20.070	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Safra Asset	-	111.043	-	20.137	20.137	Negociação	-
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.328	6.328	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	5.000	12.173	18.696	18.696	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	1.600	3.879	5.983	5.983	Negociação	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	2.000	5.075	7.482	7.482	Negociação	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	1.000	2.531	3.741	3.741	Negociação	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	1.000	2.527	3.741	3.741	Negociação	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	200	639	748	748	Negociação	0
LFT	Tesouro Nacional	01/09/2021	130	1.164	1.284	1.284	Negociação	0
LFT	Tesouro Nacional	01/03/2022	229	2.012	2.262	2.262	Negociação	0
LFT	Tesouro Nacional	01/03/2022	5.455	50.649	53.883	53.883	Negociação	0
LFT	Tesouro Nacional	01/09/2024	1.035	10.100	10.215	10.215	Negociação	0
LFT	Tesouro Nacional	01/09/2024	1.025	10.034	10.117	10.117	Negociação	0
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	3.254	3.254	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	21	21	-	-
<b>Total de Renda Fixa</b>					<b>211.865</b>	<b>211.865</b>		<b>0</b>

A Capef, atendimento às determinações contidas na Instrução CVM n.º 577, de 07 de julho de 2016 e na Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013, revogada pela Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018, porém com os anexos A e B em vigor até 31/12/2018, que transferiu a categoria dos ativos discriminados no quadro abaixo de "ATIVOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO" para "TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO". O resultado positivo da transferência foi de R\$ 5.712 mil, refletido no valor da quota do fundo e no resultado do plano.

Segue a relação dos títulos objeto da transferência:

								R\$ mil
DATA	CÓDIGO	VENC.	QUANT.	TAXA CURVA EM DEZ/2018	VALOR EM DEZ/2018	TAXA MERCADO EM DEZ/2018	VALOR EM DEZ/2018	LUCRO
31/12/2018	B184265	15/08/2050	5.000	5,74	16.746	4,97	18.696	1.950
	B184268	15/08/2050	1.600	5,77	5.337	4,97	5.983	646
	B184270	15/05/2055	2.000	6,51	5.934	4,94	7.482	1.548
	B184271	15/05/2055	1.000	6,53	2.959	4,94	3.741	782
	B184272	15/05/2055	1.000	6,54	2.955	4,94	3.741	786
<b>DATA</b>			<b>10.600</b>		<b>33.931</b>		<b>39.643</b>	<b>5.712</b>

## Fundos de Investimentos no Exterior:

As cotas dos fundos de Investimentos no exterior são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos detidos pelo plano alocam seus recursos, indiretamente, em ativos negociados em mercados externos de renda fixa e renda variável.

## Plano CVI

			R\$ mil	
ATIVOS	CUSTO	VALOR		
Rio Bravo Columbia Threadneedle European FI Multimercado - IE	4.000	4.281		
Western Asset Macro Opportunities FI Multimercado - IE	8.000	7.917		
Valores a receber	-	17		
<b>TOTAL FUNDO INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>12.000</b>	<b>12.215</b>		

## 5.3.4.4) Índice de Mercado

A rubrica Índice de Mercado é composta de cotas de fundos de índices – BOVA11, pertencentes ao plano CV I. O Fundo acompanha a variação do IBOVESPA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas. Em 31 de dezembro de 2018, o plano possuía R\$ 23.503 mil aplicados no BOVA11.

## 5.3.4.5) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I e possuem, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 51.915 mil aplicados em cotas de seis fundos imobiliários conforme quadros a seguir:

			R\$ mil	
ATIVOS	CUSTO	VALOR		
FII BR PLURAL ABSOLUTO	3.363	4.555		
FATOR IFIX FII	6.017	5.322		
FII GRCOVEPCI	6.000	7.103		
SP DOWNTOWN FII	28	30		
VINCI FII	1.936	2.038		
<b>TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO</b>	<b>17.344</b>	<b>19.048</b>		

Plano CV		R\$ mil	
ATIVOS	CUSTO	VALOR	
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.726	2.719	
SP DOWNTOWN FII	3.605	3.784	
FII BR PLURAL ABSOLUTO	574	564	
FII GGRCOVEPCI	12.286	14.542	
FATOR IFIX FII	1.565	1.528	
VINCI FII	9.507	9.730	
<b>TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO</b>	<b>30.263</b>	<b>32.867</b>	

#### 5.3.4) Derivativos

Na rubrica Derivativos são registrados os valores dos ajustes recebidos decorrentes de operações de venda de dólar futuro na BM&F Bovespa. Em 31 de dezembro de 2018, a posição em derivativos era de R\$ 24 mil pertencente ao plano CV I.

#### 5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, encerrou o ano de 2018 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 263.274 mil. No Plano BD R\$ 261.834 mil (R\$ 260.927 mil, em 2017), destes R\$ 259.913 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos creditórios de locações, e R\$ 1.921 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis (alienações). Composto o PGA temos R\$ 1.440 mil (R\$ 1.457 mil em 2017) referentes a edificações e respectivos direitos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2018:

##### Plano BD

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO (%)
	2018	2017	
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>261.834</b>	<b>260.927</b>	<b>0,35</b>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>257.918</b>	<b>254.391</b>	<b>1,39</b>
IMÓVEIS LOCADOS	206.342	196.731	4,88
IMÓVEIS DESOCUPADOS	51.251	57.328	(10,60)
OUTRAS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	325	332	(2,11)
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	<b>3.916</b>	<b>6.536</b>	<b>(40,09)</b>
LOCAÇÕES	1.995	2.519	(20,81)
ALIENAÇÕES	1.921	4.017	(52,19)

##### Plano Gestão Administrativa

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO (%)
	2018	2017	
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>1.440</b>	<b>1.457</b>	<b>(1,17)</b>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>1.440</b>	<b>1.457</b>	<b>(1,17)</b>
IMÓVEIS LOCADOS	0	0	-
IMÓVEIS DESOCUPADOS	1.440	1.457	(1,17)

#### 5.3.5.1) Edificações

Ao longo do exercício de 2018, no tocante aos ativos edificados, a carteira sofreu aumentos patrimoniais decorrentes dos imóveis reavaliados no Plano BD, tudo à luz da periodicidade trienal, prevista na Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 15, de 12 de novembro de 2014.

Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de avaliação independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 2.905 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			VARIÇÃO (%)
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
BA	Ed. Catabas Center	ago/18	15.517	16.460	943	6,07%
CE	Ed. Pedro Filomeno	ago/18	309	419	111	35,88%
CE	Centro Comercial Galeria São Luiz	ago/18	7.064	7.393	329	4,66%
CE	Prédio Barão de Studar	ago/18	10.353	11.875	1.522	14,70%
<b>TOTAL</b>			<b>33.243</b>	<b>36.147</b>	<b>2.905</b>	<b>8,74%</b>

Para a carteira de imóveis do PGA, não houve reavaliação patrimonial em virtude da última avaliação ter ocorrido em out/2016, estando dentro da periodicidade trienal.

Em 2018, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo de R\$ 1.162 mil, com destaque para as garantias recebidas em razão de imóveis locados a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 704 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a pagar).

#### 5.3.5.2) Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 115 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento. Destarte, o saldo líquido da rubrica de locações, no final do exercício, conta com um total de R\$ 1.382 mil (R\$ 2.221 mil, em 2017).

No ano de 2018, o total de direito obtido sobre locações encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 1.995 mil (R\$ 2.518 mil, em 2017), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

As provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

### 5.3.5.3) Alienações

O Plano BD administrado pela Entidade possui ainda um saldo líquido, ao final do exercício, de R\$ 1.921 mil (R\$ 4.017, em 2017) relativo a parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações, descontados pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza/CE. As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas.

A composição do saldo devedor líquido, por imóvel alienado, é seguinte: R\$ 96 mil referentes a salas do Medical Center (CE) e R\$ 1.825 mil para as unidades do Edifício Beira Mar Trade Center (CE).

### 5.3.6) Empréstimos a Participantes

#### Plano BD

No exercício de 2018, o plano realizou 3.439 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 10.785 contratos ativos, totalizando R\$ 84.382 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI representam 0,64% da carteira, 97,72% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC e apenas 1,65% referem-se aos contratos atualizados pela variação do IGP-M.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo Garantidor de Empréstimo terminou 2018 com saldo de R\$ 12.325 mil (R\$ 9.834 mil em 2017), de acordo com o demonstrativo a seguir:

Plano BD				em R\$ mil
SALDO EM DEZ/17	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/18
9.834	2.191	950	1.250	12.325

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

#### Plano CV I

No exercício de 2018, o Plano CV I realizou 5.037 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 11.309 contratos ativos, no valor de R\$ 55.546 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2018, o saldo da rubrica importava em R\$ 830 mil (R\$ 469 mil em 2017), de acordo com o demonstrativo a seguir:

Plano CV I				em R\$ mil
SALDO EM DEZ/17	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/18
469	298	22	85	830

### 5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2018 somente 38 contratos ativos no valor total de R\$ 6.972 mil, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2018 de R\$ 3.091 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 5,5% ao ano.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando o montante de R\$ 53.357 mil em 31 de dezembro de 2018.

### 5.3.8) Depósitos Judiciais/Recurais

O saldo de R\$ 297 mil em 2018 (R\$ 280 mil em 2017) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de imunidade tributária.

### 5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 754 mil (R\$ 735 mil em 2017) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capef já solicitou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil e aguarda decisão daquele órgão.



## 6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Permanente da Capecf, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 11.743 mil (R\$ 12.795 mil em 2017).

### 6.1) Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 9.735 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 10.153 mil em 2017).

Rubrica	R\$ mil	
	2018	2017
Imobilizado	9.735	10.153
Bens Móveis	364	445
Bens Imóveis	9.371	9.708

O imóvel sede da Capecf, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa que representa 96,26% do Imobilizado da Entidade, foi reavaliado no ano de 2016 baseado em laudos de perito independente conforme a Instrução MPS/SPC No. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, alterada pela Instrução PREVIC No. 15 de 12 de novembro de 2014, onde prevê que as avaliações imobiliárias devem ser realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos. A Capecf utiliza a reavaliação trienal para o seu imóvel do PGA e a próxima ocorrerá no ano de 2019.

### 6.2) Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2018, apresentou saldo de R\$ 2.008 mil (R\$ 2.642 mil em 2017). Segue detalhamento da composição do intangível.

	CUSTO TOTAL	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	INÍCIO DA AMORTIZAÇÃO	% AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO NO ANO (R\$ MIL)	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)
Sistema de Benefício	2.618	120 meses	mai/11	10%	247	1.892	726
Sistema de Imóveis	478	36 meses	mar/16	33%	48	135	343
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	jul/15	20%	86	301	128
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	89	252	636
Demais Softwares	1.195	60 meses			185	1.020	175
<b>TOTAL</b>	<b>5.608</b>				<b>655</b>	<b>3.600</b>	<b>2.008</b>

## 7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

### 7.1) Previdencial

No final do exercício de 2018, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 4.114 mil (R\$ 3.637 mil em 2017). O saldo corresponde, primordialmente, a restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência, além de aposentadorias e pensões de participantes não recadastrados ou que aguardam decisão judicial.

### 7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capecf relativo ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, gastos com manutenção da CAPEF (água, energia, telefone, etc.). No final do exercício de 2018, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.938 mil (R\$ 1.401 mil em 2017).

### 7.3) Investimentos

No final do exercício de 2018, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.561 mil (R\$ 1.643 mil em 2017), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) cauções recebidas de locatários de imóveis; b) condomínios a pagar de imóveis vagos; c) serviços de corretagem relativas às locações comerciais e d) seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2018, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 151.349 mil (R\$ 198.625 mil em 2017). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CV I. Segue detalhadamente a composição da rubrica:

Rubrica	R\$ mil	
	2018	2017
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>151.349</b>	<b>198.625</b>
<b>Plano BD</b>		
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>144.061</b>	<b>192.890</b>
Provisionado (Provável)	121.765	157.175
Depósito Judicial	21.019	34.409
Depósito Recursal	1.277	1.306
<b>Gestão de Investimentos</b>	<b>2.956</b>	<b>2.737</b>
Provisionado (Provável)	2.659	2.457
Depósito Judicial	288	271
Depósito Recursal	9	9
<b>PGA</b>		
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>4.332</b>	<b>2.998</b>
Provisionado (Provável)	371	332
Depósito Judicial	3.961	2.666

A seguir detalha-se o Exigível Contingencial dos planos incluindo-se no montante dos saldos os Depósitos Judiciais e Recursais em 31 de dezembro de 2018.

### 8.1) Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD, classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável encontram-se distribuídas conforme quadro a seguir:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL	R\$ mil	
	2018	2017
Saldo Inicial	157.174	122.850
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	22.757	28.039
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	-67.185	-1.650
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	9.018	8.117
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	0	-182
<b>Saldo Final</b>	<b>121.765</b>	<b>157.174</b>

O saldo final refere-se:

- a) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 6.299 mil; e
- b) a obrigações no valor de R\$ 115.466 mil decorrentes de demandas judiciais.

Ressalte-se que há 135 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 699.083 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente as suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

### 8.2) Gestão Administrativa - PGA

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL	R\$ mil	
	2018	2017
Saldo Inicial	2.998	1.776
Constituição de Provisões	1.295	1.191
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	39	31
<b>Saldo Final</b>	<b>4.332</b>	<b>2.998</b>

Destaca-se que, do saldo total das Contingências Administrativas, R\$ 3.961 mil correspondem a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS, onde a CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições. (Vide nota 11.1).

Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 371 mil.

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

### 8.3) Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2018 com um saldo de R\$ 2.956 mil (R\$ 2.737 mil em 2017).

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL	R\$ mil	
	2018	2017
Saldo Inicial	2.737	3.063
Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	(48)	(7)
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	65	17
Reversão da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	(14)	(357)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	216	203
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	0	(182)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.956</b>	<b>2.737</b>

O saldo final refere-se:

- a) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capec questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 457 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão à MP 2.222/01;
- b) no segmento de investimentos imobiliários, as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias no valor de R\$ 1.303 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela Capec no total de R\$ 250 mil;
- c) no segmento de empréstimos e financiamentos imobiliários, as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 559 mil e da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 90 mil;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totaliza o montante de R\$ 297 mil.

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL

### 9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

#### 9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

#### Plano BD

Em 31 de dezembro de 2018, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.467.792 mil (R\$ 3.346.547 mil em 2017). A variação de 3,62% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

RUBRICA	R\$ mil	
	2018	2017
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>3.467.792</b>	<b>3.346.547</b>
Benefícios concedidos	2.851.583	2.765.444
Benefícios a conceder	616.209	581.103

As Provisões Matemáticas aumentaram em termos reais (3,62%, enquanto a variação do INPC no período foi de 3,43%). O aumento real de 0,19% ocorreu em função da redução da taxa de contribuição dos assistidos aplicada em 31/12/2018, ainda que esse efeito tenha sido atenuado em razão do estágio de maturidade do Plano BD, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições.

#### Plano CV I

O saldo das Provisões Matemáticas referente ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 912.790 mil (R\$ 711.944 mil, em 2017). O crescimento de 28,21% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010.

RUBRICA	R\$ mil	
	2018	2017
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>912.790</b>	<b>711.944</b>
Benefícios concedidos	75.593	71.177
Benefícios a conceder	837.197	640.767

#### 9.1.2) Equilíbrio Técnico

##### 9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

O superávit de R\$ 20.173 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2018, foi impactado neste exercício, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 402.251 mil e, negativamente, no valor de R\$ 392.636 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, repasse de custeio administrativo e constituição de contingências, resultando no superávit de R\$ 20.173 mil conforme destacado no quadro a seguir:

#### Plano BD

R\$ mil	
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2017</b>	<b>10.558</b>
Fluxo Previdencial	(254.715)
Investimentos	402.251
Custeio administrativo	(14.065)
Provisões Atuariais	(121.245)
Contingências	(2.611)
<b>SUPERÁVIT EM 31/12/2018</b>	<b>20.173</b>

A situação atuarial do plano CV I, em 31 de dezembro de 2018, apresenta-se superavitária em R\$ 294 mil em virtude do desempenho dos investimentos e dos ganhos atuariais obtidos sobre a parte das obrigações referentes aos benefícios concedidos que possuem características de benefício definido.

#### Plano CV I

R\$ mil	
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2017</b>	<b>0</b>
Fluxo Previdencial	113.000
Investimentos	100.699
Custeio administrativo	(6.014)
Provisões Atuariais	(200.846)
Fundos Previdenciais	(6.545)
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2018</b>	<b>294</b>

#### 9.2) Fundos

##### 9.2.1) Plano CV I - Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 29.908 mil (R\$ 23.363 mil, em 2017), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial –Portfólio Mutualista (R\$ 16.840 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 13.068 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2018, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

##### 9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. No exercício de 2018, o Plano BD destinou 8,0% e o Plano CV I 5,0% (mesmo percentual do ano de 2017 para ambos os planos) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos



e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 82.077 mil (R\$ 71.351 mil, em 2017).

### 9.2.3) Fundos de Investimentos

#### 9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2018, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 13.077 mil, sendo R\$ 12.325 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 752 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 10.506 mil, sendo R\$ 9.834 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 672 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2017).

No exercício de 2018, foi utilizado do fundo de Empréstimos o valor de R\$ 950 mil (R\$ 1.173 mil, em 2017), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 2.191 mil (R\$ 2.081 mil, em 2017) e de R\$ 1.250 mil (R\$ 831 mil, em 2017), decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

#### 9.2.3.2) Plano CV I - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2018, registrou-se fundo no Plano CV I no valor de R\$ 830 mil. No exercício de 2018, foram constituídos R\$ 298 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 85 mil, em virtude de sua rentabilidade e a utilização de R\$ 22 mil razão do falecimento de mutuário no período.

## 10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA foi estabelecida por meio da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme artigo 6º da resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Apesar do limite para cobertura das despesas administrativas da CAPEF atingir o valor de R\$ 45.701 mil, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 15.799 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 14.924 mil em 2017).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ mil	
	2018	2017
Pessoal e Encargos	10.943	10.300
Treinamentos/Congressos e Seminários	151	142
Viagens e Estádias	151	151
Serviços de Terceiros	1.386	1.339
Despesas Gerais	1.639	1.578
Depreciação e Amortização	1.174	1.063
Tributos	355	351
<b>TOTAL</b>	<b>15.799</b>	<b>14.924</b>

A Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade, as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2018	2017
<b>Participação no Fundo Administrativo</b>	<b>82.077</b>	<b>71.351</b>
Plano BD	58.837	51.174
Plano CV	23.240	20.177

## 11. TRIBUTOS FEDERAIS

### 11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, e tal medida encontra-se pendente de análise pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela CAPEF em 31 de dezembro de 2018 acumulam R\$ 3.869 mil.

### 11.2) Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A princípio, a CAPEF apresentou pedido de compensação tributária junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, relativamente à exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do Regime Especial de Tributação – RET, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004, no valor de R\$11.111 mil.

Em 2012, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil), relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004, permanecendo pendentes os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em 2015, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil), relativo ao RET do 4º trimestre de 2004.

Não obstante as restituições anteriores, a SRF, em 2016, indeferiu, em última instância, o pedido compensação da CAPEF.

Como o crédito tributário cuja compensação foi requerida havia sido utilizado para compensar os recolhimentos tributários da Entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008, a CAPEF, com o indeferimento do seu pedido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, última instância no âmbito da SRF, resolveu efetuar a reversão do saldo correspondente ao crédito tributário, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela SELIC, e a reconhecer a multa de 20%, tudo isso em obediência ao princípio da prudência.

Ainda em 2016, mais especificamente em dezembro, a CAPEF recolheu R\$ 19.800 mil e ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cumulada com pedido de repetição de indébito, pretendendo o reconhecimento do seu direito de compensar o crédito tributário em questão. Essa ação se processa perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, sob o nº 0076130-89.2016.4.01.3400, e ainda se encontra em primeira instância, não havendo, até o momento, sentença proferida.

Em abril de 2018, o Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília determinou que a CAPEF especifique as provas que pretende produzir para instruir o processo, de maneira pormenorizada. Após esse evento, não houve outro andamento.

Todos os questionamentos citados acima referem-se ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 12.1) ATIVO CONTINGENTE – OFND

Em 23/06/1986, através do Decreto-Lei nº 2.228, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das Entidades Fechadas de Previdência Privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas”, nas “Obrigações” desse Fundo (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional).

O Decreto-Lei nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei nº 2.228 modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens aos investidores. Assim, a Associação Brasileira das Entidades

Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ingressou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Em 29/11/2010, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça, com decisão favorável às EFPC's e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879 /RJ.

Em 2010, a ação coletiva movida pela Abrapp, visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável às Entidades que participaram da referida demanda judicial. A CAPEF, entretanto, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPCs que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e à forma de pagamento pela União Federal, relativas à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CAPEF em linha com a determinação do Órgão Fiscalizador.

## 12.2) TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS

### 12.2.1) Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

### 12.2.2) Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2018 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC no. 23, de 26 de junho de 2015, e Portaria PREVIC No. 375, de 17 de abril de 2017.

### 12.2.3) Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2018

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,50% a.a. para o Plano BD e de 5,25% a.a. para o Plano CV I.

Os citados estudos observaram a **duration** do passivo do Plano de Benefício Definido de 9,26 anos e a **duration** do Plano de Contribuição Variável I de 21,42 anos, ambas na data base de 31/12/2017.

Para o plano BD a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria PREVIC nº 363, de 26 de abril de 2018, sendo de 4,19% a.a. o limite inferior e o superior de 6,39% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (4,17% a.a. para o limite inferior e de 6,36% a.a. o limite superior).

A Resolução CGPC No. 26, de 29 de Setembro de 2008, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário foi modificada pela Resolução CNPC No. 16, de 19 de novembro de 2014, em relação à taxa máxima de juros utilizada na destinação de superávit e com a inserção da definição e critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,50% para o Plano BD e 5,25% para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

A PREVIC emitiu, em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução No. 19, tratando das questões da Resolução CNPC No. 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico. Nos termos desta resolução, para fins de apuração do resultado superavitário/deficitário sujeitos ao equacionamento, deve ser considerado o ajuste de precificação positivo ou negativo.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou níveis previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão. O ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de dezembro de 2018, dos Planos BD e CV I resultou em valores positivos de R\$ 400.485 mil e R\$ 1.515 mil, respectivamente, conforme demonstrado no item a seguir.

#### 12.2.4) Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2018 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no superávit de R\$ 20.173 mil. Por sua vez, o plano CV I encontra-se em equilíbrio apresentando um superávit de R\$ 294 mil em sua parcela característica de benefício definido.

Em novembro de 2015, foi emitida a Resolução CNPC No. 22, alterando a Resolução CGPC No. 26, que estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (**duration** do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (**duration** - 4) x 1% x Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula (10% + (**duration** x 1%)) x Provisão Matemática.

A **duration** do passivo do plano BD é de 9,05 anos em 31/12/2018, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 5,05% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 19,05% das Provisões Matemáticas.

A **duration** do passivo do plano CV I é de 21,11 anos em 31/12/2018, com isso a zona de

equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 17,11% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 25% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2018 encontram-se demonstrados a seguir.

Plano BD	2018
<b>A) Cálculo dos Limites</b>	
a) Saldo Provisões Matemáticas (PM) (conta 2.3.1.1.00.00.00)	R\$ 3.467.792
<b>b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,05
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer ((a*b1)/100)*-1	- R\$ 175.123
<b>c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado</b>	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	19,05
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator (a*c1)/100	R\$ 660.614
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das PM (a*25%)	R\$ 836.948
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 660.614
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 20.173
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 400.450
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 420.623
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	12,13%
<b>Plano CV I</b>	
<b>A) Cálculo dos Limites</b>	
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (PM - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)	R\$ 20.107
<b>b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	17,11
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer ((a*b1)/100)*-1	-R\$ 3.440
<b>c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado</b>	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	31,11
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator (a*c1)/100	R\$ 6.255
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das PM (a*25%)	R\$ 5.027
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 5.027
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ Mil 294
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 1.515
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 1.809
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	9,00%

Fortaleza, 31 de janeiro de 2019.

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15



## PARECERES

---

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO CV I

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Ilmos. Srs.  
 Conselheiros, Diretores, Participantes e Assistidos da  
 CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO  
 BRASIL - CAPEF  
 Fortaleza - CE

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por plano de benefício da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 12.1, em 2010, a ação coletiva movida pela ABRAPP visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável às Entidades que participaram da referida demanda judicial. Entretanto, a CAPEF, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou seu registro contábil conforme estabelece o Ofício nº 4630/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14 de outubro de 2011, determinando às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não efetuar nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CAPEF alinhada com a determinação do Órgão Fiscalizador. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

**Outros Assuntos**

**Auditoria do período anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de janeiro de 2018, sem qualquer modificação de opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2019.



**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF**

Este Conselho, em sua 302ª Reunião realizada no dia 29/03/2019, em atendimento ao disposto art. 17, alínea k, da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018 e com base no art. 28, "d" do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2018:

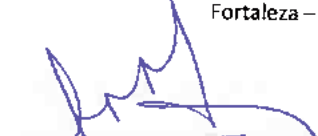
- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstra es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstra es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas;
- h) Balanço Social;
- i) Relatórios dos Auditores Independentes;
- j) Demonstra es Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- k) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- l) Parecer do Conselho Fiscal.

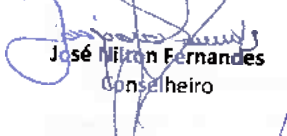
Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela AUDILINK & CIA. AUDITORES, Atuarh Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente   aprova o das Demonstra es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - Capef relativo ao encerramento do exercício de 2018 e determina a divulga o das referidas demonstra es, nos meios de comunica o da Entidade, em atendimento ao artigo 1  da Resolu o do MPS/CGPC N  23, de 06/12/2006, com altera es dadas pela Resolu o MPS/CNPC n  2, de 03/03/2011 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório.




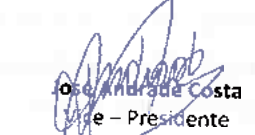

Anual da Capef, bem como a disponibilização aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido.


Fortaleza – Ceará, 29 de março de 2019.


  
Henrique Jorge Tinoco de Aguiar  
Presidente

  
José Milton Fernandes  
Conselheiro

  
Nivaldo Trindade Santos  
Conselheiro

  
José Andrade Costa  
Vice – Presidente

  
Sérgio Brito Clark  
Conselheiro

  
Reginaldo da Silva Medeiros  
Conselheiro


#### PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018


Este Conselho, em sua 460ª Reunião realizada no dia 21 de março de 2019, em atendimento ao disposto no art. 17, alínea j da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018 e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2018:


- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstra es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstra es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes;
- i) Demonstra es Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I).


Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela AUDILINK & CIA. AUDITORES e Atuarh Consultoria Atuarial, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente   aprova o das Demonstra es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2018.

Fortaleza – Ceará, 21 de março de 2019.

  
Antonio Nogueira Filho  
Presidente

  
Allia Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
Conselheira

  
Adelson Belchior Chaves  
Vice – Presidente

  
Helton Chagas Mendes  
Conselheiro



**Parecer da Avaliação Atuarial 2018 - Plano BD**  
**(CNPB nº 1967.0001-74)**

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2018 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD.

Fevereiro de 2019



**1. OBJETIVO**

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2018 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF.

**2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS**

O Plano BD, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, é classificado na modalidade de benefício definido uma vez que os todos os benefícios do plano têm seu valor previamente estabelecidos e seu custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

**3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO**

No Plano BD, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o financiamento de todos os seus benefícios.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento. O método de financiamento adotado para o Plano BD é o do prêmio nivelado individual.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano BD estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

**4. HIPÓTESES ATUARIAIS**

As hipóteses atuariais para a avaliação de 31/12/2018, a seguir relacionadas, foram as mesmas adotadas na avaliação do exercício anterior e foram escolhidas com base na boa prática atuarial, observando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2018

Hipótese	31/12/2018
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 <i>Female Disabled Retiree</i>
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Família observada
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 84 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado
Indexador do Plano	(INPC) 4% a.a.
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a. a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).





## 5. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação conta, na posição de **31/12/2018**, com 1.512 participantes ativos, 3.563 aposentadorias programadas, 169 aposentadorias por invalidez e 1.200 grupos de beneficiários de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

## 6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida no item 1.4 do Anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006<sup>1</sup>, conforme alteração promovida pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, e pelo disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo previdencial do Plano BD da CAPEF, obtém-se a **duration do passivo de 9,05 anos**.

## 7. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio, com vigência a partir de **01/01/2019**, apresenta a estimativa da estrutura de custos projetada para o exercício de 2019, de modo que seja preservada a solvência atuarial do Plano BD e detalha a forma de cálculo e o resultado percentual dos custos normais dos participantes ativos, a tabela de contribuição normal de participantes ativos (custeio) e o percentual de contribuição extraordinária dos assistidos.

### 7.1. CUSTO NORMAL

Para o exercício de 2019 o **Custo Normal** do plano foi quantificado em **13,09%** dos salários de contribuição, sendo **8,0%** destinado ao **custeio administrativo** do ano (o percentual de despesa administrativa de longo prazo, adotado no cálculo das provisões matemáticas, é de 6,75%) e **4,01%** referente a **cobertura dos benefícios de risco** decorridos, a ser aplicado sobre o valor das contribuições dos participantes ativos na ocasião do resgate de contribuições.

Importa consignar que o resultado da soma da aplicação do percentual de custeio administrativo sobre os salários de contribuição, estimado para 2019, resulta inferior ao limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF, de 0,5% (meio por cento) sobre os recursos garantidores, estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

<sup>1</sup> Por se tratar de parecer atuarial na posição de 31/12/2018, optamos por fazer referência às Resoluções e Instruções que estavam vigentes nessa data: Resoluções CGPC nº 18, de 28/03/2006, e CGPC nº 26, de 29/09/2008, revogadas pela Resolução CNPC nº 30, de 30/10/2018, a partir de 01/01/2019, e a Instrução Previc nº 19, de 04/02/2015, revogada pela Instrução nº 10, de 30/11/2018, a partir de 01/01/2019.



## 7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

O Custeio Normal dos participantes ativos do Plano BD, de responsabilidade do participante e do patrocinador, calculado a partir da tabela de contribuição vigente, resulta em 13,33%, suficiente à cobertura do custo normal dimensionado em 13,09%. Dessa forma, recomendamos, para o exercício de 2019, a manutenção da tabela de contribuições normais de participantes ativos aplicada em 2018 sobre os salários de contribuição, reproduzida no Quadro 2 adiante.

Quadro 2 – Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2019

Salário de Contribuição	Alíquota de Contribuição <sup>(2)</sup>	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC <sup>(1)</sup>	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.971,12.

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

## 7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

O Plano BD encerrou o exercício de 2017 com reserva de contingência contabilizada no montante de R\$ 10.557.946,56. No ano de 2018, o Plano BD acumulou preliminarmente resultado superavitário de R\$ 126.698.670,92, permitindo redução das **contribuições extraordinárias dos assistidos** de 21,25% para **20,00%**.

A redução proposta elevou as Provisões Matemáticas do plano em R\$ 117.083.401,58, montante inferior ao resultado do exercício, evidenciando a preservação da reserva contingência registrada no final do exercício de 2017. Depois de aplicada a redução das contribuições extraordinárias, o Plano BD encerrou o exercício de 2018 com superávit no ano de R\$ 9.615.269,33. A Reserva de Contingência contabilizada no encerramento do exercício totaliza o montante de R\$ 20.173.215,89.

## 8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 3, as provisões matemáticas do Plano BD cresceram 3,90% em 2018 em relação ao valor contabilizado no encerramento do exercício de 2017. Descontada a variação do INPC de 3,43% observada no ano, o crescimento real das provisões foi de 0,45%.

Quadro 3 – Resultado do Plano BD em 2017 e 2018

Rubrica	31/12/2017	31/12/2018	Valores em R\$	
			Variação Nominal	Variação Real
<b>(+) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>3.357.105.263,66</b>	<b>3.487.965.593,49</b>	<b>3,90%</b>	<b>0,45%</b>
<b>(-) Provisões Matemáticas</b>	<b>3.346.547.317,10</b>	<b>3.467.792.377,60</b>	<b>3,62%</b>	<b>0,19%</b>
Benefícios Concedidos	2.765.444.251,82	2.851.583.003,27	3,11%	-0,30%
Benefícios a Conceder	581.103.065,28	616.209.374,33	6,04%	2,52%
<b>(=) Superávit Técnico</b>	<b>10.557.946,56</b>	<b>20.173.215,89</b>	<b>91,07%</b>	<b>84,73%</b>
Reserva de Contingência	10.557.946,56	20.173.215,89	91,07%	84,73%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).



O Plano BD encontra-se em um estágio de maturidade que tende a apresentar redução, em termos reais, no montante de suas obrigações atuariais. O crescimento real das provisões matemáticas de 0,45% observada em 2018 ocorreu em função da redução da contribuição do assistido de 21,25% para 20,00%. Se o impacto de R\$ 117.083.401,58 dessa redução for reduzido das provisões matemáticas, o crescimento nas provisões é de apenas 0,12% em termos nominais e, em termos reais, as obrigações seriam reduzidas em 3,20%.

### 9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, considerando a *duration* do passivo do Plano BD de 9,05 anos, para o caso de déficit técnico, o plano deve equacionar os déficits acima de 5,05% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, a distribuição deve ocorrer para os resultados acumulados acima de 19,05% das Provisões Matemáticas.

O valor do ajuste de precificação é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 26, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,50%, e o valor contábil desses títulos. O valor do ajuste de precificação do Plano BD, em 31/12/2018, foi apurado em R\$ 400.485.259,89. Dessa forma, o **Equilíbrio Técnico Ajustado** do plano é de **R\$ 420.658.475,78**, que corresponde a **12,13%** do total de suas provisões matemáticas.

### 10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano BD incorpora diversos mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais, tais como:

- i) fechado a novas adesões;
- ii) percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios não incorporados ao regulamento;
- iii) base para o cálculo do benefício e salário de contribuição desatrelados ao salário efetivo do participante ativo, sendo a evolução do salário de contribuição estabelecidos no regulamento do plano;
- iv) reajuste dos benefícios dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador;
- v) reajuste dos benefícios vinculados ao índice do plano, que é calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitado a 100% e não inferior a 30% da variação do INPC do ano;
- vi) valores dos benefícios do plano desvinculados do valor do benefício pago pelo RGPS; e
- vii) valores dos benefícios do plano vinculados a valor de RGPS hipotético, reajustado pelo mesmo índice do plano.

Considerando esses mecanismos, os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas são expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. O plano também está exposto ao risco de mercado, sendo que a regra de reajuste do benefício, minimiza sobremaneira seu impacto. Além disso, o plano possui significativa parcela de seu patrimônio em títulos públicos marcados na curva com taxas superiores à taxa de juros atuariais.



Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano BD não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

### 11. CERTIFICAÇÃO

O resultado superavitário no ano, após a redução das contribuições extraordinárias do plano, foi de R\$ 9.615.269,33 e proveio, principalmente, da rentabilidade do plano (11,97%) acima da meta (9,12%), sendo que a redução das contribuições mencionada importou em R\$ 117.083.401,58. Assim, o plano acumulou um superávit de R\$ 20.173.215,89 na posição de 31/12/2018, devidamente registrado em reserva de contingência, conforme determinação normativa.

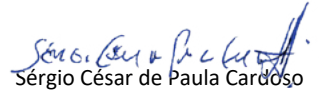
O plano de custeio proposto para o ano de 2019, adotou critérios que preservam o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano BD, não havendo utilização de resultado acumulado no exercício 2017 contabilizado como reserva de contingência, nem utilização de resultado do exercício em desacordo com a legislação, tendo sido observado, ainda, o método de financiamento adotado no plano.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes.

Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano BD, na posição de 31/12/2018, de R\$ 3.467.792.377,60, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2019.

  
Sérgio César de Paula Cardoso  
Atuário - MIBA Nº 2.285

Sérgio César  
de Paula  
Cardoso

Assinado digitalmente por Sérgio  
César de Paula Cardoso  
DN: C=BR, CN=Sérgio César de Paula  
Cardoso, E=sergioce@gmail.com  
Localização:  
Data: 2019-02-22 16:01:25  
Foxit Reader Versão: 9.4.1



## Parecer da Avaliação Atuarial 2018 - Plano CV I

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2018 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Fevereiro de 2019



### 1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2018 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25/03/2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

### 2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

### 3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

### 4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação (Quadro 1). Destaque-se que as hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudo de Aderência específico e, ainda, que não houve alteração em relação às hipóteses adotadas no exercício anterior.



## 5. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação conta, na posição de **31/12/2018**, com 1.512 participantes ativos, 3.563 aposentadorias programadas, 169 aposentadorias por invalidez e 1.200 grupos de beneficiários de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

## 6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida no item 1.4 do Anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006<sup>1</sup>, conforme alteração promovida pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, e pelo disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo previdencial do Plano BD da CAPEF, obtém-se a **duration do passivo de 9,05 anos**.

## 7. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio, com vigência a partir de **01/01/2019**, apresenta a estimativa da estrutura de custos projetada para o exercício de 2019, de modo que seja preservada a solvência atuarial do Plano BD e detalha a forma de cálculo e o resultado percentual dos custos normais dos participantes ativos, a tabela de contribuição normal de participantes ativos (custeio) e o percentual de contribuição extraordinária dos assistidos.

### 7.1. CUSTO NORMAL

Para o exercício de 2019 o **Custo Normal** do plano foi quantificado em **13,09%** dos salários de contribuição, sendo **8,0%** destinado ao **custeio administrativo** do ano (o percentual de despesa administrativa de longo prazo, adotado no cálculo das provisões matemáticas, é de 6,75%) e **4,01%** referente a **cobertura dos benefícios de risco** decorridos, a ser aplicado sobre o valor das contribuições dos participantes ativos na ocasião do resgate de contribuições.

Importa consignar que o resultado da soma da aplicação do percentual de custeio administrativo sobre os salários de contribuição, estimado para 2019, resulta inferior ao limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF, de 0,5% (meio por cento) sobre os recursos garantidores, estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

<sup>1</sup> Por se tratar de parecer atuarial na posição de 31/12/2018, optamos por fazer referência às Resoluções e Instruções que estavam vigentes nessa data: Resoluções CGPC nº 18, de 28/03/2006, e CGPC nº 26, de 29/09/2008, revogadas pela Resolução CNPC nº 30, de 30/10/2018, a partir de 01/01/2019, e a Instrução Previc nº 19, de 04/02/2015, revogada pela Instrução nº 10, de 30/11/2018, a partir de 01/01/2019.

## 7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

O Custeio Normal dos participantes ativos do Plano BD, de responsabilidade do participante e do patrocinador, calculado a partir da tabela de contribuição vigente, resulta em 13,33%, suficiente à cobertura do custo normal dimensionado em 13,09%. Dessa forma, recomendamos, para o exercício de 2019, a manutenção da tabela de contribuições normais de participantes ativos aplicada em 2018 sobre os salários de contribuição, reproduzida no Quadro 2 adiante.

Quadro 2 – Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2019

Salário de Contribuição	Alíquota de Contribuição <sup>(2)</sup>	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC <sup>(1)</sup>	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.971,12.

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

## 7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

O Plano BD encerrou o exercício de 2017 com reserva de contingência contabilizada no montante de R\$ 10.557.946,56. No ano de 2018, o Plano BD acumulou preliminarmente resultado superavitário de R\$ 126.698.670,92, permitindo redução das **contribuições extraordinárias dos assistidos** de 21,25% para **20,00%**.

A redução proposta elevou as Provisões Matemáticas do plano em R\$ 117.083.401,58, montante inferior ao resultado do exercício, evidenciando a preservação da reserva contingência registrada no final do exercício de 2017. Depois de aplicada a redução das contribuições extraordinárias, o Plano BD encerrou o exercício de 2018 com superávit no ano de R\$ 9.615.269,33. A Reserva de Contingência contabilizada no encerramento do exercício totaliza o montante de R\$ 20.173.215,89.

## 8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 3, as provisões matemáticas do Plano BD cresceram 3,90% em 2018 em relação ao valor contabilizado no encerramento do exercício de 2017. Descontada a variação do INPC de 3,43% observada no ano, o crescimento real das provisões foi de 0,45%.

Quadro 3 – Resultado do Plano BD em 2017 e 2018

Rubrica	31/12/2017	31/12/2018	Valores em R\$	
			Varição Nominal	Varição Real
<b>(+) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>3.357.105.263,66</b>	<b>3.487.965.593,49</b>	<b>3,90%</b>	<b>0,45%</b>
<b>(-) Provisões Matemáticas</b>	<b>3.346.547.317,10</b>	<b>3.467.792.377,60</b>	<b>3,62%</b>	<b>0,19%</b>
Benefícios Concedidos	2.765.444.251,82	2.851.583.003,27	3,11%	-0,30%
Benefícios a Conceder	581.103.065,28	616.209.374,33	6,04%	2,52%
<b>(=) Superávit Técnico</b>	<b>10.557.946,56</b>	<b>20.173.215,89</b>	<b>91,07%</b>	<b>84,73%</b>
Reserva de Contingência	10.557.946,56	20.173.215,89	91,07%	84,73%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Quadro 2 – Resultado do Plano CV I em 2017 e 2018

Rubrica	Valores em R\$			
	2017	2018	Varição Nominal	Varição Real
<b>(+) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>711.943.882,05</b>	<b>913.083.994,94</b>	<b>28,25%</b>	<b>23,62%</b>
<b>(-) Provisões Matemáticas</b>	<b>711.943.882,05</b>	<b>912.790.226,29</b>	<b>28,21%</b>	<b>23,58%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>693.646.780,75</b>	<b>892.682.894,21</b>	28,69%	24,04%
Benefícios a Conceder	640.766.776,61	837.197.219,68	30,66%	25,93%
Benefícios Concedidos	52.880.004,14	55.485.674,53	4,93%	1,13%
<b>Benefício Definido</b>	<b>18.297.101,30</b>	<b>20.107.332,08</b>	9,89%	5,92%
Benefícios Concedidos	18.297.101,30	20.107.332,08	9,89%	5,92%
<b>(=) Resultado do Exercício</b>	<b>-150.433,03</b>	<b>293.768,65</b>	<b>-295,28%</b>	<b>-288,22%</b>
<b>(=) Superávit Técnico</b>	-	<b>293.768,65</b>	-	-
Reserva de Contingência	-	293.768,65	-	-

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

No exercício, o resultado superavitário foi de R\$ 293.768,65 e proveio, principalmente, da rentabilidade do plano (12,75%) acima da meta (9,20%) e de ganhos atuariais observados no exercício. Esse resultado do exercício deixou o plano em superávit no mesmo montante de R\$ 293.768,65 na posição de 31/12/2018, uma vez que o plano se encontrava equilibrado em 31/12/2017.

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, considerando a *duration* do passivo do Plano CV I de 21,11 anos, o limite do Plano CV I para o caso de déficit técnico é de 17,11% das Provisões Matemáticas (R\$ 3.440.364,52) e, para o caso de superávit, de 25% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido (R\$ 5.026.833,02).

O valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31/12/2018, foi apurado em R\$ 1.515.103,76. Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano aumentou neste exercício para R\$ 1.808.872,41, que corresponde a 9,00% do total das provisões matemáticas de benefício definido. O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 26, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,25%, e o valor contábil desses títulos.

## 9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e

- Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2018. Em relação ao encerramento de 2017, o saldo do fundo cresceu 16,09% em quotas e 30,84% em reais, e representa 1,84% (1,81% em 2017) do total das provisões matemáticas do plano. Para 2019, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2018

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
<b>(=) Saldo em 31/12/2017</b>	<b>6.128.926,10</b>	R\$12.870.787,71
(+) Recursos recebidos	986.207,90	R\$3.969.108,02
(-) Recursos utilizados	-	-
<b>(=) Saldo em 31/12/2018</b>	<b>7.115.134,00</b>	R\$16.839.895,73

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, em 2018, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 10,51% em quotas e 24,55% em reais. No ano, foram utilizadas 19.860,78 quotas (3,64% das quotas constituídas no ano) para o pagamento de capitais complementares referentes às concessões dos benefícios de risco. Para 2019, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2018

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
<b>(+) Saldo inicial em 31/12/2017</b>	<b>4.996.452,70</b>	10.492.585,65
(+) Recursos recebidos	545.100,17	2.618.348,27
(-) Recursos utilizados	19.860,78	42.350,94
<b>(=) Saldo em 31/12/2018</b>	<b>5.521.692,09</b>	R\$ 13.068.582,98

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31/12/2018 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 23.240.030,95 (R\$ 20.177.272,16 em 2017). O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa de Investimentos conta com o saldo de R\$ 830.026,74 (R\$



469.860,03 em 2017) destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

## 10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2018, R\$ 892.682,89 mil (R\$ 693.646,78 mil em 2017) e representavam 97,80% (97,43% em 2017) do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31/12/2018 totaliza R\$ 16.839,90 mil (saldo de R\$ 12.870,79 mil em 31/12/2017), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31/12/2018 totaliza R\$ 13.068,58 mil (saldo de R\$ 10.492,59 mil em 31/12/2017), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e ii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31/12/2018, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 20.107,33 mil (R\$ 18.297,10 mil em 31/12/2017).

Conforme mostrado no Quadro 5, a seguir, uma redução de 0,25 p.p. na hipótese da taxa real anual de juros, a mais relevante para o cálculo das obrigações desse tipo, elevaria o valor dessas provisões matemáticas em R\$ 359,48 mil.

Quadro 5 – Impacto da mudança na hipótese da taxa real anual de Juros nas Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido do Plano CV I

Rubrica	Valores em R\$			
	Taxa de juros de 5,25%	Taxa de juros de 5,00%	Varição	Varição
<b>Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido</b>	<b>20.107.332,08</b>	<b>20.466.808,03</b>	<b>1,79%</b>	<b>359.475,95</b>
Benefícios programados	13.626.234,00	13.818.691,98	1,41%	192.457,98
Benefícios não programados	6.481.098,08	6.648.116,05	2,58%	167.017,97

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).



Nesse caso, o plano inicialmente passaria a apresentar um déficit de R\$ 65,71 mil, que seria integralmente coberto por 0,39% do saldo do Fundo de Solvência Atuarial. Ressalte-se ainda, que o valor do ajuste de precificação do plano, considerando a taxa de juros de 5,25%, totaliza R\$ 1.515,10 mil.

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

## 11. CERTIFICAÇÃO


Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios são de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

O resultado superavitário foi de R\$ 293.768,65 e proveio, principalmente, da rentabilidade do plano (12,75%) acima da meta (9,20%) e de ganhos atuariais observados no exercício. Esse resultado do exercício deixou o plano em superávit no mesmo montante de R\$ 293.768,65 na posição de 31/12/2018, uma vez que o plano se encontrava equilibrado em 31/12/2017.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31/12/2018, de R\$ 912.790.226,29 (R\$ 711.943.882,05 em 31/12/2017), retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 11 de fevereiro de 2019.

  
Sérgio César de Paula Cardoso  
Atuário - MIBA N° 2.285

Assinado digitalmente por SERGIO CESAR DE PAULA CARDOSO:39871231334  
Data: 2019-03-26 12:26:00  
Foxit Reader Versão: 9.1.0



## SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

---

PLANO BD

PLANO CV I

## SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

### MACRO ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento e Benefícios da CAPEF, e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além das exigências da Resolução nº 4.661, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano BD para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada na tabela I a seguir:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 30/10/2018 (%)	PREVISÃO DE ALOCAÇÃO	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	88,70%	84%	70	100
Renda Variável	70	1,00%	3%	0	5
Investimentos Estruturados	20	0,00%	1%	0	3
Investimentos no Exterior	10	0,00%	1%	0	2
Imobiliário	20	7,76%	8%	0	10
Operações com Participantes	15	2,54%	3%	0	10

### LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

#### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- i) limitar em 1,0% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 3.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- ii) limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 3.8.1 desta Política;
- iii) não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- iv) não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- v) não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- vi) não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- vii) não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da

21º colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.

viii) não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

#### b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

i) não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

#### c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

#### d. Restrições para o Segmento Imobiliário

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

#### e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

#### f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- i) fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- ii) não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iii) é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- iv) não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

Fundos de Investimentos em Ações:

- i) fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- ii) não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iii) é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

### OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão abervadas as seguintes restrições:

- i) o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- ii) o valor total dos prêmios de opções pago limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- iii) fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

Todas operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

#### TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 375, de 17.04.2017), compreendido entre 5,89% e 6,31%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 9,25 anos (demonstrações atuariais de 2017).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, compreendidas entre 2018 e 2104, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 6,12% ao ano. Considerando essa projeção de rentabilidade, foi sugerida a manutenção da taxa de juros de 5,5% a.a., por estar dentro do intervalo de taxa de juros definido para o plano e tendo em vista ser uma atitude conservadora a utilização de taxa de juros atuarial menor que a rentabilidade esperada para os investimentos.

Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2019, é INPC + 5,5% a.a (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2018/153, de 12/11/2018). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

#### META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

##### META DE RENTABILIDADE PARA O PLANO BD

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de INPC + 5,5% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

##### a. Renda Fixa

Seguem os critérios:

- i) quando a diferença entre a variação do INPC e a variação do IPCA for igual ou superior a 0,6 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano;
- ii) quando a diferença entre a variação do INPC e a variação do IPCA for maior que 0,4 pp/ano e menor que 0,6 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano + 0,15 pp/ano;
- iii) quando a diferença entre a variação do INPC e a variação do IPCA for menor ou igual a 0,4 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano + 0,30 pp/ano.
- iv) a meta de rentabilidade para o fundo Fortaleza Multimercado é composto da seguinte ponderação: 92% (o critério segue o mesmo definido nos itens i, ii e iii) e 8% (IFIX + 0,5 pp/ano).

##### b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do IbrX50 + 0,5 pp/ano.

##### c. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a média ponderada do retorno em imóveis e fundos imobiliários em relação ao patrimônio do segmento.

- i) Carteira de imóveis: em estudo realizado pela Gestão de Investimentos, avaliou-se a correlação da carteira de imóveis da Entidade, para um prazo de 8 anos, com os diversos índices referentes ao segmento imobiliário disponíveis no mercado (IGMI-C-Capital, IGMI-C-Renda, IGMI-C-Total e IFIX) como detalhado abaixo:

CORRELAÇÃO	IGMI-C - CAPITAL	IGMI-C - RENDA	IGMI-C - TOTAL	IFIX	IMÓVEIS
IGMI-C - Capital	1,0	0,7	0,9	-0,3	0,73
IGMI-C - Renda	0,7	1,0	0,9	0,2	0,4
IGMI-C - Total	0,9	0,9	1,0	-0,1	0,65
IFIX	-0,3	0,2	-0,1	1,0	-0,6
IMÓVEIS	0,73	0,4	0,65	-0,6	1,0

O estudo mostrou uma correlação maior com o IGMI-C-Capital. Dessa forma, ficou definido como meta de rentabilidade para carteira de imóveis superar a variação do Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial – Capital, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

- ii) Fundos Imobiliários: tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano;



**d. Operações com Participantes**

A carteira de operações com participantes tem como meta de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes, bem como na Política de reestruturação da carteira financiamento imobiliário.

**e. Estruturados**

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a meta atuarial acrescido de spread de 2 pp/ano.

**f. Investimentos no Exterior**

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a meta atuarial + 0,75 pp/ano;

**RISCO**

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento:

- Renda Fixa curva: até 2% dos ativos da carteira;
- Renda Fixa mercado: até 4,93% dos ativos da carteira, baseado no VaR do IMA-B 5+ (2017 e 2018);
- Renda Fixa: até 2% dos ativos da carteira;
- Fundo Multimercado: até 3% dos ativos da carteira;
- Renda Variável: até 9,79%, baseado pelo VaR do benchmark da carteira, o IBRX-50, dos últimos 2 anos (2017 e 2018).
- Imobiliários: até 4% baseado no VaR no Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários;
- Investimentos no Exterior: até 4%, baseado no VaR dos Fundos classificados como Multimercado Investimento no Exterior com Hedge, acrescido do VaR da taxa de câmbio dos últimos 24 meses.

Será realizado teste de stress com a finalidade de analisar o comportamento da rentabilidade em relação à meta atuarial em um momento de alta volatilidade do mercado.

Os parâmetros utilizados nos cenários de estresse são definidos em reunião do Comitê de Investimentos, de acordo com o comportamento do mercado.

**CÓDIGO DE ÉTICA**

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as

esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

**PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO****SELEÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS****a) Gestores de Fundos de Investimentos**

A Entidade utiliza modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. O processo de seleção de gestores externos será orientado pela metodologia apresentada a seguir e apresentada para o Comitê de Investimentos:

- i) definição das classes de fundos, segundo classificação da Anbima;
- ii) aplicação das regras de filtros: patrimônio do fundo, quantidade de cotistas, auditores independentes e histórico do fundo;
- iii) os fundos selecionados nos itens i e ii são submetidos, por classes de fundos, a análises quantitativas e qualitativas. Atribui-se um peso de 80% à análise quantitativa e 20% a qualitativa. A seguir, um resumo das variáveis, bem como de seus respectivos pesos, embutidas no modelo de seleção de gestores:

- **Avaliação quantitativa (peso 0,80)**
  - Rentabilidade (peso 0,30)
  - Retorno em 12 meses (peso 0,10)
  - Retorno em 24 meses (peso 0,20)
  - Retorno em 36 meses (peso 0,30)
  - Alfa em 12 meses (peso 0,05)
  - Alfa em 24 meses (peso 0,15)
  - Alfa em 36 meses (peso 0,20)
  - Sharpe (peso 0,50)
  - Sharpe em 12 meses (peso 0,20)
  - Sharpe em 24 meses (peso 0,30)
  - Sharpe em 36 meses (peso 0,50)

- **Avaliação qualitativa (peso 0,20)**

- Volume sob Gestão (peso 0,70)

- Relacionamento com a Capecf (peso 0,25)

- Práticas relacionadas as questões sociais, ambientais e de governança (0,05)

iv) ranqueados os fundos dentro de suas respectivas classes, a etapa final envolve a simulação de carteiras com diferentes composições visando a melhor relação risco/retorno.

**b) Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários**

O risco de crédito representado por uma corretora e distribuidora pode ser considerado baixo, pois apenas prestam serviços de intermediação financeira. Seus resultados são baseados em corretagens e comissões, não havendo aporte de recursos por parte de seus clientes na forma de investimentos.

A CAPEF atua no sentido de se obter o melhor percentual de devolução das corretagens, inclusive para operações realizadas nos fundos exclusivos de gestores externos.

Fica determinado que a devoluções de corretagem, para fundos exclusivos, será de no mínimo 90% de devolução. Esse percentual poderá ser de no mínimo 80% caso a corretora forneça serviços de análise de empresas, conference call's com analistas, economistas e envio de relatórios.

**c) Corretoras de imóveis**

A CAPEF realiza parcerias com diversas imobiliárias/corretores, estas sediadas na cidade do imóvel a ser locado/alienado, ou de outras praças, porém, em caráter excepcional, poderá contratar imobiliárias/corretores em regime de exclusividade para locação/venda de unidades comerciais desocupadas.

Na escolha das empresas imobiliárias e/ou corretores para compra/venda e locação serão observados aspectos como: consolidação da empresa, tradição no mercado, plano de atuação, estrutura disponível e trabalhos executados anteriormente para a Entidade.

Em termos de remuneração, a corretagem ficará limitada a taxa máxima de 6% do valor da venda à vista ou a prazo, no caso de alienações, e do valor equivalente de até dois alugueres mensais, no caso de locação. Será admitida a possibilidade de revisão de tais condições somente em casos especiais apreciados individualmente pelo Comitê de Investimentos/Diretoria Executiva da CAPEF, onde seja comprovada maior dificuldade de comercialização, vacância crônica, elevados custos de despesas fixas (IPTU, Foro, Condomínio, etc) na manutenção do imóvel.

**d) Custódia e Controladoria**

Em atendimento à Resolução nº 4.661, o serviço de custódia e controladoria dos ativos do plano será realizada preferencialmente de forma centralizada por Instituição Financeira autorizada a prestar o serviço.

A contratação de agente custodiante é de competência da Entidade e deverá ser conduzida

por meio de procedimento formal, que pode considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

i) Capacidade técnica;

ii) Capacidade econômico-financeira da Instituição Financeira;

iii) Tradição na prestação do serviço de custódia;

iv) Custo do serviço;

v) Qualidade dos serviços prestados e das informações disponibilizadas;

vi) Registro de Agente de Custódia perante à CVM;

vii) Plano de Continuidade de Negócios;

viii) Política de Controles Internos e Compliance;

ix) Código de Ética e Conduta;

x) Segregação de Atividades.

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES TERCEIRIZADOS**

O modelo de avaliação contempla a revisão anual dos gestores externos utilizando os critérios descritos no item 3.9.1 da Política.

No caso dos gestores de Renda Variável, se o desempenho for inferior ao seu benchmark, por 2 anos consecutivos, haverá a substituição do gestor. Nos demais casos, a troca do gestor poderá ocorrer a qualquer momento, respeitando o regulamento do fundo. Em cada nova proposta de contratação ou substituição de gestor, após o levantamento e consolidação dos dados descritos no item 3.9.1, o processo será submetido ao Comitê de Investimentos para deliberação.

## SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CVI

### MACRO ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento e Benefícios da CAPEF, e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na fase inicial de acumulação de recursos do seu Plano de Benefícios, além das exigências da Resolução nº 4.661, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano CVI para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada na tabela I a seguir:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 30/10/2018 (%)	PREVISÃO DE ALOCAÇÃO	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	84,42%	75%	62	100
Renda Variável	70	4,87%	8%	0	10
Investimentos Estruturados	20	0,00%	2%	0	5
Investimentos no Exterior	10	1,32%	3%	0	5
Imobiliário	20	3,41%	5%	0	8
Operações com Participantes	15	5,98%	7%	0	10

### LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 6.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

#### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- i) limitar em 5,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 3.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- ii) limitar em 20,0% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 3.8.1 desta Política;
- iii) não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- iv) não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- v) não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- vi) não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;

vii) não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.

viii) não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

#### b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

i) não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

#### c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

#### d. Restrições para o Segmento Imobiliário

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

#### e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

#### f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- i) fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- ii) não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iii) é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- iv) Não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

Fundos de Investimentos em Ações:

- i) fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- ii) não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iii) é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial



## OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão abervadas as seguintes restrições:

- i) o depósito de margem limitado a 8% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- ii) o valor total dos prêmios de opções pago limitado a 8%, do patrimônio da carteira do plano;
- iii) fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 2% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DECADA PLANO DE BENEFÍCIO

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 363, de 26.04.2018), compreendido entre 4,17% e 6,36%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 21,42 anos (demonstrações atuariais de 2017).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2019, é IPCA + 5,25% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2018/128, de 09/10/2018). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

## META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de IPCA + 5,25% aa, a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

### a. Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial + 0,30 pp/ano

### b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do IbrX50 + 1 pp/ano.

### c. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark o índice IFIX + 0,50%.

### d. Operações com Participantes

A Carteira de Operações com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes.

### e. Estruturados

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a meta atuarial acrescido de spread de 2 pp/ano.

### f. Investimentos no Exterior

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a meta atuarial do plano + 0,75 pp/ano;

## RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

### a. Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento:

- Renda Fixa curva: até 2% dos ativos da carteira;
- Renda Fixa mercado: até 7% dos ativos da carteira;
- Renda Fixa: até 2% dos ativos da carteira;
- Fundo Multimercado: até 3% dos ativos da carteira;

- Renda Variável: até 10%, baseado pelo VaR do benchmark da carteira, o IBRX-50 dos últimos 2 anos. Imobiliários: até 4% baseado no VaR no Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários
- Investimentos no Exterior: até 4%, baseado no VaR dos Fundos classificados como Multimercado Investimento no Exterior com Hedge, acrescido do VaR da taxa de câmbio dos últimos 24 meses

Será realizado teste de stress com a finalidade de analisar o comportamento da rentabilidade em relação à meta atuarial em um momento de alta volatilidade do mercado.

Os parâmetros utilizados nos cenários de estresse são definidos em reunião do Comitê de Investimentos, de acordo com o comportamento do mercado.

## CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

## PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

### SELEÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

#### a) Gestores de Fundos de Investimentos

A contratação de gestor deverá ser conduzida por meio de procedimento formal, que pode considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Registro de Administrador na modalidade Gestor perante a CVM;
- Estrutura compatível com a natureza, porte, complexidade e modelo de gestão da EFPC;
- Equipe com qualificação técnica e experiência em carteira de EFPC;
- Performance;
- Questionário de Due Diligence padrão Anbima;
- Política de Exercício de Direito de Voto;
- Gerenciamento de riscos;

viii) Política de Segurança da Informação;

ix) Código de Ética e Conduta.

Ademais, a Entidade utiliza modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. O processo de seleção de gestores externos será orientado pela metodologia a seguir e apresentada para o Comitê de Investimentos:

- definição das classes de fundos, segundo classificação da Anbima;
- aplicação das regras de filtros: patrimônio do fundo, quantidade de cotistas, auditores independentes e histórico do fundo;
- os fundos selecionados nos itens i e ii são submetidos, por classes de fundos, a análises quantitativas e qualitativas. Atribui-se um peso de 80% à análise quantitativa e 20% a qualitativa. A seguir, um resumo das variáveis, bem como de seus respectivos pesos, embutidas no modelo de seleção de gestores:

- **Avaliação quantitativa (peso 0,80)**

Rentabilidade (peso 0,30)

Retorno em 12 meses (peso 0,10)

Retorno em 24 meses (peso 0,20)

Retorno em 36 meses (peso 0,30)

Alfa em 12 meses (peso 0,05)

Alfa em 24 meses (peso 0,15)

Alfa em 36 meses (peso 0,20)

Sharpe (peso 0,50)

Sharpe em 12 meses (peso 0,20)

Sharpe em 24 meses (peso 0,30)

Sharpe em 36 meses (peso 0,50)

- **Avaliação qualitativa (peso 0,20)**

Volume sob Gestão (peso 0,70)

Relacionamento com a Capef (peso 0,25)

Práticas relacionadas as questões sociais, ambientais e de governança (0,05)

- ranqueados os fundos dentro de suas respectivas classes, a etapa final envolve a simulação de carteiras com diferentes composições visando a melhor relação risco/retorno.

#### b) Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários

O risco de crédito representado por uma corretora e distribuidora pode ser considerado baixo, pois apenas prestam serviços de intermediação financeira. Seus resultados são baseados em corretagens e comissões, não havendo aporte de recursos por parte de seus clientes na forma de investimentos.

A CAPEF atua no sentido de se obter o melhor percentual de devolução das corretagens, inclusive para operações realizadas nos fundos exclusivos de gestores externos.

Fica determinado que a devoluções de corretagem, para fundos exclusivos, será de no mínimo 90% de devolução. Esse percentual poderá ser de no mínimo 80% caso a corretora forneça serviços de análise de empresas, conference call's com analistas, economistas e envio de relatórios.

**c) Corretoras de imóveis**

Em atendimento à Resolução nº 4.661, o serviço de custódia e controladoria dos ativos do plano será realizada preferencialmente de forma centralizada por Instituição Financeira autorizada a prestar o serviço.

A contratação de agente custodiante é de competência da Entidade e deverá ser conduzida por meio de procedimento formal, que pode considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- i) Capacidade técnica;
- ii) Capacidade econômico-financeira da Instituição Financeira;
- iii) Tradição na prestação do serviço de custódia;
- iv) Custo do serviço;
- v) Qualidade dos serviços prestados e das informações disponibilizadas;
- vi) Registro de Agente de Custódia perante à CVM;
- vii) Plano de Continuidade de Negócios;
- viii) Política de Controles Internos e Compliance;
- ix) Código de Ética e Conduta;
- x) Segregação de Atividades.

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES TERCEIRIZADOS**

O modelo de avaliação contempla a revisão anual dos gestores externos utilizando os critérios descritos no item 3.9.1.

No caso dos gestores de Renda Variável, se o desempenho for inferior ao seu benchmark, por 2 anos consecutivos, haverá a substituição do gestor. Nos demais casos, a troca do gestor poderá ocorrer a qualquer momento, respeitando o regulamento do fundo. Em cada nova proposta de contratação ou substituição de gestor, após o levantamento e consolidação dos dados descritos no item 3.9.1, o processo será submetido ao Comitê de Investimentos para deliberação





# CAPEF

Seu Plano de Previdência



[WWW.CAPEF.COM.BR](http://WWW.CAPEF.COM.BR)



[/capefnaweb](https://www.facebook.com/capefnaweb)



[/tvcapef](https://www.youtube.com/tvcapef)

